



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – DCET**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E**  
**MATEMÁTICA– PPGECM**

**JOILMA CORDEIRO COSTA**

**O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA:**  
**POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**ILHÉUS**  
**2022**

**JOILMA CORDEIRO COSTA**

**O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA:  
POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Estadual de Santa Cruz para cumprimento de requisito para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisa Prestes Massena.

**ILHÉUS-BAHIA  
2022**

C837

Costa, Joilma Cordeiro.

O ensino de ciências no sistema penitenciário de Itabuna-BA: possibilidades e vivências na formação de professores / Joilma Cordeiro Costa. – Ilhéus, BA: UESC, 2022.

118f. : il.

Orientadora: Elisa Prestes Massena  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática.

Inclui referências e apêndices.

1. Ciência – Estudo e ensino. 2. Sistema penitenciário. 3. Professores – Formação. I. Título.

CDD 507

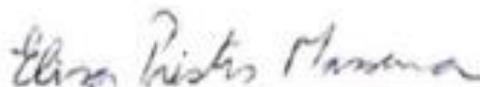
JOILMA CORDEIRO COSTA

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA:  
POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – PPGECEM, em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Matemática.

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA**

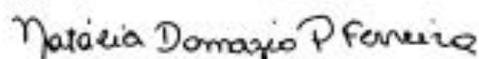
**EM 06/04/2022**



---

**Profa. Dra. Elisa Prestes Massena**

Orientadora/Presidente da banca – PPGECEM/UESC



---

**Profa. Dra. Natália Damazio Pinto Ferreira**

Examinadora – MEPCT/RJ



---

**Profa. Dra. Renata Hernandez Lindemann**

Examinadora – UNIPAMPA

Ilhéus, Bahia, 06 de abril de 2022.

“[...] para ser válida a educação deve considerar as condições em que o homem vive num exato lugar, momento e contexto”

(FREIRE, 1980, p.34).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que fez acontecer em minha vida, por ter me proporcionado o meu trabalho, que provê o sustento da minha família, e me dado força, sabedoria e discernimento para conquistar os objetivos almejados.

A minha mãe, meu porto seguro, que me apoia em todas as minhas decisões, quando disse que não cursaria o mestrado, pois sacrificaria meus filhos, ela me aconselhou “minha filha, dois anos passam tão rápido e você faz tudo por eles e em prol deles”. E é a eles que dedico esta vitória, Bia e André, meus tesouros, minha vida está em vocês. A quem fiquei ausente por dois anos, meu coração chegava a doer em vê-los numa tela de celular para me sobrar tempo para o mestrado, após um dia de trabalho e longe deles. Mas tudo vale a pena quando a alma não é pequena. E eles sabem que são tudo em minha vida.

Ao meu marido André pelo apoio incondicional.

Aos meus colegas de mestrado e especialmente Azamigas<sup>1</sup>, Leide, Jolúcia, Shirlene e Kelly, que mesmo em época de pandemia, numa amizade virtual, sem nunca nos termos visto pessoalmente, nossa amizade cresceu e sem vocês acho que não tinha conseguido.

Ao Diretor do Conjunto Penal de Itabuna pelo apoio e disponibilidade que sempre é dispensado a todos que desejam realizar pesquisa naquela Instituição e especialmente as coordenadoras e professores (as) que atuam naquele complexo que tanto contribuíram para minha pesquisa, pelo carinho, disponibilidade em cooperar com as pesquisas e pelo amor e profissionalismo que demonstram na atuação profissional, principalmente num momento tão difícil que foi a pandemia da Covid-19.

Aos professores e colegas do PPGECM pelas construções realizadas, e ao Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC) pela convivência, pelos ensinamentos e por todo aprendizado que me proporcionou.

Aos amigos e colegas de trabalho que me entenderam no momento em que ficava afastada por conta dos estudos, ao meu Comandante que me deu todo apoio para continuar estudando.

---

<sup>1</sup> Denominação do Grupo de Whatsapp que criamos para tirar dúvidas sobre o mestrado, conversar sobre nossas angústias e alegrias também. O nome também faz uma homenagem por nos tornamos amigas mesmo sem nos conhecer e de forma virtual numa época de pandemia.

A Prof.<sup>a</sup> Indman que com a espera da sua bebê me deu apoio na disciplina de estágio, com muita paciência sabendo que não tinha experiência com a docência.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Elisa, por confiar na minha capacidade e ter me orientado na construção de meu trabalho e principalmente nos momentos em que pensei em desistir.

As professoras Dinalva, Rute e Adriana que mesmo virtualmente me auxiliaram no contato com os professores, sem este auxílio não haveria como concluir a pesquisa e principalmente aos professores participantes que tornaram possível me aprofundar nos resultados.

Aos membros da banca, Prof.<sup>a</sup> Natália Damázio e a Prof.<sup>a</sup> Renata Hernandez Lindemann, por aceitarem fazer parte deste trabalho. A todos vocês, o meu muito obrigada!

## RESUMO

O acesso à educação é direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade. A cidade de Itabuna/BA possui uma unidade prisional denominada Conjunto Penal de Itabuna (CPI)/BA. Considerando a escassez de pesquisas na área do ensino, e em especial do Ensino de Ciências em Unidades Prisionais é que esta pesquisa se justifica. As ações educativas no contexto prisional precisam estar calcadas na legislação educacional que vigora no país e na Lei de Execução Penal, necessitando atender as especificidades dos diferentes níveis e conforme as diversas modalidades de ensino. A questão de pesquisa que se coloca é: como são as experiências docentes dos professores no desenvolvimento da atividade educacional, especialmente em relação ao Ensino de Ciências, no sistema prisional de Itabuna? Diante disso o objetivo geral desta pesquisa consiste em uma investigação sobre a atuação dos professores que exercem o ofício, principalmente referente ao ensino de Ciências. Os participantes foram organizados em três segmentos: representantes da direção, os coordenadores do projeto educacional e os professores envolvidos no projeto. Os instrumentos de obtenção de informações serão questionários aplicados junto à direção da Unidade Prisional e ao coordenador responsável pelo projeto educacional na Unidade. Também foram realizados questionários e entrevistas com professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna. A análise dos dados foi feita por meio de Análise Textual Discursiva (ATD). Com o auxílio desta metodologia foram discutidas as compreensões por meio de três categorias emergentes, a saber: a) trabalho docente dentro de uma instituição carcerária, b) a realidade prisional e a formação do professor e c) a atividade educacional no CPI e o ensino de Ciências. Assim, por meio das análises desenvolvidas podemos concluir que os professores são os mesmos que lecionam na rede Estadual e Municipal de Ensino de Itabuna e não são exclusivos para o Sistema Prisional, ministram aulas também nas escolas da cidade. Além disso, o trabalho desses docentes e as práticas nesse contexto revelaram elementos da realidade prisional. Espaços educativos que os professores necessitam desenvolver práticas educacionais que levem ao aprendizado daquelas pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade, e ainda esbarram nas questões de segurança, um obstáculo difícil de transpor entre Instituição Educação e Instituição Prisão. Em relação ao perfil do professor são selecionados os que mais se adaptam à realidade prisional. Considerada uma experiência única trabalhar diante dessa realidade distinta e enriquecedora, tanto no aspecto pessoal quanto profissional, apesar da Educação Prisional ainda ser carente de incentivos na Formação Inicial e Continuada de Professores. No que tange ao ensino de ciências verifica-se práticas comuns a todos os ambientes escolares e ausências de projetos específicos nessa área. Comprovando ainda a escassez de pesquisas sobre propostas na educação prisional relacionadas a área de ciências, reforçando que novas propostas curriculares são importantes para repensar as questões educacionais e seus problemas estruturais, inclusive de material didático, capacitação dos professores, currículo e a perspectiva crítica da educação.

**Palavras-chave:** Sistema prisional. Ensino de Ciências. Formação de professores.

## ABSTRACT

Access to education is everyone's right and must be ensured by the State, the family and society. The city of Itabuna/BA has a prison unit called Conjunto Penal de Itabuna (CPI)/BA, and little information is disclosed on how the unit's education system works. Considering the scarcity of research in the teaching area, and especially in Science Teaching in Prison Units, this research is justified. Educational actions in the prison context need to be based on the educational legislation in force in the country and on the Penal Execution Law, needing to meet the specificities of the different levels and according to the different types of teaching. The research question that arises is: how are the teaching experiences of teachers in the development of educational activity, especially in relation to Science Teaching, in the prison system of Itabuna? Therefore, the general objective of this research consists of an investigation about the performance of teachers who exercise the profession, mainly referring to the teaching of Science. The participants were organized into three segments: representatives of the direction, the coordinators of the educational project and the teachers involved in the project. The instruments for obtaining information will be questionnaires applied to the direction of the Prison Unit and the coordinator responsible for the educational project in the Unit. Questionnaires and interviews were also carried out with teachers who teach at the Conjunto Penal de Itabuna. Data analysis was performed using Discursive Textual Analysis (DTA). With the help of this methodology, emerging understandings were discussed through three categories, namely: a) teaching work within a prison institution, b) prison reality and teacher training and c) educational activity at the CPI and the teaching of Sciences. Thus, through the analyzes developed, we can conclude that the teachers are the same who teach in the State and Municipal Education Network of Itabuna and are not exclusive to the Prison System, they also teach classes in schools in the city. In addition, the work of these teachers and the practices in this context revealed elements of the prison reality. Educational spaces that teachers need to develop educational practices that lead to the learning of those people who are already in a situation of vulnerability, and still bump into security issues, a difficult obstacle to overcome between Education Institution and Prison Institution. In relation to the profile of the teacher, those who best adapt to the prison reality are selected. It is considered a unique experience to work in the face of this distinct and enriching reality, both personally and professionally, although Prison Education still lacks incentives in the Initial and Continuing Training of Teachers. With regard to science teaching, there are practices common to all school environments and the absence of projects in this area. It also proves the scarcity of proposals in prison education related to the area of science, and that new curricular proposals are important to rethink educational issues and their structural problems, including didactic material, teacher training, curriculum and the critical perspective of education.

**Keywords:** Prison system. Science teaching. Teacher training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Conjunto Penal de Itabuna.....	58
Figura 2 - Constituição da administração do processo educacional.....	62
Figura 3 - Apresentação das categorias da análise dos dados.....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Porcentagem de internos em atividade educacional no CPI.....	58
Quadro 2 – Identificação do Coordenador substituto no CPI.....	60
Quadro 3 – Identificação dos Professores que lecionam no CPI.....	63
Quadro 4 – Entrevista dos professores que lecionam no CPI.....	70

## LISTA DE SIGLAS

ATD	Análise Textual Discursiva
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEI	Colégio Estadual de Itabuna
CI	Cenário Integrador
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Código Penal
CPI	Conjunto Penal de Itabuna
DCET	Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
GPeCFEC	Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino em Ciências
IC	Iniciação Científica
INFOPEN	Informações Penitenciárias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PM	Polícia Militar
PPGECM	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 MINHA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO</b> .....	19
<b>2.1 Trajetória no Ensino Básico</b> .....	19
<b>2.2 O Ensino Superior, a desistência da carreira docente e uma nova carreira em minha vida</b> .....	22
<b>2.3 O retorno à Universidade e a caminhada no estudo das Ciências</b> .....	25
<b>2.4 O caminho para e no Mestrado</b> .....	29
<b>2.5 Algumas considerações relacionadas à minha formação enquanto professora e mestre em ensino de Ciências</b> .....	30
<b>3 DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCATIVO NO SISTEMA CARCERÁRIO</b> .....	34
<b>3.1 Alguns aspectos do sistema punitivo no Brasil</b> .....	35
<b>3.2 Lutas pelos direitos e formação do sujeito no âmbito carcerário</b> .....	37
<b>3.3 O fazer pedagógico e as dimensões política, técnica e humana</b> .....	42
<b>3.4 A formação do professor para atuar em diversos contextos</b> .....	44
<b>3.5 O exercício da educação em espaços de privação de liberdade</b> .....	46
<b>3.6 A Educação escolar como direito do preso nas Legislações Penal e Educacional</b> .....	47
<b>3.7 Dilemas da educação no âmbito da população carcerária</b> .....	49
<b>3.8 Dificuldades encontradas pelos professores no ambiente prisional</b> .....	52
<b>3.9 Impactos do trabalho docente em instituições de privação de liberdade</b> ...	53
<b>3.10 A educação em Ciências no ambiente prisional: por quê a ausência?</b> ....	54
<b>4 CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	57
<b>4.1 Abordagem na qual foi realizada a pesquisa</b> .....	57
<b>4.2 Local onde foi realizada a pesquisa</b> .....	58
<b>4.3 Participantes envolvidos</b> .....	59
4.3.1 Representantes da direção .....	59
4.3.2 Os Coordenadores do projeto educacional .....	60
4.3.3 Professores envolvidos no projeto .....	61
<b>4.4 Instrumentos de obtenção de informações</b> .....	64
4.4.1 O questionário .....	65

4.4.2 As entrevistas.....	67
4.4.3 Circunstâncias em que ocorreram as entrevistas .....	68
4.4.4 Metodologia de análise .....	71
<b>5 ANÁLISE/DISCUSSÃO DOS DADOS: O QUE NOS MOSTRA A PESQUISA ...</b>	<b>73</b>
<b>5.1 O trabalho docente dentro de uma instituição carcerária .....</b>	<b>75</b>
5.1.1 O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade ....	76
5.1.2 Experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária .....	78
5.1.3 Segurança e condições de trabalho na Instituição Carcerária .....	82
<b>5.2 Realidade prisional e formação do professor.....</b>	<b>85</b>
5.2.1 A formação do professor e os ganhos pessoais e profissionais adquiridos ao conviverem com uma realidade tão distinta de outras .....	86
5.2.2 A capacitação dos profissionais que lecionam em uma unidade prisional .....	88
<b>5.3 Atividade educacional no CPI e o Ensino de Ciências .....</b>	<b>90</b>
5.3.1 Utilização do Material didático x sistema de segurança .....	90
5.3.2 Projetos na área de Ciências, assuntos ministrados e propostas curriculares.	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE E .....</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação é direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade (BRASIL, 1988). Entretanto, quando se trata de pessoas que cometeram algum crime e foram julgados a cumprir penas privativas de liberdade, o acesso à educação deve ser garantido pelo Estado (BRASIL, 1996)<sup>2</sup>.

A cidade de Itabuna/BA possui uma Unidade Prisional denominada Conjunto Penal de Itabuna-BA, e são poucas as informações divulgadas de como funciona o sistema de ensino da unidade e se está pautada no que prevê a legislação em vigor. As ações educativas no contexto prisional precisam estar calcadas na legislação educacional que vigora no país e na Lei de Execução Penal, necessitando atender as especificidades dos diferentes níveis e conforme as diversas modalidades de educação e de ensino (BRASIL, 2009).

A educação do detento é cabível ao poder público, oferecendo ao interno a possibilidade de alcançar novos horizontes inclusive no setor profissional, proporcionando à pessoa privada de liberdade, a oportunidade de rever os atos praticados (BRASIL, 1984). Sendo assim, a educação formal dentro do sistema prisional é uma ferramenta, e pressupõe um caminho para a recuperação e ressocialização do indivíduo, uma vez que garante ao preso uma perspectiva de crescimento intelectual e profissional ao sair da cadeia. A educação como programa de reinserção social, é uma proposta que responde ao direito de todos, uma vez que atende aos interesses da sociedade (MACHADO, 2017).

No entanto, não é este o parâmetro norteador que vem ocorrendo. De um lado, há as históricas restrições à educação de jovens e adultos, mas, de outro, há o total descaso, por parte das autoridades nacionais (Federal, Estadual e Municipal) responsáveis pela efetivação da garantia ao preso do acesso aos seus direitos e oportunizar sua reinclusão na sociedade, tendo como objetivo fazer com que ele consiga rever o significado da vida em sociedade e transformar os seus próprios valores a fim de participar do meio social (GRACIANO; SCHILLING, 2008).

Essas questões sempre afligiram esta pesquisadora, por fazer parte da Polícia Militar da Bahia e verificar junto às instituições prisionais que o acesso à educação

---

<sup>2</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

muitas vezes é substituído pela prioridade do trabalho, objetivando aspectos relacionados à ressocialização. Como sou formada em Gestão Pública e unindo agora ao Curso de Licenciatura em Química, percebendo assim que a educação é o fator primordial para o desenvolvimento do indivíduo e partindo da compreensão que a educação acontece ao longo da vida “nós partimos da educação com esse entendimento maior, ou usamos educação escolar ou processo de escolarização como uma prática social”<sup>3</sup> (informação verbal). Senti a necessidade de fazer um estudo dessa problemática, que é o acesso à educação das pessoas que estão em situação de privação de liberdade, especialmente devido a carência de debates na área de ciências (SILVA, 2020; TAVARES et al., 2019).

Diante destes indicativos surgiram dúvidas como: quem são os professores e como desenvolvem a atividade educacional especialmente em relação ao ensino de ciências, no sistema prisional de Itabuna? Quais são as vivências e possibilidades de ensino de Ciências no sistema prisional de Itabuna? Constatando o importante papel da Educação no processo de ressocialização de presos. É doravante interessante como essas práticas são desenvolvidas, a qualificação, a seleção, e a distribuição dos professores que atuam nessa área. E se o trabalho se desenvolve numa perspectiva de melhoramento das condições de vida daqueles indivíduos. Enquanto futura professora, vários questionamentos foram por mim formulados em busca de tentar compreender qual o meu papel nesse contexto e como contribuir beneficentemente diante da problemática sobre a atual situação do ensino de ciências para presos do sistema penitenciário em Itabuna- BA.

Sendo assim, o presente estudo visa investigar a realidade do Conjunto Penal em relação ao ensino ministrado. Diante disso o objetivo geral desta pesquisa consiste em discutir vivências e apontar possibilidades sobre a atuação dos professores que exercem o ofício, principalmente referente ao ensino de Ciências.

Nessa lógica, os objetivos específicos da pesquisa são: Apresentar a formação e capacitação dos professores que se destinam a essa prática; Analisar o atual sistema de ensino destinado aos presos do sistema penitenciário de Itabuna; Discutir como os docentes desenvolvem a atividade educacional no sistema prisional de Itabuna e; Sinalizar possibilidades na formação de professores especialmente em relação ao ensino de ciências no sistema prisional.

---

<sup>3</sup> Informação fornecida por Onofre durante a Live-Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões, realizada pelo Grupo de pesquisa GEFEP, da UNEB, com o apoio da TV UNEB, 2020.

Uma pesquisa nessa área pode despertar para uma melhora no estudo dessas pessoas que são relegadas a segundo plano, pois não vemos como é oferecido o ensino aos mesmos. E ainda, como é o apoio aos professores, sua qualificação e aprimoramento. Espera-se que o estudo a ser realizado possa contribuir para o avanço no que concerne às discussões relacionadas ao tema e a pesquisas futuras. Colaborando assim com a formação inicial e continuada de professores, sob as perspectivas de suas práticas, em diferentes contextos de ensino e aprendizagem e nos diversos ambientes em que o professor pode atuar (GARCIA,1999).

Inicialmente irei contar minha história no caminho da docência e o que me levou ao estudo de Ciências, e os motivos por que persisto até hoje tentando trilhar a trajetória do magistério. O percurso do Ensino Básico na infância e as primeiras experiências no ensino das Ciências, especialmente na disciplina Química. Passando pelo Ensino Médio (EM) em que me aprofundei na disciplina química, o que me auxiliou passar no vestibular e chegar até a Universidade. O que constituiu uma realização, porém, foi também uma época de muitas frustrações. Apesar de muito feliz em ingressar no ensino superior, não consegui permanecer, ocorrendo então a desistência da carreira docente. As circunstâncias me levaram a opção por uma nova profissão, e após alguns anos o retorno à Universidade e a caminhada no estudo das Ciências até o ingresso no curso de Mestrado com o projeto referente à educação no Sistema Prisional.

Posteriormente, farei uma explanação sobre o desenvolvimento do processo educativo no sistema carcerário, trazendo um histórico sobre o sistema punitivo no Brasil. Nesse contexto já vigoraram penas corporais, passando por mudanças que causaram a sua progressiva evolução, evidenciando as principais lutas pelos direitos e formação do sujeito no âmbito carcerário. Neste processo de oferecer direitos e garantias, será feita uma revisão de literatura sobre o fazer pedagógico e as dimensões política, técnica e humana. Me fundamentarei em teóricos como Garcia (1999), Apple (2017) e Giroux (1986) que referenciam a formação de professor para atuar em cenários singulares, imprevisíveis e de contextos variados, fazendo uma relação com a educação no âmbito da população carcerária. Nesse contexto, o professor pode encontrar a existência de vários desafios a serem enfrentados na escolarização dessas pessoas. Principalmente em relação às limitações estruturais do espaço e ao receio dos professores em ministrar aulas para presos.

No terceiro capítulo será abordada a metodologia da pesquisa que tem uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Essa pesquisa conta com sujeitos que estão organizados em três segmentos do setor educacional prisional: representantes da direção, o coordenador do projeto educacional e os professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna (CPI). Os instrumentos de obtenção de informações foram questionários aplicados junto à direção da Unidade Prisional e ao Coordenador responsável pela coordenação do projeto educacional na Unidade. Como também foram realizados questionários e entrevistas semiestruturadas com os Professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna. A análise dos dados foi feita após a leitura das entrevistas e dos questionários e tratadas por meio de Análise Textual Discursiva – ATD (MORAES; GALIAZZI, 2011).

No quarto capítulo apresentamos a análise das informações realizada por meio da ATD. Nesse caso, evidenciamos os resultados obtidos através do trabalho realizado durante a pesquisa e as suas descobertas sobre o trabalho docente dentro de uma instituição carcerária, as práticas realizadas nesse contexto e a realidade prisional. Os aspectos relevantes em relação a Formação Inicial e Continuada dos Professores na atividade educacional em Instituições de Privação de Liberdade. No que se refere ao ensino de ciências verificou-se práticas realizadas naquela Instituição principalmente em relação a iniciativa dos professores, material utilizado e as dificuldades encontradas em realidade tão distinta.

Por fim, após apresentar os dados obtidos com a pesquisa verifica-se realmente a escassez de estudos na área da educação prisional, principalmente relacionados ao ensino de Ciências. Falta uma interação entre as Universidades e as escolas prisionais, como também iniciativas por parte das esferas políticas em relação aos projetos e políticas públicas a serem implantadas. Espera-se com a publicação do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Bahia<sup>4</sup>, publicado no ano de 2021, que haja um avanço em melhorias dos espaços educacionais no sistema prisional e que não seja apenas mais uma das muitas leis e normas editadas e não cumpridas na sua integralidade e funcionalidade (BAHIA, 2021b).

---

<sup>4</sup> O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Bahia é um instrumento de implementação de política pública, e tem como objetivo ampliar a oferta educacional tanto em relação à educação formal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, quanto em relação à outras ações educacionais, com a vigência de 2020-2024. [ba.pdf\(www.gov.br\)](http://ba.pdf(www.gov.br))

## **2 MINHA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO**

A história aqui contada faz parte da minha trajetória de vida, e o que me levou ao estudo de Ciências, e porque persisto até hoje tentando trilhar esse caminho. Vou dividir esse percurso em dois caminhos, primeiro tratarei da infância, e de como a educação sempre fez parte de minha vida. Depois explicarei porque escolhi o caminho das Ciências e posteriormente, o quanto o estudo das Ciências pode fundamentar a consciência crítica que me foi despertada, mas sei que ainda tenho muito a aprender. Por fim abordarei aspectos relacionados a educação nos ambientes prisionais, as experiências da docência nesses ambientes, levando em consideração a carência de estudos e metodologias utilizadas na área de educação em ambientes de privação de liberdade.

Nessa primeira fase deste estudo busquei fundamentar minha busca pela minha história na educação através de referenciais como Giroux (1997), Pimenta (1999), Freire (2000, 2002), Farias (2008) e Nóvoa (2020), fazendo também uma revisão de artigos e publicações na área de ciências como Matthews (1995), Beltran (2010), Freitas (2012), Lederman (2013), Castiblanco (2016), Agustín (2018), Porlán (2004), Kravtsov (2019), os quais trouxeram conhecimentos para a minha formação profissional e os conhecimentos na área de Ciências.

### **2.1 Trajetória no Ensino Básico**

A escola marcou muito minha vida desde pequena. Lembro-me que estudei a antiga alfabetização em uma escola particular. Quando soube que iria estudar nesta escola, inicialmente fiquei com um pouco de medo, pois em meados dos anos de 1982, as escolas ainda utilizavam como meio de punir os alunos castigos físicos. E a escola em que iria estudar isso acontecia, fiquei com medo sim, mas quando fui matriculada felizmente a professora que ensinava para a alfabetização já não utilizava desses métodos.

E fui mais grata ainda à esta escola quando passei por um momento difícil da minha infância que foi o falecimento do meu pai, ele faleceu no meio do ano letivo e a escola nos ajudou conforme contado a seguir. Como minha mãe não tinha mais condições de pagar a mensalidade, pois ficara viúva com três filhos e sem renda,

naquele momento não conseguiria honrar com o compromisso da mensalidade, imediatamente minha mãe foi até a escola para informar que eu não iria mais estudar.

A diretora daquela escola, que era a dona do estabelecimento de ensino, pois se tratava de uma escola pequena de bairro, a qual preservarei seu nome, demonstrou um ato de humanidade e imediatamente informou a minha genitora que eu permaneceria na escola até terminar o ano letivo, sem a necessidade de fazer qualquer pagamento. E após concluir o ano, poderia ser transferida para uma escola pública.

Mesmo pequena um sentimento de gratidão sempre me acompanhou por este ato, e tive a certeza de que a escola era como se fosse uma extensão da minha família, local onde encontrava apoio e compreensão. Estudei todo o ensino fundamental e médio em escola pública. E exatamente na 8ª série, hoje conhecido como 9º ano, que decidi me aprofundar na área de Ciências e especialmente na disciplina Química.

No 9º ano já começamos a conhecer a área das Ciências dividida em três disciplinas, a Física, a Química e a Biologia. Na época em que estudei a maioria dos professores possuía a licenciatura curta e não eram especialistas em nenhuma das áreas. A professora que tive não ministrou praticamente a disciplina de Ciências para nossa turma. Foi concedido à nossa sala a oportunidade de aprender Ciências com uma estagiária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Infelizmente faz muitos anos e não recordo seu nome. Sua área específica era Química e ela ensinava muito bem, além de muito paciente com os alunos, acho que por isso me apaixonei pela disciplina. Conforme afirma Kravtsov (2019):

Há fundamentos sérios para dizer que o desenvolvimento do pensamento na adolescência não predomina no desenvolvimento intelectual desse período, mas é uma reestruturação da consciência e do comportamento da pessoa, como uma passagem para um novo tipo de domínio de suas capacidades e possibilidades, como nascimento de relações qualitativamente novas entre afeto e intelecto (KRAVTSOV, 2019, p.45).

O autor permite compreender que a instrução na escola, é algo problemático e se antecipa ao desenvolvimento. E uma grande quantidade de crianças e adolescentes se interessa ou são estimulados para as atividades e disciplinas de acordo com a forma de ensinar do professor. O aprendizado não acontece através da imposição e sim através da forma como o professor está ensinando. A demonstração, pelo professor, de como podemos utilizar esses conhecimentos tem forte influência na autotransformação do sujeito.

Farias (2008) menciona a importância dos relatos sobre as raízes sociais de um professor, as influências familiares, bem como, as experiências nas escolas são decisivas na sua formação de uma forma geral, e especialmente nos caminhos que o conduziram ao magistério. Evidenciando que os professores, como qualquer outra pessoa, têm sua história e carrega as marcas concretas de sua existência. Os professores são pessoas que convivem em grupos, imersos em um compartilhamento de culturas e não se preocupam somente com o intelecto, mas com valores e atitudes que derivam dessas relações.

Pimenta (1999) também afirma que os alunos do ensino superior já chegam com as experiências vividas em toda sua vida de escola. Essas experiências lhe possibilitam dizer quais foram os bons professores, e em que aspecto. Quais os professores que foram mais significativos em suas vidas e contribuíram para sua formação humana. A autora destaca o quanto as vivências escolares são determinantes na construção de memórias sobre os professores inesquecíveis que tivemos.

Foi possível observar até esse momento da história pessoal que as experiências escolares foram permeadas por um espaço escolar acolhedor que diante da adversidade da vida pode manter-me no ambiente de formação. Também nesse período do ensino básico, ou seja, até o 9º ano o quanto foi importante a figura do professor para a escolha profissional e a área a ser seguida. Esses aspectos apresentados permitem perceber o quanto encontram-se articulados as discussões de Kravtsov (2019), Farias (2008) e Pimenta (1999).

Com o aprendizado das ciências, e especificamente da química, comecei a entender o sentido da existência das coisas. E aquilo me fascinava, enquanto alguns achavam muito complicado, eu tinha vontade de conhecer mais sobre cada assunto que a professora trazia. Já no ensino médio carreguei comigo a química na “veia”, como dizem. No ensino médio numa das primeiras provas de química da minha sala de 1º ano fui a única que passei na prova. Me considerava uma aluna aplicada, estudava muito e gostava de participar das aulas de Química, me interessava pelos assuntos ministrados e tinha uma certa facilidade em compreendê-los. Mas a maioria dos alunos considerava a Química como o “bicho papão” das disciplinas.

Nessa direção, Pimenta (1999) destaca que poucos se perguntam qual o significado que o conhecimento tem para si próprio e acrescenta que:

[...] poucos já se perguntaram [...] qual o significado desses conhecimentos na sociedade contemporânea; qual a diferença entre conhecimentos e informações; até que ponto conhecimento é poder; qual o papel do conhecimento no mundo do trabalho; qual a relação entre ciência e produção material; entre ciência e produção existencial; entre ciência e sociedade... (PIMENTA, 1999, p. 21.).

A ideia de L. S. Vigotski que diz que a instrução guia o desenvolvimento tornou-se axiomática para pedagogos e psicólogos. Ele destacava que o modo de desenvolvimento da instrução é determinado pela relação entre o conteúdo e a forma de ensinar. (KRAVTSOV, 2019). Então considero que na adolescência, ou precisamente no ensino médio, ocorreu exatamente apreensão de conceitos que me levaram a passar no vestibular. Mas não foi despertado em mim nenhuma consciência crítica de como esses conhecimentos foram passados e com qual finalidade.

## **2.2 O Ensino Superior, a desistência da carreira docente e uma nova carreira em minha vida**

Quando terminei o ensino médio tive três opções de cursar o ensino superior e já tinha em mente que queria seguir a carreira de professor. Mas para mim não restava muitas opções já que não tinha condições financeiras para sair da cidade de Jequié, nessa época nos anos de 1995, não havia muitas opções de ensino superior na cidade. Havia a UESB que oferecia os cursos de Enfermagem, na época muito concorrido e era disputado por muitos alunos da região que estudavam em escolas particulares. Mas também não desejava fazer enfermagem. Queria mesmo era fazer licenciatura.

Existiam também os cursos de licenciatura em Letras e de Ciências, este último o qual escolhi para prestar o vestibular. Nesta época, este curso era denominado como licenciatura curta e posteriormente escolheríamos a área de Biologia ou Química para completar a licenciatura plena. Claro que minha escolha já havia sido feita, seria professora de Química.

Então fui aprovada no vestibular, realmente fiquei muito feliz, pois a 24 anos atrás pouquíssimos pobres ingressavam numa Universidade, e me senti uma privilegiada tendo esta oportunidade. Mas infelizmente a imaturidade me levou ao insucesso como estudante universitária. Tive muitas dificuldades no primeiro semestre. Não conseguia bom rendimento nas disciplinas, durante toda minha vida

escolar não conhecia o instrumento de recuperação, e na Universidade conheci o instrumento chamado prova final, nas quais eu sempre estava.

Isso me decepcionava muito, mas conhecia os motivos. Ainda muito jovem e imatura passei por diversos problemas pessoais, os quais influenciavam diretamente nos meus estudos, não estava sabendo administrar as responsabilidades advindas da vida adulta. Então procurei uma professora para desabafar os problemas que estavam acontecendo comigo. Considerava o meio escolar extensão da minha família, pois através do que já fora relatado, essa vivência e esse contato com a escola me fizeram crescer entendendo dessa forma.

Ocorreu minha primeira decepção com a carreira docente, não sei se procurei a pessoa errada para expor meus problemas, ou também, posso ter colocado minhas angústias de maneira errada. Infelizmente a conversa com a professora da Universidade não foi nada agradável. Não lembro mais da professora, acho que tenho uma certa dificuldade em memorizações, mas lembro muito bem da conversa, e das palavras que me foram ditas pela docente: “infelizmente seus problemas pessoais não vão justificar suas notas baixas...para passar você tem que ter no mínimo 5,0 na nota final”. Me senti desmotivada e minha situação ainda ficou pior. Por isso que nós professores temos que ter muito cuidado como vamos nos dirigir aos alunos, qualquer palavra ou conversa mal interpretada pode ser motivo de desestímulo aos estudos.

A educação, como assinalado por Farias et al. (2008), tem importante papel na formação humana e neste percurso:

[...] reforçamos o argumento da docência como um trabalho que requer saberes especializados e estruturado por múltiplas relações, nas quais o processo de humanização – do professor e dos sujeitos com quem interage no contexto de trabalho – é continuamente forjado (FARIAS, et al., 2008. p. 56).

Não se pode negar o papel fundamental da educação na formação humana (VEIGA; VIANA, 2012), com o objetivo de preparar um homem comprometido com a ideia de mudar a sociedade. Seus sonhos devem encontrar cumplicidade entre os educadores com quem convive ao longo de sua escolaridade. Farias e colaboradores (2008) reconhecem nós, educadores, muitas vezes fomos destituídos de nossos sonhos, tornando-se um desafio cotidiano cumprir esse papel .

É importante salientar que a profissão também é um meio de subsistência e muitos professores não estão na profissão por encantamento, e sim para conseguir um meio de sobreviver. Então esse encantamento com a educação não é geral e

infelizmente muitos profissionais apenas cumprem o protocolo por passarem em um concurso e serem lotados em determinada unidade escolar, então essa realidade também precisa ser vista e enxergada.

Após esse preâmbulo que utilizei para justificar os cuidados que devemos ter ao se dirigir a um aluno, o fato é que a conversa, as médias obtidas e a situação que passava naquela época me levaram a desistir de cursar a universidade. Não posso afirmar que realmente abandonei a docência por ter sido desestimulada, mas existiram outras razões, pois um dos problemas que a classe baixa enfrenta para cursar o ensino superior é a necessidade de trabalhar. Tal situação requer uma análise mais aprofundada do porquê dessa desistência, talvez o que me faltou foi um pouco de ousadia conforme afirma Paulo Freire (2000), para permanecer na educação:

É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando por longo tempo nas condições que conhecemos, mal pagos, desrespeitados e resistindo ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-lo, com vantagens materiais (FREIRE, 2000, p.10).

Nesse período dei início a minha história na Polícia Militar da Bahia, o primeiro concurso para a polícia feminina no interior do Estado da Bahia ocorreu em 1996, e fui aprovada. Mesmo assim não abandonei totalmente a Universidade, tranquei por dois semestres enquanto estava no curso de formação de soldado da PMBA.

Quando retornei do curso preparatório e já trabalhando voltei a cursar a licenciatura. Ainda pensava em abandonar a segurança pública para retornar à educação, mas o destino não quis assim. Logo, fui aprovada para o curso de Oficiais da PM (Polícia Militar) e passei quatro anos na Academia de Polícia Militar da Bahia. A formação nesse academia é puramente técnica e bem distante da formação do professor. Apesar de nossa formação preparar para desempenhar funções de instrução e treinamento, não tem características e não possui as bases teóricas para a profissão docente.

Após esse período de formação na segurança pública, já haviam se passado mais de cinco anos que adentrei a Polícia Militar, terminando a formação na academia em 2001. Não havia mais a possibilidade de retorno à docência. Já me deparava com uma certa estabilidade profissional, e inclusive financeira. Mas o gosto pela educação sempre esteve presente no meu íntimo, e quando fui trabalhar na cidade de Itapetinga no ano de 2002, fiz o vestibular para licenciatura em Química na UESC, logrando êxito.

Fazia apenas duas matérias já que trabalhava em outra cidade. Passei um ano entre idas e vindas das cidades de Itabuna e Itapetinga. Quando fui transferida para trabalhar em Itabuna tentei me empenhar de forma mais intensa no curso, mas depois que assumimos compromissos de uma vida adulta o estudo se torna mais difícil. Logo veio o casamento, posteriormente os filhos, e pausa novamente no sonho de me tornar professora.

Mas no ano de 2017, resolvi retornar para UESC, no curso de licenciatura em Química claro, e retornei como acho que nunca tinha me empenhado tanto. Consegui passar pelos estágios, pela temida Físico-química I, e com louvor. Considero que o incentivo pode ter vindo devido a um convite para trabalhar numa Unidade de Ensino. Tinha sido criado na cidade de Itabuna o Colégio da Polícia Militar. E fui convidada para trabalhar na administração daquela escola. A convivência com diversos professores me dava esse incentivo e continuava na tentativa de ter uma formação na área de educação.

Considerando que iria trabalhar numa escola acreditava que havia necessidade de ter conhecimento sobre a docência. Conforme o pensamento do Antônio Nóvoa (2020) que faz uma discussão sobre o exercício da profissão do educador relacionado à necessidade de estar inserido nas quatro dimensões que envolvem a educação: a dimensão prática, a dimensão da formação, a dimensão da política e a dimensão da pesquisa, e que essas quatro dimensões de alguma forma estão sempre presentes numa profissão. Acreditava fortemente que para estar trabalhando numa escola, mesmo na área administrativa necessitava ter conhecimento da profissão docente.

### **2.3 O retorno à Universidade e a caminhada no estudo das Ciências**

Com isso recomeço minha caminhada no estudo das Ciências. Retornando para a UESC já não tinha mais tantas disciplinas da chamada “química dura”, também não sei se conseguiria mais enfrentar tantos cálculos a essa altura da vida. Mas a disciplina que ainda me despertou mais gosto pela Ciência foi História da Química, a qual me fez ler diversos textos tais como: História da Ciência e Ensino: alguns desafios, de Maria Helena Roxo Beltran, Fumikazu Saito e Lais dos Santos P. Trindade; A consolidação de uma teoria e os percalços de uma vida: Marie Curie e a radioatividade, de Ivoni Freitas-Reis e Ingrid Nunes Derossi; A Teoria Eletroquímica de Maria José Aragão.

Textos estes que nos levam a compreender as circunstâncias e desenvolvimento da ciência, as trajetórias percorridas, os diversos cientistas que contribuíram para o desenvolvimento de importantes teorias, como também o papel da mulher nesse contexto. Inclusive nos mostrando que vários estudos eram desenvolvidos ao mesmo tempo e em diversas localidades, comprovando assim que o conhecimento científico não é linear nem muito menos realizado por uma única pessoa, sendo que a ciência, muitas vezes, é apresentada de forma asséptica e dogmática, conforme afirma Beltran (2010):

[...] a perspectiva histórica dominante que permeia o material didático para o ensino das ciências, bem como a veiculada pelos meios de divulgação continua ainda a valorizar os feitos dos “grandes homens da ciência”, dando ênfase ao progresso contínuo do pensamento científico” (BELTRAN et al, 2010, p. 123).

A disciplina História da Química foi muito importante para mim, pois foi a partir dela que comecei a adquirir estes conhecimentos. Apesar da disciplina ser oferecida no meio do curso de licenciatura, somente consegui fazê-la já no final do curso. Demorei algum tempo para ter acesso a esses conhecimentos. Mas mesmo um pouco mais tarde, expressei aqui o quanto a disciplina foi importante para o despertar de conhecimentos sobre a ciência, que no ensino médio são passados de forma fragmentada e descontextualizada. Passei a ter uma nova consciência do que significava o estudo da Ciência, da Química, e que não eram somente cálculos, fórmulas e descobertas surpreendentes de cientistas famosos. Que a Ciência era para a vida, e para melhoria das condições de sociais da humanidade.

A história da ciência pode fazer com que as aulas de ciências se tornem mais desafiadoras e reflexivas, incentivando assim, o desenvolvimento do pensamento crítico. Sendo assim, é defendida a inclusão da história no ensino de ciências através de uma abordagem contextualizada, em que as aulas sejam ensinadas em seus diversos contextos: histórico, filosófico, ético, social e tecnológico (MATTHEWS, 1995 *apud* FREITAS, 2012).

Consequentemente, o aprendizado na área de ciências da natureza, pode ser também realizado através das ciências humanas e o seu ensino deve se subordinar às mesmas proporções empregadas no ensino das disciplinas do campo dessas ciências. Assim, é preciso destacar a compreensão do ensino de ciências de forma

peculiar e a sua observância como um sistema influenciado por questões culturais, sociais e políticas.

Em tempos atuais, o cenário social em que vivemos é fortemente marcado pela inovação tecnológica e por novos espaços de interações sociais. Em decorrência das transformações e conscientes de que a posse de conhecimentos é muito importante para a diminuição de desigualdades sociais. Nos últimos anos, estudos que têm como foco a formação de professores procuram contemplar reflexões sobre o papel do professor na educação científica, o contexto social e político. Novas perspectivas para a formação do professor de Ciências apontam para uma formação humana que considera os elementos que constituem os sujeitos; um processo que possibilite a formação de um profissional que venha a refletir sobre sua própria prática, buscando construir novos caminhos para as demandas da educação na sociedade contemporânea (ALVES, 2018).

A formação do docente deve ser, portanto, para além das especificidades do fazer pedagógico, pois este está associado aos fatores sociais, históricos, políticos e culturais. Dessa forma, entende-se que a formação do professor deve seguir essa perspectiva, formando intelectuais em sua dimensão teórica, social, ética, científica, cultural e política. Costumeiramente, ouvem-se discursos de que os professores não exercem sua prática dentro de outras temáticas que não sejam as de ensino, ou porque não têm interesse, ou porque não conseguem perceber a dimensão política que há na prática pedagógica. Com isso, a prática educacional desprovida de crítica e de conhecimento do pano de fundo que esconde o conhecimento científico, permite manter os alunos ainda no campo do senso comum.

Retomando então a minha caminhada no aprendizado, no ano de 2019, quando estava fazendo as últimas disciplinas para concluir a graduação, inclusive o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), o qual se referiu à análise de currículo e um estudo sobre o novo ensino médio. Solicitei a professora Elisa Massena que me orientasse, pois como iria trabalhar com dados sobre currículo e já tinha sido informada que ela trabalhava nesta área, além de ter sido sua aluna em História da Química e tinha me identificado muito com os estudos.

Então tive a oportunidade de ingressar no Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Santa Cruz GPeCFEC/UESC, um grupo de pesquisa em que seus participantes partilham

experiências e configuram propósitos, de acordo com interesses de proporcionar uma educação libertadora.

No grupo ocorrem debates sob perspectivas educacionais alternativas, abordagens extremamente necessárias para diversificar os pontos de vista daqueles que pesquisam e praticam o ensino como uma forma de crescimento e libertação, e não como meio de exploração e dominação.

O GPeCFEC, através das discussões em grupo, proporciona aos seus participantes desenvolver uma consciência crítica sobre o ensino de ciências. Compartilhando e fazendo uma interlocução desses conhecimentos com as escolas do eixo Ilhéus-Itabuna.

Além disso, discutimos textos de diferentes teóricos como Apple e Giroux, que são pesquisadores que nos fazem entender a importância da educação crítica e humanista para toda sociedade e também as desigualdades que permeiam nesse campo. Vale ressaltar também, que o grupo é composto por pessoas de vários segmentos, como professores universitários, mestrandos, graduandos, IC e participantes do PIBID isso faz com que as discussões se tornem mais significativas e repleta de diferentes pontos de vista, pois cada um tem uma experiência, conhecimentos diferentes, o que corrobora bastante para que o grupo discuta as questões educacionais por diferentes vertentes.

As discussões no grupo de estudo sobre os conteúdos de ciência e suas implicações sociais, as leituras de publicações de artigos, a oportunidade em participações em eventos e o conhecimento do desenvolvimento de uma proposta de reconfiguração curricular me proporcionou um aprendizado que ainda não tinha experimentado.

Em relação a minha participação no grupo não sou tão atuante, pois fazia a licenciatura juntamente com a profissão que exerço. E foi por trabalhar na área de segurança pública e geralmente estar sempre próxima das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, em razão dos problemas sociais, e das dificuldades do estado oferecer uma educação inclusiva de forma crítica e libertadora, que me faziam ficar mais interessada nos temas discutidos no grupo.

## 2.4 O caminho para e no Mestrado

Logo no término da licenciatura, fui transferida do colégio que trabalhava para uma Unidade da Polícia Militar que faz segurança nos presídios das cidades de Itabuna, Ilhéus, Valença, Eunápolis e Teixeira de Freitas. Coincidentemente o edital da UESC para o mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) foi aberto. Não tinha certeza se gostaria de continuar meus estudos na mesma temática do TCC, me aprofundando nas questões relacionadas ao novo Ensino Médio.

Como gosto de sempre fazer estudos ligados à minha prática, pois me sinto mais inserida no contexto que estou estudando, pensei em fazer um estudo sobre o ensino de Ciências para pessoas que estão em ambientes de privação de liberdade. Já que estava trabalhando numa Unidade da Polícia Militar que está diretamente ligada à segurança em presídios.

Mas não foi fácil construir o projeto na área de educação em prisões, realmente há uma escassez de pesquisas na área (ONOFRE, 2014; BERNARDO, 2018; TAVARES, 2019). Somente encontrava dados relacionados à área do direito e que se referenciavam à ressocialização.

Em relação a área de estudos das Ciências, realmente não se encontram muitos trabalhos quando se trata de pessoas em privação de liberdade. Em pesquisa de revisão, realizada para embasar esta dissertação, foram encontrados apenas dois trabalhos relacionados ao tema, intitulados: “Indícios de saberes docentes de uma futura professora de química que estágio no sistema prisional” (TAVARES, 2019), e “Condições de trabalho no contexto da Educação em prisões: percepções de professores de Ciências no município do Rio de Janeiro/RJ” (DIÓRIO, 2021). Considero que ainda estamos caminhando para a compreensão de que a ciência pode contribuir para uma educação libertadora. A ciência muitas vezes é concebida como um produto absoluto, acabado, neutro e produzido por um método objetivo infalível (LEDERMAN, 2013) e precisamos deixar de ter os pré-conceitos formulados do que seja a ciência e aplicá-la em prol da comunidade e do bem estar social.

Com as discussões no grupo GPecFEC e o estudo no mestrado dos teóricos como Apple e Girou, momento que contribuiu para um maior conhecimento e aprofundamento a respeito do ensino de ciências em todos os ambientes e a necessidade de romper com o ensino hegemônico. Foi também no mestrado que

aprendi muito com as leituras realizadas em teóricos como Pimenta, Farias, Garcia e Nóvoa, sobre ser professor. Também conheci mais sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes na carreira e principalmente quando lecionam em ambientes de privação de liberdade, e o quanto precisamos estar abertos a novos conhecimentos.

Tive muitas dificuldades, principalmente no início do mestrado. Não me sentia como os outros alunos inseridos no mundo da educação, principalmente no que se refere a leitura dos teóricos que falam sobre a profissão. Mas persisti ao longo do curso, mesmo diante das dificuldades de concluir o mestrado trabalhando em uma instituição que exerce um trabalho repressor diante da sociedade e que trouxe muitas dúvidas e incertezas diante de um cenário de injustiças sociais.

Mas é através das dúvidas e incertezas que procuramos aprender cada vez mais, e no mestrado percebi que posso através do conhecimento do ensino de Ciências proporcionar através de uma conversa, de uma orientação ou mesmo na oportunidade de discussões na instituição que trabalho mostrar que o conhecimento sobre o mundo, sobre os meios de produção, alimentação, sobre as relações sociais, sobre a preservação do meio ambiente pode trazer mudanças para todos que nos cercam e principalmente para as pessoas que dependem do nosso cuidado e proteção, que são nossos alunos, incluindo com isso as pessoas que se encontram em privação de liberdade.

## **2.5 Algumas considerações relacionadas à minha formação enquanto professora e mestre em ensino de Ciências**

Após a graduação e no decorrer do mestrado as leituras relacionadas ao ensino de Ciências foram se ampliando e nesse sentido serão apresentados alguns aspectos relacionados a minha formação enquanto professora e mestre em ensino de Ciências e que configuram como um aprendizado na área em que estou aprofundando meus conhecimentos, principalmente em relação a ampliação da compreensão que a educação científica pode e deve ser um meio de proporcionar o desenvolvimento de um sociedade mais justa e igualitária.

A educação científica poderia ser um meio privilegiado de promover o enriquecimento do conhecimento. O ensino de Ciências pode ser visto como um dos meios de minimizar problemas relevantes da sociedade. O que ocorre é que muitas vezes esses conhecimentos são apresentados no âmbito de uma estrutura de poder

dominante que utiliza de mecanismos próprios para o domínio desses conhecimentos (GIROUX, 1986).

Essa maneira de promover a educação causa um processo de alienação e submissão pelo qual se supõe que a maioria dos que aprendem são ignorantes, transformando o sentido do conhecimento científico num conhecimento externo, que apenas agrega valor por sua utilidade para sobreviver com sucesso no sistema, e não por causa de sua melhor capacidade de explicar o mundo, trazendo assim uma visão simplificadora, estereotipada e mítica de mundo, típico da cultura da superficialidade dominante (PORLÁN, 2018).

Conforme Augustin (2018) é a partir dos anos de 1990, que cresce o discurso de uma educação científica para a cidadania, o que implica conhecer a ciência e avaliar tudo que está envolvido em seu desenvolvimento. Para o autor é necessário conhecer alguns conteúdos da filosofia da Ciência para seguir uma abordagem do desenvolvimento de uma educação científica que prepara para a vida. Ainda acrescenta que as pessoas com formação científica precisam entender a validade e o escopo do conhecimento científico e a ciência deve ser compartilhada como uma atividade humana, através de uma reflexão crítica e meta-cientificamente fundamentada sobre a ciência.

A Ciência está para libertar o sujeito das amarras de uma educação tradicionalmente forjada no intuito de dominação e poder transformar o mundo no sentido de trazer melhor qualidade de vida para a população (CHASSOT, 2018). Deixando essa mesma população de ser submissa aos ditames de uma classe dominante para poder ser parte ativa na construção de uma sociedade melhor para todos. Ainda há muito a aprender para se construir uma educação científica para a cidadania. O conhecimento científico ainda não é realidade nas camadas mais vulneráveis da sociedade. É necessário que a educação se volte para o desenvolvimento de uma educação científica que chegue às populações mais pobres, para que essa população alcance uma visão crítica sobre suas condições na sociedade e o direito a uma melhor qualidade de vida.

Para Castiblanco (2016), a ênfase está no ensino de Ciências integrando a compreensão do conhecimento da disciplina, com as práticas científicas que buscam desenvolver conceitos transversais e ajudam a estruturar ideias e maneiras de pensar dos sujeitos. Interessante seria aprender a analisar sistemas e fenômenos de interesse, reconhecer qual conhecimento e maneiras de pensar são úteis para

alcançar resolução de problemas do cotidiano, bem como analisar sistemas de interesse para os educandos ou de relevância para as sociedades em que vivem.

Os professores, em sua maioria, não formados para o ensino nessa perspectiva, muito menos em espaços de privação de liberdade. Todos os profissionais que trabalham em uma unidade prisional necessitam de formação especializada, apoio psicológico e condições para lidar com um público carente de muitas necessidades básicas, que vivem em completa precariedade e com condições extremas de sobrevivência absoluta. E efetivamente nenhuma universidade prepara um profissional para trabalhar nessas condições.

Nesses espaços é necessária uma formação específica com apoio e suporte, inclusive psicológico, para que se trabalhe com uma educação crítica e transformadora. Ao analisarmos as circunstâncias que afastam as pessoas das escolas, não só perpassam por questões sociais ou econômicas, mas o modo como a educação é quase sempre conduzida e para que mundo essa educação é oferecida (MELO, 2014). As pessoas que estão em privação de liberdade passam por uma situação de exclusão da sociedade, e ainda não é lhe dado o direito do poder do conhecimento de sua realidade e mudança de si próprio.

Isso implicaria repensar a maneira como falamos sobre a Ciência que se conhece, e que é um exercício acadêmico que não é tão fácil. É necessário, de acordo com Castiblanco (2016), perceber a diversidade cultural que pode existir quando se ensina à um grupo de pessoas: a diversidade de gênero, diversidade socioeconômica, a diversidade de concepções de mundo que podem se tornar presentes quando se ensina Ciências. Nesse contexto a necessidade do professor de Ciências atender a essa diversidade é algo que também é ouvido por muitos professores como um aspecto muito difícil de ser considerado. Para o autor, algumas pessoas ainda consideram que a ciência é uma só em qualquer parte do mundo. Ou seja, é totalmente independente da cultura, e, portanto, quando é ensinada não faz muita diferença para quem é ensinada, em qualquer lugar e de qualquer maneira, o que se entende então nessa perspectiva, que a diversidade não é vista por quem ensina, e o dilema é considerá-la na hora de ensinar.

Libâneo, (2012) argumenta que há um volume considerável de investigações sobre a formação de professores, em que esta não é valorizada, bem como os salários e as condições de trabalho. No que se refere à formação continuada, Carvalho (2021) destaca que os programas se mostravam pouco eficientes para modificar a prática

docente especialmente da EJA<sup>5</sup>, se restringindo à cursos de atualização de conteúdos de ensino. Já houve muitos avanços neste contexto, mas a educação ainda não consegue transpor alguns obstáculos de forma a trazer ganhos reais em todos os seguimentos da sociedade, principalmente em relação à prática educacional nos diversos ambientes, como por exemplo, os de privação de liberdade.

Neste item foi possível perceber que o ensino de Ciências é um meio de promover o enriquecimento do conhecimento e de resolver problemas da sociedade. E precisa ser difundido e expandido para toda a sociedade de maneira que transforme a realidade das camadas mais vulneráveis, trazendo uma consciência crítica sobre suas condições na sociedade e o direito a melhor qualidade de vida. A educação quando é direcionada aos meios de produção e ao capitalismo, torna a sociedade cada vez mais excludente, sendo os mais vulneráveis, como as pessoas que estão em privação de liberdade, ainda mais segregados e excluídos. Os profissionais da área de educação já conseguiram muitos avanços nas discussões em torno de uma educação libertadora e não-hegemônica, mas ainda é necessário transpor muitos obstáculos políticos, sociais e econômicas que vigoram em nosso país.

---

<sup>5</sup> LDB 9.394/96, artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

### 3 DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCATIVO NO SISTEMA CARCERÁRIO

Neste capítulo, será feita uma explanação sobre o desenvolvimento do processo educativo no sistema carcerário, trazendo um histórico sobre o sistema punitivo no Brasil e as principais lutas pelos direitos e formação do sujeito no âmbito carcerário. Será apresentada uma revisão de literatura sobre o fazer pedagógico e as dimensões política, técnica e humana. Trazendo teóricos que referenciam a formação de professor para atuar em diversos contextos, fazendo uma relação com a educação no âmbito da população carcerária.

Para tal, diálogo com teóricos como Garcia (1999) que apresenta conhecimentos sobre as práticas educativas e sociais, Apple (2017) que menciona as questões públicas e realidade social e Onofre (2007) especialista em estudos na área de educação em espaços de privação de liberdade. Estes autores oferecem um suporte em relação aos conhecimentos relacionados à educação, especialmente sobre a formação de professores e os interesses sociais que estão por trás da confecção dos currículos, principalmente na área de Ensino de Ciências. Neste trabalho realizamos uma revisão também em artigos que trataram da educação em ambientes prisionais, tais como: Neumann (2020); Durán (2019); Miranda, Vasconcelos, Justi (2019); Tavares (2019); Bernardo (2018); Almeida (2016); Graciano, Schilling (2008), Português (2001). E para reforçar o entendimento da educação prisional trouxe legislações como a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984<sup>6</sup>, 1996; o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011<sup>7</sup>; o Parecer CNE/CEB nº 4/2010<sup>8</sup>; a Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010<sup>9</sup>, e a Resolução CEE nº 43 de 14 de julho de 2014<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Institui a Lei de Execução Penal.

<sup>7</sup> Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

<sup>8</sup> Parecer CNE/CEB nº 4/2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

<sup>9</sup> Resolução nº 02 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

<sup>10</sup> Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia.

### 3.1 Alguns aspectos do sistema punitivo no Brasil

Segundo Roig (2005) apesar da existência de cadeias, o sistema penal que vigorava no Brasil colônia era marcado por punições corporais públicas, de senhores sobre seus escravos e pela subsistência da pena de morte na forca, desterro, degredo e imposição de trabalhos públicos forçados, assim a servidão penal era corporal e dolorosa.

Sob o olhar de Oliveira (2011) a prisão era considerada um lugar de tortura, em que se privava a liberdade do homem que dela havia abusado bem como para evitar novos crimes. Também servia para desviar desses crimes os demais indivíduos, utilizando terror para servir de exemplo. A casa de correção devia fazer a avaliação em relação a mudança dos costumes das pessoas reclusas, com propósito de que seus regressos à liberdade não constituíssem uma desgraça à sociedade nem aos encarcerados (OLIVEIRA, 2011). Não havia de forma alguma o respeito aos direitos humanos, principalmente em uma época em que as pessoas viviam sob o regime da escravidão, e estavam sujeitos a formas humilhantes de tratamento, com castigos físicos e maus tratos, condutas ofensivas e desrespeitosas à dignidade humana.

O sistema prisional, ao longo dos séculos, passou por várias mudanças que causaram a sua progressiva evolução. Anteriormente, no início do século XVII, os indivíduos eram desassistidos e a regra da prisão não era considerada como pena, mas em meados do século XVIII, o indivíduo verdadeiramente passa a cumprir sua pena (ROIG, 2005).

Em 1934, foi promulgada a Constituição da República Nova, que conferiu a União competência específica para legislar a respeito do sistema carcerário. Os seus efeitos vieram em 1935, com a edição do regulamento penitenciário, construído para tentar administrar as dificuldades em que se encontravam as prisões, já que a falência da pena privativa de liberdade era notória, prova disso é a reincidência, que já se apresentava naquela época (MAIA, 2009).

Verificam-se mudanças referentes ao tratamento destinado as pessoas que cometeram algum crime e estão no cárcere, mudanças estas que se estenderam ao caráter educativo conforme afirmado por Almeida (2016):

O crime e o castigo sempre foram presenças constantes na história humana e percebe-se que, ao longo da história, as formas de punição àqueles considerados criminosos foram sendo aperfeiçoadas[...]. Vale destacar que,

nessa perspectiva, a prisão assume também um caráter educativo, isto é, de preparação do preso para o convívio social. (ALMEIDA, 2016, p.913).

O preso precisa ter a consciência que está para cumprir pena, mas todos os direitos individuais devem ser garantidos e protegidos pela Constituição Federal de 1988. A dignidade elencada no art. 1º, III, da Constituição Federal, é uma particularidade específica à condição do ser humano e precisa ser assegurada, até porque é inabdicável e suscita a integridade física e íntima de cada ser humano. Segundo Sarlet (2011), temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada pessoa, que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade.

Contudo apesar de alguma evolução no sistema prisional com preocupações em construir estabelecimentos apropriados para cumprimento da pena privativa de liberdade, foi percebido também um endurecimento das penas e um fortalecimento do poder punitivo do Estado (SOUZA, 2015).

Neste processo, Português (2001) afirma que as prisões, suas normas, procedimentos e valores obedecem a absoluta prioridade da dominação e do controle da massa encarcerada. Segundo Andriola (2013) esse desencontro entre segurança e assistência prejudica os direitos da população prisional.

Uma das questões que afronta os direitos da população privada de liberdade é o hiperencarceramento no Brasil. SILVA, E, (2020) reconhece que verifica-se uma violação dos direitos principalmente das pessoas negras ou que estão em estado de vulnerabilidade social, isso se traduz na reprodução de práticas punitivas pelo Poder Judiciário. Esses aspectos, de acordo com FREITAS (2019), 'escancara' as práticas institucionais de discriminação e injustiça social e a violação generalizada dos direitos fundamentais, reconhecendo a lógica do modelo carcerário brasileiro que possui uma cultura punitiva. Além disso, esse encarceramento em massa mantém a política criminal punitivista, corroborada com a morosidade do Poder Judiciário, potencializando as violações aos direitos humanos da pessoa encarcerada, tornando o Estado omissor diante da defesa e da proteção aos direitos humanos e diante das condutas que violam esses direitos (SILVA, E., 2020).

Sendo assim, a manutenção da ordem e disciplina internas são transformadas no fim precípua da organização penal. Os programas e atividades considerados educativos são inseridos nesta lógica de funcionamento, regulando suas ações e

finalidades através da necessidade de subjugar os sujeitos punidos, adaptando-os ao sistema social prisional (PORTUGUÊS, 2001).

### **3.2 Lutas pelos direitos e formação do sujeito no âmbito carcerário**

As pessoas que praticam algum ato ilícito classificado como crime, quando julgadas, podem ser submetidas a um leque de medidas restritivas de liberdade estabelecidas pelo Código Penal (CP) e pelas diversas Leis Extravagantes existentes no País. Para regulamentar tudo que estava relacionado ao cumprimento de pena entrou em vigor a Lei nº 7.210, de 1984, que rege a Execução Penal e a pena como finalidade de punição e prevenção, como também a de ressocialização do condenado.

A instituição do modelo ideal de ressocialização ainda se encontra distante de acontecer, a ineficácia em conseguir a correção do condenado e a incapacidade de fazer com que não cometa mais delitos torna a ressocialização um modelo não realizável, principalmente em virtude das condições desumanas que são encontradas as pessoas privadas de liberdade (SOUZA, 2015).

Isto posto, a ressocialização deveria possibilitar ao condenado um retorno ao convívio da sociedade. Além disso, deveria proporcionar ao indivíduo, em conflito com a lei, diversas oportunidades de ser inserido em políticas públicas e sociais. Literalmente a ressocialização deveria ser um instrumento com várias funções, entre as quais se encontra a reintegração, porém requer do Estado participação. Segundo Pallamolla (2008) torna-se necessário que os presos tenham orientação apropriada, instrução e ensinamentos com vistas à sua profissionalização ou aperfeiçoamento.

Ainda se tratando da execução da pena, a Lei prevê o atendimento social e educacional para os presos, objetivando reinserir o condenado ao convívio social, tendo em vista que, a reintegração se faz através de um projeto de política penitenciária que tenha como objetivo recuperar os indivíduos apenados para que estes possam, quando saírem, serem reintegrados ao convívio social respeitando as normas impostas.

É evidente que a Lei da Execução Penal e a Constituição Federal, à primeira vista resguardam os direitos dos condenados, instituem os caminhos a serem seguidos e promovem muitas garantias aos apenados. A Lei nº. 7.210/1984 (LEP) elenca no seu art. 11, que o indivíduo preso tem direito a assistência material, jurídica,

religiosa, social, educacional e à saúde (CARVALHO, 2012; FACEIRA; FARIAS; OLIVEIRA, 2014).

A Lei de Execução Penal além de resguardar esses direitos, que protegem à garantia da humanização e dignidade da pessoa que praticou determinado delito, na Seção IV – Capítulo II, em seu art. 18, menciona: “O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade. A educação é direito dos presidiários e condição para a sua inclusão social”.

Conforme Machado (2008) a citada Lei é de grande relevância para a reintegração do sentenciado, uma vez que estabelece uma gama de possibilidades de exercício de direitos individuais, ou seja, direito à saúde, ao trabalho, integridade física e principalmente à educação.

E para garantir esses direitos, principalmente os relacionados as questões educacionais, outras regulamentações foram surgindo com a finalidade de garantir educação às pessoas privadas de liberdade, como por exemplo as Resoluções nº 3, de 11 de março de 2009 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação nos estabelecimentos penais, e nº 2 de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

De acordo com Souza (2015), em 2011, a Lei 12.433 altera a Lei 7.210/1984, de Execuções Penais para incluir o benefício de remição de pena para aqueles que frequentarem modalidades escolares oficiais. Posteriormente ficou instituído, pela Presidenta da República, o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP, através do Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 que tem a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais e promover a reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação.

A Resolução CEE nº 43, de 14 de julho de 2014 dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia. E nessa modalidade o currículo está pautado em Tempos Formativos, Eixos Temáticos e Temas Geradores, e as disciplinas são agrupadas por áreas do conhecimento (PIMENTA et al, 2020).

Mas a educação escolar nos presídios ainda enfrenta, no Brasil, uma situação de invisibilidade (Parecer CNE/CEB nº 4/2010; BERNARDO, 2018; TAVARES, 2019).

Do ponto de vista formal e administrativo, não se constitui em modalidade de ensino específica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB, Lei Federal nº 9.394, de 20/10/1996), o que leva à interpretação de que se insere na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), afirmada na Seção V do Capítulo II, intitulado Educação Básica, na mesma lei.

Conforme afirmado por Castro (2020)<sup>11</sup> “[...] então a EJA não é um padrão, quem dá essa cara da EJA são esses sujeitos”. É muito comum, nas escolas de Unidades Prisionais encontrar material produzido para crianças e não para jovens e adultos; com conteúdo e metodologias ultrapassados e por serem escolas do período diurno, não são identificadas como escolas para jovens e adultos; consideradas assim como escolas regulares (Parecer CNE/CEB nº 4/2010; ANDRIOLA, 2013).

Esta dissertação se volta a Educação Básica devido a esse sujeito encarcerado, a qual é destinada a EJA, ser um sujeito de baixa renda. E os crimes cometidos parecem ser diferentes de sujeitos encarcerados de populações que possuem maior poder aquisitivo e maior escolaridade. Todos são sujeitos do sistema mas esses em especial estão presos, e sua vida anterior a prisão parece ter sido desprovida de acesso a escolarização, pois buscam redução da pena ampliando sua escolaridade dentro do sistema prisional.

Mas o que vivenciamos são restrições a esse tipo de educação. E as autoridades responsáveis por essas garantias, principalmente ao indivíduo preso, não possibilitam a efetivação de serviços de qualidade. Principalmente quando se trata da reinclusão social. Para Graciano e Schilling (2008) reinclusão esta que tem como objetivo fazer com que o detento consiga rever o significado da vida em sociedade, e transformar os seus próprios valores, a fim de participar do meio social.

Não estamos falando da educação do sujeito através de práticas hegemônicas que reforçam as relações desiguais de exclusão e o fortalecimento de processos de exclusão que impossibilitam que estes sujeitos ocupem posições integralmente humanas, e sim de pessoas que são impedidas de se representarem, mas que têm suas representações mediadas e hierarquicamente projetadas para a satisfação de projetos políticos e econômicos de nossa sociedade (PIRES, 2018).

---

<sup>11</sup> Informação fornecida por Isa Castro durante a Live-Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões, realizada pelo Grupo de Pesquisa GEFEP, da UNEB, com o apoio da TV UNEB, 2020.

Apple (2017) diz que a educação é um instrumento de transformação social, mas é necessário democratizar a sociedade e suas principais instituições com reformas duradouras e lutas contínuas pela justiça social e por uma sociedade mais responsável e respeitadora. Mas o que se vê em algumas sociedades é o aumento das desigualdades socioeconômicas e movimentos conservadores, que caracterizam democracias muito limitadas.

Com frequência, o discurso de conflitos é sempre usado por autores que abordam assuntos importantes para a questão pública. Conforme afirmado por Apple:

Em nosso meio estão sempre mais visíveis realidades como desemprego, aumento de desigualdade econômica, inadimplências, diminuição dos financiamentos nos programas para os mais pobres, sem teto e contra a fome; perda de pensões e de tratamento médico, ressurgimento do racismo, do sentimento anti-imigrante, da violência etc. (APPLE, 2017, p.11).

O crescimento das necessidades de atendimento vem ocorrendo em um contexto de profundas transformações nas famílias e na vida de homens, mulheres e crianças. Famílias cada vez diminutas, e com pessoas muito atarefadas, elas não conseguem se desdobrar em tantas tarefas cuidados e necessidades, com uma população ficando mais velha. Com a fragmentação de redes de apoio à comunidade, a falta de serviços nessa categoria contribui também para aumentar o problema. Isso é chamado de "crise de atendimento", que foi fortemente manifestado inicialmente nos países da Europa, mas no atual momento é um fenômeno geral que se manifesta particularmente nas áreas urbanas (ARGEMIR, 2019).

Nesse contexto é notório o aumento do índice de criminalidade no Brasil e como consequência o aumento do número de presos nos presídios (GOMES, 2019). Sendo o hiperencarceramento um dos principais motivos da superlotação das unidades prisionais.

Conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) (BRASIL, 2019), o Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo.

Mas esses dados oferecidos pelo INFOPEN são meramente estatísticos, não fornecem os motivos da real situação do encarceramento brasileiro. Geralmente são demonstrados dados de sentenciados por cometimento de crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes, roubos e em casos extremos de assassinatos e latrocínios.

Contudo esse aumento da criminalidade e, conseqüentemente, da população carcerária não se deve somente às questões relacionadas ao suposto infrator, mas a um crescimento da cultura de punição. Freitas (2019) afirma que

[...] o direito penal, ao contrário dos demais ramos do direito, é um campo de negatividade e de repressão, não se constituindo como espaço para promover interesses de caráter emancipatório. Além disso, e mais importante, o direito penal se materializa pelo sistema penal. Como engrenagem que toma o racismo como pressuposto de sua atuação, esse sistema é um espaço comprometido, inadequado e incapaz de gerir as demandas a partir de uma perspectiva de igualdade, a exemplo do que ocorre com as demandas femininas (FREITAS, 2019, p, 47).

A extensão do encarceramento no Brasil ultrapassa as estatísticas e coloca o país na posição de uma das três maiores populações carcerárias do mundo. Mesmo após 30 anos de promulgação da LEP e a Convenção da Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes há um panorama triste que permeia o sistema prisional (SOUZA, 2015). O que se verifica é a vulnerabilidade dos direitos fundamentais para essas pessoas e omissão das autoridades em relação à promoção dos direitos, caracterizando a lógica do modelo carcerário no Brasil (FREITAS, 2019).

Uma lógica que se traduz na prisão é o julgamento de pessoas por diversos tipos de crimes, principalmente os praticados pelas populações mais vulneráveis, reafirmando a discriminação racial, reiterando as desigualdades e a realidade de injustiça e violência social. Conseqüentemente que acaba causando o hiperencarceramento, sendo um grande número de pessoas submetidas a medidas restritivas de liberdade, e ainda não lhes sendo garantido os direitos fundamentais como condições mínimas de salubridade, respeito a integridade física, psicológica e formação educacional.

Argemir (2019) afirma que as necessidades e os cuidados com as pessoas são universais e alguém deve assumi-las, não existe escolha. No entanto, paira a dúvida em relação à eficácia da prisão em proporcionar transformações na vida dos indivíduos. Principalmente observando às condições do cumprimento de pena, a cadeia demonstra uma capacidade limitada de ressocialização, com uma política de execução centrada na punição, ainda que, as condições ideais do seu papel seria punir e reeducar (ANDRADE, 2015).

Contudo, a resistência ao controle é perceptível. A educação, de forma alguma, permanece neutra nesse processo de sujeição e resistência. Seus pressupostos

metodológicos e suas práticas cotidianas podem contribuir para uma sociedade mais democrática, enquanto recurso de preservação e formação dos sujeitos, nos complexos processos de dominação (PORTUGUÊS, 2001).

Como professora, vários questionamentos foram por mim formulados em busca de tentar compreender qual o meu papel nesse contexto, e como contribuir beneficentemente diante da problemática sobre a atual situação do ensino de Ciências para presos do sistema penitenciário em Itabuna- BA.

Esse processo de conseguir levar educação transformadora para Instituições tão complexas como Unidades Prisionais parece ser um desafio diante da falta de políticas públicas atualmente no Brasil, se tornando um processo muito doloroso. Principalmente para aqueles preocupados e comprometidos com uma educação digna para todos, a crise se mostra visível e palpável. Ela nos força a questionar se a palavra educação está sendo digna do nome e se está tendo um papel substancial, a exercer no enfrentamento a essa situação, e na construção de uma sociedade que promova valores menos individualistas, mais sociais e emancipatórios (APPLE, 2017).

### **3.3 O fazer pedagógico e as dimensões política, técnica e humana**

No final do ano de 1995 ocorreu a fundação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos no Brasil, esta entidade sem fins lucrativos e sem interesses partidários ou religiosos, tem como fim a educação em direitos humanos e a que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como foco pilares como a democracia, a justiça e a paz (BERNARDO, 2018).

Sendo pilares do sistema de assistência social e da nova geração de direitos humanos ampliar os direitos sociais adquiridos em séculos anteriores, como o direito à alimentação, pensões, saúde, moradia e educação. As políticas sociais são essenciais na construção de um sistema de atendimento sustentável, e o direito de ser cuidado e o direito de cuidar agora fazem parte dos debates sociais e políticos em diferentes países (ARGEMIR, 2019).

Portanto, como foi afirmado pelos autores Neumann e Araújo (2020) e Bernardo (2018), as instituições escolares são consideradas como os principais órgãos responsáveis por distribuir oportunidades. Estes espaços geram o desenvolvimento do indivíduo, oferecendo probabilidades para a integração e mudança social. Além de possibilitar por meio de recursos o desenvolvimento e aprendizagem de novas

habilidades e competências dos indivíduos. E ainda mais do que oferecer serviços sociais, entre eles a educação, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção dos direitos sociais, possibilitando as mudanças tão desejadas.

Para Durán (2019) a educação é um direito humano fundamental:

[...] que aumenta as capacidades e liberdades individuais e sociais. Seu exercício é consagrado na regulação global e nacional que fornece o marco para implementar planos, políticas e projetos para melhorar sua cobertura e qualidade, propiciando a inclusão de grupos vulneráveis. Entre eles, a população penitenciária, para a qual eles também devem contribuir positivamente no processo de reabilitação social. (DURÁN, 2019, p.114)

Ademais, considerando a educação como um direito de caráter inquestionável, faz-se necessária uma intervenção dialogada com seus profissionais que são submetidos diariamente a um cotidiano escolar estressante e convivem com pessoas em condições socioeconômicas e culturais precárias. Com isso é necessário identificar as principais dificuldades desses profissionais ao atuarem, principalmente para efetivar o direito de uma educação de qualidade, seguindo o modelo de inclusão, com equidade (NEUMANN; ARAÚJO, 2020).

Pesquisas sobre o Ensino de Ciências tentaram discorrer sobre as crenças dos professores e sobre um extenso conjunto de temas educacionais (os processos de aprendizagem, diversas formas de metodologia de ensino, natureza do conhecimento científico, o professor e suas formas de ensinar etc.) (PORLÁN e MARTÍN, 2004; SOLÍS *et al*, 2013), variáveis estas que estão diretamente relacionadas ao trabalho do professor (RODRÍGUEZ *et al*, 2019).

Embora os poucos recursos empregados e as dificuldades encontradas na formação de professores, sempre estão interessados em continuar melhorando sua prática através do aprendizado das diversas e novas teorias, especialmente em relação aos diferentes contextos em que o professor pode atuar. Em relação as suas práticas, é visto que se faz necessário enfatizar, na formação do professor, o diagnóstico da clientela em com quem esse futuro professor irá interagir, sendo incentivado a investigá-la e analisá-la, pautado em linhas teóricas para desta forma, transformar suas ideias e conseqüentemente a realidade em que atua (BERNARDO, 2018).

Nessa perspectiva a pesquisa realizada por Bernardo (2018) aponta que os professores quando perguntados sobre ganhos pessoais e profissionais, adquiridos

quando atuaram como professores numa instituição carcerária mencionam alguns aspectos como descritos a seguir.

Os entrevistados ressaltaram o fato de conviverem com realidade tão distinta de outras, e o de se encontrarem uma vez por semana, atuando em uma cadeia. Isso tudo, trouxe-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes a mais marginalizada (BERNARDO, 2018, p.34).

Schuelter (2002) ressalta que a relação entre as dimensões da formação profissional e a concretização de trabalhos sociais, oferece sim, aos professores, principalmente aqueles que estão em fase inicial, a aquisição de novos e diversos conhecimentos, enriquecendo seu currículo e a sua formação acadêmica.

Sobre o fazer pedagógico Talavera (1994) e Almeida (1998) afirmam que é mediante a prática de um bom professor, na articulação entre os aspectos pedagógicos e políticos, que as teorias de atuação transformadora da realidade ultrapassam os discursos e se concretizam. Ou seja, é nessa relação pedagógica entre professores e alunos que surge a articulação entre as dimensões política, técnica e humana, e não somente na aplicação incondicional de uma teoria.

Nessa perspectiva, a atuação do professor é consequência de uma extensa articulação entre diversos processos que estão presentes em sua trajetória de docência, abrangendo ambientes que vão desde a formação inicial, passando pela formação continuada, abrangendo também até aqueles ambientes político-sociais e culturais não escolares (PASSOS, 2018).

### **3.4 A formação do professor para atuar em diversos contextos**

Em relação à formação de professores e do que é exigido do professor para atuar dentro de uma Unidade Prisional, a escola prisional pode ser vista como um caminho para o aprendizado, humanização e transformação de pessoas (CARVALHO, 2021).

No contexto de ser professor, e de exercer um papel de humanização e transformação, aspectos primordiais na educação, tais como instrumento de mudança da sociedade há vários questionamentos que são levantados por Apple (2017), a saber

O que significa levar nossas possibilidades a sério? Como nos firmamos nos tipos de questão que são levantadas na questão da formação dos professores e seus diversos ambientes de atuação? Como aprender uns com outros sobre lutas econômicas, políticas e culturais variadas, cruciais para transformação social, e a ver diferentemente o mundo onde vivemos e seus movimentos

educacionais? Quais perspectivas precisamos ter para fazer isso e para quem devíamos nos virar para conseguir e construir esses recursos? Essas são questões que estão intimamente ligadas à política do conhecimento e à política de quem pode contar legitimamente como conhecedor (APPLE, 2017, p.47).

O ensino em uma Unidade Prisional é concebido como uma atividade complexa em que as mudanças não ocorrem por meio de processos lineares implantados de forma simples (ALVES; DIAS; DA SILVA, 2018). O ensino se desenvolve em cenários singulares e claramente determinados pelo contexto, com resultados em grande parte sempre imprevisíveis e “nesse contexto, portanto, os professores funcionam em situações únicas e o seu trabalho é incerto e ambíguo” (GARCIA, 1999, p.39). Então o professor precisa se adequar aos diversos ambientes e públicos ao qual pode e precisa estar apto a ensinar por meio de práticas educativas e sociais mais justas e democráticas, sendo os professores concebidos como ativistas políticos e sujeitos envolvidos com o seu tempo (GARCIA, 1999).

Nos cursos de formação de professores poderiam ser incluídas discussões a respeito de conceitos de sociedade, hegemonia, poder e como se dá a construção social e cultural do conhecimento nos diversos tipos de sociedade (ADLER; GOODMAN, 1986). Considerando que os aspectos sociais, econômicos e políticos devem ser discutidos nas escolas, como também, as questões ligadas a hegemonia e poder “um currículo de formação de professores como forma política e cultural defende que as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas são as principais categorias para compreender a escola contemporânea” (GIROUX; MCLAREN, 1986 *apud* GARCIA, 1999, p. 45).

Garcia (1999) afirma que as formas de ensino fundamentadas na reflexão, como linha dos programas de Formação de Professores, orientados para a formulação de questionamentos, se mostra como um distanciamento das atitudes estáticas quando falamos do currículo, dos conhecimentos a serem adquiridos e do ensino propriamente dito. Para o autor, quando os educadores assumem uma atitude crítica e reflexiva diante das suas formas de ensinar, sugerem processos em regra questionáveis dos aspectos pertinentes ao ensino, que muitas vezes são validados na nossa sociedade.

Segundo Giroux e McLaren (1986) as escolas precisam trabalhar para o exercício da cidadania crítica, em termos emancipatórios. Logo, a formação de professores tem como função a modificação das concepções prévias dos professores

em relação ao ensino. Nessa direção Garcia (1999) enfatiza que a formação de professores se sustenta em uma realidade conceitual, perpassa pela dimensão pessoal, até a vontade de formação, e é necessário ter o domínio da ciência e de aspectos relacionados à sociedade em geral, garantindo um ensino crítico de modo a proporcionar uma aprendizagem significativa.

É nessa perspectiva que autores como Apple, Adler, Zeichner e Giroux divergem em seus pensamentos em relação aos temas que devem ser tratados como problemáticos na formação de professores. Segundo Garcia (1999), no caso de Apple e Giroux concordam que a sociedade incluindo a instituição educativa estão num campo muito problemático. Giroux e McLaren (1986) entendem que os professores não podem ser vistos como trabalhadores de rotina e de forma limitada, prejudicando o desenvolvimento de professores como intelectuais de mente crítica, e sim devem ser profissionais intelectuais, sendo que a formação de professores deve ser ligada à transformação crítica do ambiente escolar e, por extensão, o mais amplo ambiente social.

A respeito do contexto prisional, Onofre (2007) e Carvalho (2021) destacam que a escola pode se apresentar como um ambiente paradoxal, pois, em certos momentos, é retratada como um caminho para a humanização, convivendo ao mesmo tempo em um ambiente com a função de controlar e disciplinar. Na educação carcerária é importante destacar a existência de vários desafios, principalmente em relação às limitações estruturais do espaço e ao receio dos professores em ministrar aulas para presos, julgando que a convivência com eles é uma ameaça a sua segurança. Assim, para Stumpf (2011) a violência seja ela qual for, causa medo às pessoas e isso impossibilita que se resolvam problemas e se lute por melhorias no âmbito educacional.

### **3.5 O exercício da educação em espaços de privação de liberdade**

Na revisão realizada durante a construção da dissertação os artigos analisados apontam que os professores frequentemente associam a sua conduta profissional à função de “conselheiros”, por acolherem demandas emocionais; “missionários”, devido ao anseio de contribuir para a transformação da conduta dos alunos, e “corajosos”, por exercerem um trabalho considerado desafiante (DUARTE; SIVIERI-PEREIRA, 2019). Esse professor, para Ferreira (2017), além de exercer a

profissão com os conhecimentos da sua formação universitária, tem que observar todo o contexto social e as necessidades dos grupos envolvidos, e ainda procurar meios para auxiliar nos processos existentes no campo dos desfavorecidos.

Nesse sentido, para Souza, Cruz e Rodrigues (2017), a educação no sistema prisional deve ser global, ou seja, uma educação que possibilite uma promoção cognitiva e social, comprometida com a libertação, mesmo fazendo parte de um sistema capitalista. Contudo, Almeida e Santos (2016) apontam que o que se verifica é a incapacidade de os sistemas prisionais proporcionarem ao preso condições de participação na vida social de forma digna. Pesquisadores como Mello e Alves (2017) e Oliveira (2013) sinalizam que a educação prisional não deve ser considerada como um privilégio ou favor a ser disponibilizado ao preso, mas se constitui um direito a ser exercido. No entanto, o próprio sistema que oferece esse direito não oportuniza condições adequadas para o seu exercício pleno, deixando diversas lacunas no que se refere à estrutura, materiais e condições para que os professores exerçam sua atividade dignamente.

Contudo, o sistema prisional, o estado e a sociedade precisam oferecer condições de trabalho para os professores. O desenvolvimento das atividades educacionais em qualquer ambiente necessita de recursos e meios de forma que os apenados também possam ter acesso a programas educacionais adequados. Entretanto, essa realidade não corresponde ao que é verificado em diversos sistemas prisionais do Brasil (SANTOS; KRAMER; SILVA, 2020). De acordo com Nascimento, Silva e Pressler, (2020) a implantação de uma educação voltada para todos nas políticas públicas requer superação de obstáculos específicos do sistema penitenciário, tais como: a cultura da tolerância da corrupção, venda e compra de privilégios, e o empoderamento de classes mais favorecidas.

### **3.6 A Educação escolar como direito do preso nas Legislações Penal e Educacional**

É importante registrar que a busca se deu em referências que tratassem da educação no sistema prisional, essa busca não foi fácil. Tanto que Bernardo (2018) e Tavares (2019) reconhecem que a educação no ensino de Ciências e as práticas desenvolvidas por professores que atuam no ensino prisional ainda não são muito

divulgadas no campo da pesquisa e os trabalhos ainda constam de poucos referenciais nesta área.

Nesse contexto, é necessário nos conscientizar que a educação prisional não significa um benefício ou privilégio, mas o cumprimento de normas e leis estabelecidas e um direito previsto (CARVALHO, 2012; ALMEIDA, 2016; TAVARES, 2019). A educação de pessoas privadas de liberdade é prevista como Educação de Jovens e Adultos, conforme foi instituído no PEESP, o qual prevê a ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, contemplando a Educação Básica na modalidade de EJA, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

As Diretrizes Nacionais para oferta de Educação nos estabelecimentos penais também se configuram como amparo legal, que se insere como um dos dispositivos que garante o direito dos presos à educação. É importante ressaltar que apesar das legislações estarem avançando nas garantias ao direito à educação para privados de liberdade, esse direito ainda precisa ser concretizado em sua prática.

Conforme afirmado por Onofre (2020)<sup>12</sup>

[...] os educadores e escolas ainda se constituem como visitas na Unidade Prisional. Há de certa forma a contradição educativa entre a instituição prisão e a instituição escola, são duas instituições com perspectivas diferentes. E nesse contexto a instituição escola sofre prejuízo em relação à instituição prisão. E as ações não conseguem ser tão potencializadas quanto desejado, principalmente em função das regras de segurança. (ONOFRE 2020) (Informação verbal).

Além disso, a educação é responsabilidade da esfera pública e regulada pelo Estado, e se constitui um ponto de conflito, já que se questiona seriamente o quanto o Estado está organizado o suficiente para trazer os direitos previstos em lei para esses cidadãos, que já se encontram privados de tantos outros. A implantação de propostas curriculares adequadas às necessidades das escolas prisionais é um desafio, no momento que se vê a necessidade de um estudo verdadeiramente crítico da educação, que precisa ir além das questões puramente técnicas, de como ensinar eficiente e eficazmente. Questões estas dominantes ou unicamente levantadas nas questões educacionais, mas deve-se pensar criticamente a relação da educação com o poder econômico, político e cultural (APPLE, 2008).

---

<sup>12</sup> Informação fornecida por Onofre durante a Live-Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões, realizada pelo Grupo de pesquisa GEFEP, da UNEB, com o apoio da TV UNEB, 2020. [LIVE - Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões - YouTube](#)

Em virtude das poucas informações oficiais documentadas em relação aos sistemas educacionais vigentes nas Unidades Prisionais no Brasil, é muito difícil apresentar dados reais e consolidados dos Estados (DCNEB, 2013; BERNARDO, 2018; TAVARES et al 2019). Por isso a importância das pesquisas nessa área e apresentação das experiências vividas pelos professores no contexto da educação no cárcere brasileiro.

Nos estudos realizados das ações de educação implementadas nos sistemas penitenciários, percebe-se as diversas realidades encontradas, que variam desde a estrutura física, características do corpo docente, propostas pedagógicas e a existência ou não de formação continuada ou mesmo uma preparação dos profissionais que atuam nas escolas intramuros (DCNEB, 2013).

### **3.7 Dilemas da educação no âmbito da população carcerária**

Bernardo (2018) mostra a movimentação das esferas de governo, visando a transformação da realidade do analfabetismo no Brasil. O Governo do Estado de São Paulo implementou políticas públicas, difundindo programas que firmam parcerias com outras instituições da sociedade civil, pairando questionamentos se tais parcerias poderiam trazer benefícios para a clientela em questão, ou como ocorrem estas parcerias e de que forma se daria sua operacionalização.

Tais concepções destoam do conjunto das atuais discussões e vai justificando, embora o que não foi afirmado publicamente, o tratamento desigual que é dispensado pelo poder público à população adulta, no contexto do sistema educacional (PASSOS, 2018).

Nesse sentido é necessário analisar as peculiaridades destes educandos, que por não possuírem um nível educacional são considerados pessoas à margem da sociedade em todos os níveis, quer seja, econômicos, sociais e culturais. Como também, no aspecto afetivo, possuem as mais diversas carências que precisam ser consideradas e analisadas no processo de ensino e aprendizagem (Ibid).

A realidade da educação brasileira tem sido alvo de denúncias pautadas, sobretudo, em duas vertentes: críticas em relação à competência dos processos de ensino e seus resultados, e às políticas públicas de educação que não são eficazes. Mas continuar apenas no nível das denúncias é permanecer somente constatando problemas que já existem, no entanto, o que está faltando é o enfrentamento dos

mesmos, objetivando assim, atingir suas causas e modificar os seus efeitos (BERNARDO, 2018).

Cabe perguntar se a formação de professores tem possibilitado o desenvolvimento de uma prática pedagógica que assegure os princípios e especificidades em todos os âmbitos da rede de ensino, e em todas as modalidades em que se pode atuar, dotando os discentes de ferramentas que lhes permitam gerir as contradições do processo e o confronto com o contexto real de ensino (GOMES, 2019).

Pereira (2011) adverte que é preciso considerar a indissociabilidade entre a formação e as condições adequadas oferecidas para a realização do trabalho do professor, pois, do contrário, pode-se correr o risco de culpabilizar os professores por todas as mazelas do sistema educacional no Brasil, ou considerá-los apenas vítimas do processo de incentivo à reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

Neumann (2020) e Diorio (2021) consideram que os professores e instituições destinadas à educação não dispõem de recursos e de apoio suficiente para possibilitá-los a desenvolver novas formas de ensino que atendam às demandas dos que necessitam de escolarização, nem às expectativas familiares, nem aos conteúdos que o Ministério da Educação (MEC) estabelece como necessários na escolarização e muito menos a esses fatores associados a uma educação na perspectiva inclusiva.

Trazendo o enfoque à educação em instituições carcerárias, as pesquisas no âmbito da educação em ambientes de privação de liberdade se deparam com várias dificuldades. Considerando à escassez de referências e pesquisas que abordem a temática, encontrando lacunas no que se refere ao estudo da implantação de projetos educacionais e da educação propriamente dita neste assunto (BERNARDO, 2018).

A invisibilidade da educação oferecida às pessoas encarceradas também pôde ser verificada nas produções acadêmicas que começaram a se destacar nas pesquisas a partir de 2005, época a partir da qual o tema passou a ser mais discutido (GRACIANO; SCHILLING, 2008). E em algumas áreas essas produções ainda são extremamente escassas, como em relação a ausência de debates em torno da educação em Ciências de pessoas que se encontram em ambiente de privação de liberdade, sendo demonstrado em pesquisa realizada por Tavares (2019):

Esta ausência de debates sobre a educação em ciências de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social como é o caso de adultos e jovens infratores foi comprovada ao realizar pesquisa no indexador Capes e nas revistas sobre educação em ciências ou ensino de química de todos os níveis de Qualis. O único indexador que trouxe alguma referência sobre o tema foi

o Google Acadêmico, no qual foram encontrados três trabalhos: duas monografias de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado em ensino de biologia de autoria de Oliveira (2017) que também já havia feito o anúncio da ausência de pesquisas sobre ensino de ciências e de biologia no sistema prisional (TAVARES, 2019, p. 96)

Além da escassez de pesquisas em determinadas áreas, dentre as que são realizadas, como no texto de Miranda, Vasconcelos e Justi (2019), intitulado 'Prática pedagógica docente na educação de jovens e adultos privados de liberdade pertencentes a uma unidade prisional', se aponta que a educação fornecida pela Unidade Prisional tem colaborado para que alguns presos regressem ao convívio na sociedade, não incorrendo na reincidência. Reafirmando que os marcos referenciais se traduzem em oferecer uma educação voltada para a ressocialização, reeducação ou reinserção social (GRACIANO; SCHILLING, 2008).

Demonstrando que as atividades educacionais na prisão, atualmente, estão direcionadas a se transformar em uma técnica de modificar o comportamento dos prisioneiros tornando-os pessoas dóceis e domináveis. Propõe, também, pensar em relação as peculiaridades da educação prisional padecendo das implicações de encontrar-se subsumida às atividades pontuais, de caráter assistencial e geralmente vinculadas as atividades manuais ou de recreação (Ibid).

Entre as muitas visões possíveis acerca da escola situada em espaço de privação de liberdade, Silva e Moreira (2011) ressaltam que a educação em prisões adquire outros fins, não necessariamente voltados para o indivíduo encarcerado, mas que beneficiam a própria instituição penal. Nesse sentido, a escola no cárcere pode contribuir como uma estratégia para a redução da violência, das fugas e das mortes dentro da prisão, e até mesmo da superlotação nas cadeias através da diminuição da taxa de reincidência, afastando a pessoa da vida criminosa.

Mas a escola, incessantemente, é um meio de transformação e deve ser vista como instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, da atividade criadora e inovadora (SILVA; MOREIRA, 2011). Em meio a essa situação desafiadora a educação deve ser vista como um direito assegurado pela Constituição Federal não para a reintegração, mas como um meio de lutar contra a hegemonia, reduzindo a vulnerabilidade das pessoas, pois através da educação podemos criar mentes pensantes na sua inteireza, capazes de transformar a realidade ao seu redor (APPLE, 2017; PIMENTA, 2020).

### **3.8 Dificuldades encontradas pelos professores no ambiente prisional**

A pesquisa realizada por Bernardo (2018) apresenta o tema da experiência de universitários em um processo de educação de presos como uma reflexão da aplicação de uma ação pública em parceria com uma universidade. O referido estudo apresenta seus limites e possibilidades dentro de uma realidade duplamente excludente no que se refere aos direitos e garantias, principalmente no campo educacional.

Outra barreira mencionada pelo autor, encontrada no desenvolvimento de um processo educacional nas instituições carcerárias, é a presença dos detentos nas aulas. Acontece sempre uma quantidade considerável de faltas, especialmente nos locais em que não é obrigatória a frequência. As ausências são justificadas pelos atendimentos de ordem jurídica, médica e social, e, principalmente, de trabalho. Os presos sempre optam pelo trabalho, em prol das aulas, principalmente quando é necessário o aumento da jornada de trabalho. O trabalho além da remição da pena, possibilita a remuneração pelo que se produz.

Existem ainda outros problemas em relação às condições do aprisionamento que interferem diretamente nos processos educativos, conforme afirmado por Souza, Nonato e Fonseca (2020). As aulas são frequentemente comprometidas, visto que a situação e as condições do aprisionamento, aliadas às normas disciplinares da prisão, muitas vezes, inviabilizam o acesso à escola.

Carvalho (2012) afirma que o universo prisional é marcado por uma cultura e por características próprias como a linguagem, os valores, as normas de segurança, as crenças, a educação, a repressão, a violência, a ordem e a disciplina. O autor ainda enfatiza que as Unidades Prisionais sempre priorizam a manutenção da ordem e disciplina com o objetivo de promover segurança em primeiro lugar. Nesse contexto, em relação às atividades que são realizadas na prisão, estão as atividades educacionais, e o espaço em que ocorre o ato educativo é singular e diferente

A infraestrutura do sistema prisional acaba por não favorecer a integração dos presos na sociedade, pois estes são colocados em situações degradantes, que insultam e agridem sua dignidade (ARAÚJO; FIDALGO, 2019; SANTOS; MARTINS; VIEIRA, 2020). As classes são muito heterogêneas, contendo pessoas que praticaram diversos tipos de crimes e penas, misturando analfabetos e alfabetizados, alunos com diferentes graus de instrução.

Aguiar e Santos (2019) enfatizam que um dos maiores problemas enfrentados está relacionado à rotatividade e à desistência, pois, por tratar-se de unidades de ensino dentro do presídio, há casos de alunos que chegam e saem no meio do ano letivo, devido ao ingresso no sistema prisional ou recebimento de alvará de soltura.

De acordo com Duarte e Sivieri-Pereira (2019), os professores se veem inseridos em uma instituição onde os limites da prática docente encontram grandes barreiras para oferecer uma educação adequada. Entretanto para Santos, Kramer e Silva (2020) os professores demonstram o quanto é gratificante ver pessoas com novas oportunidades de mudança de vida através do acesso a uma nova chance de aprender a ler e escrever. Conclui-se a partir do que Santos, Kramer e Silva (2020) e Sela e Da Motta (2018) que a educação no contexto prisional representa grande desafio para o professor, pois este necessita ir além de atender a um currículo, mas de educar integralmente o cidadão.

### **3.9 Impactos do trabalho docente em instituições de privação de liberdade**

Para Bernardo (2018) o trabalho profissional docente realizado em um contexto diferenciado, ou seja, em uma instituição carcerária, pode trazer ganhos pessoais e profissionais. Foi constatado por esse autor que os professores por conviverem com realidades tão distintas de outras, atuando em uma cadeia, trouxe-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes mais marginalizada.

Autores como Nascimento, Silva e Preussler (2020) reconhecem que a formação de professores ainda não abrange as peculiaridades da educação no sistema prisional, sendo que o regime de trabalho ainda não se constitui como próprio, e é visto como um seguimento apartado, mesmo constituindo uma função do magistério. Dessa maneira, percebemos o quanto a educação no sistema prisional se constitui em um campo negligenciado e marginalizado pelo poder público e pela própria educação, percebendo-se a falta de políticas públicas em prol da causa, principalmente no que se refere à pessoa do professor.

Andriola (2013) apresenta uma Proposta de Formação de Professores do Sistema Prisional do Ceará, devido à solicitação de professores para cursos com temas associados à Educação Prisional. A proposta de formação buscou uma atitude reflexiva, não só do professor, mas de todos que atuavam em Unidades Prisionais,

pois devem ser considerados potenciais educadores. Com isso, os participantes do curso, que abrangeu todos os funcionários da Unidade Prisional, deveriam conceber a educação como um processo transformador, criando condições para que o indivíduo preso se compreendesse como um ser crítico e social, capaz de mudar sua realidade. Inclusive, Ireland e Lucena (2013) afirmam a necessidade de construção de novas estratégias de aprendizagem que devem ser desenvolvidas no cenário prisional proporcionando meios de sobrevivência das pessoas encarceradas.

De acordo com Mello e Alves (2017), a importância da escola se vê nas falas mais recorrentes dos presos, em que se menciona que a escola ocupa a mente, contribui para passar o tempo; além disso, é onde tem-se a oportunidade de entrar em contato com o mundo externo, através dos conteúdos trazidos “da rua pelo professor”, que os deixa conhecedores sobre o que acontece fora dos muros do cárcere.

Os estudos realizados por Santos, Vieira e Martins (2020) apontam que a educação e o trabalho no cárcere diminuem a probabilidade de reincidência no crime, e que o interesse pelo trabalho aumenta com a elevação do nível de escolaridade. Os autores ainda afirmam que a educação e o trabalho poderão ter um papel importante, possibilitando ao preso uma mudança em sua maneira de ver e apreender o mundo. Segundo Andrade e Pinheiro (2019, p. 46), “A educação, portanto, é um meio de promover conhecimentos e integração social, permitindo aos apenados um futuro melhor quando estiverem em liberdade”.

Para Vieira (2013, p. 108), “a educação na prisão é uma das únicas possibilidades de dar dignidade a essas pessoas, de gerar alteridade,” construindo uma realidade diferente das vivenciadas nas organizações criminosas. Isso ocorre quando o sujeito é instigado a entender e ressignificar seu papel na sociedade, e, em uma perspectiva crítica, rever seus valores, “principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária” (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p.224).

### **3.10 A educação em Ciências no ambiente prisional: por quê a ausência?**

Verifica-se, a partir da análise dos artigos, que a educação em Ciências em ambiente prisional ainda carece de pesquisas e, apesar do sistema educacional na

prisão já ter evoluído em alguns aspectos legais, a pergunta em questão é: por que há essa ausência de pesquisas?

Em relação as produções encontradas sobre a educação em Ciências no ambiente prisional, o artigo de Diório (2021) “Condições de trabalho no contexto da Educação em prisões: percepções de professores de Ciências no município do Rio de Janeiro/RJ”, demonstra a percepção de professores de Ciências em prisões em e as suas condições de trabalho, e descreve as situações vivenciadas por esses profissionais. A produção de Tavares (2019) que vem discutindo “Os indícios de saberes docentes de uma futura professora de Química que estagia no sistema prisional”, tem como principal objetivo responder a pergunta: quais os indícios de saberes docentes apontados nos diários de bordo de uma professora de Química que atua no ambiente prisional? A autora do estudo justifica a pesquisa devido à ausência de trabalhos na área de ensino de Ciências, especialmente referente à disciplina de Química e à necessidade de a formação de professores discutir em seu contexto a temática educação prisional, principalmente na disciplina de estágio, que é uma das principais fontes de construção dos saberes docentes.

Levando-se em consideração o ambiente prisional como um ambiente complexo e desafiador em que as normas do local determinam como será a forma de agir no processo educacional, esses saberes docentes são construídos de uma forma única e particular, fornecendo, ao futuro professor, uma experiência única de saber lidar com a educação em diversos ambientes e contextos.

Tavares e colaboradores (2019) dizem que é dentro desses contextos que o professor se depara com diversas dificuldades e limites impostos como, por exemplo, a falta de material didático adequado, especialmente relacionado à área de ensino de Ciências, e especificamente a Química. Com isso, surge um desafio para quem leciona no ambiente prisional que é a preparação de material didático adequado à população carcerária e compatível com as normas de segurança do ambiente prisional.

Durante a pesquisa também foram consultados os eventos da área de ensino de Ciências (indicar os eventos), e apenas um trabalho foi identificado relacionado ao ambiente prisional e ao ensino de Ciências, que trata de estratégias que favorecem o ensino/aprendizagem de Biologia em relação à filmes de curta e longa metragem. Não foram encontrados outros trabalhos que tratam do ensino em Ciências em ambiente prisional, nem direcionados à formação de professores para esse contexto. No estudo

de Cavalcante e Gastal (2011), presente nas Atas do ENPEC, foram identificados trechos relativos à segurança e ao direito legal à educação conforme se vê no fragmento a seguir.

Reforçando o preceito constitucional e a LDB, a Lei de Execuções Penais (BRASIL,1984), determina como direito do preso a assistência educacional. Desta forma, a educação é um direito legal do encarcerado e, mesmo com as limitações existentes no presídio, relacionadas com a segurança, a educação deve ser acessível àqueles que tenham interesse em iniciar, retomar ou prosseguir a sua escolarização (CAVALCANTE; GASTAL, 2011, p.3).

O artigo mostrou que, apesar das contradições no ambiente prisional, pode haver certa flexibilidade, pois, quando houve a necessidade de mais tempo para continuar o trabalho em sala de aula, foi concedido, mostrando que na educação prisional pode haver espaço para a flexibilidade e o entendimento entre a ação pedagógica e a policial. O texto apresenta ainda referências à educação crítica quando associa o quanto é importante levar conteúdo que se aproxime do cotidiano dos alunos e a comparação com suas vivências, refletindo sobre si mesmos acerca da realidade em que vivem, influenciando, conseqüentemente, na leitura do mundo.

A pesquisa ainda mostra que o ensino em prisões deve respeitar as regras de segurança do ambiente prisional, entretanto, 'isto não significa aulas "prisoneiras" do sistema' (CAVALCANTE; GASTAL, 2011, p. 8). O professor precisa de qualificação inicial e continuada e incentivos para que consiga buscar estratégias que estimulem os alunos. É importante, principalmente, que políticas públicas promovam a educação de qualidade que possibilite aos estudantes se perceberem como pessoas capazes de mudar a sua própria realidade.

## 4 CAMINHOS DA PESQUISA<sup>13</sup>

Neste capítulo são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Será apresentada a abordagem da investigação, os participantes envolvidos, o contexto em que foi realizada, instrumentos e procedimentos adotados para a coleta dos dados, finalizando com um método específico de análise de dados.

### 4.1 Abordagem na qual foi realizada a pesquisa

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). A abordagem qualitativa de pesquisa inclui o ambiente natural como fonte direta de dados e o (a) pesquisador (a) como principal responsável pela coleta dos dados. A construção e análise dos dados é predominantemente descritiva, seguindo um processo indutivo, considerando os diferentes pontos de vista, atentando assim para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

Porém, as pesquisas qualitativas não seguem um padrão uniforme porque admitem que a realidade é contraditória e flui através dos processos de investigação, dependendo também do comportamento do investigador, sua concepção, seus valores e seus objetivos (CHIZZOTTI, 2006). Assim a pesquisa seria feita de forma presencial com dia, horário e local das entrevistas e o período que seriam realizadas. Onde seriam observadas as falas através de vídeo gravação as quais seriam transcritas.

Assim, tem-se que essa pesquisa foi realizada num contexto de pandemia e não foi possível seguir exatamente como estava previsto e os resultados são realmente imprevisíveis, especialmente num contexto pandêmico e que os contatos se restringiram à forma virtual. Os dados foram obtidos através de textos transcritos obtidos de entrevistas por telefone ou transcritas de e-mails. Mas nenhuma pesquisa tem o objetivo de prever um resultado, o que significaria uma ação positivista, mas de compreender os objetivos aos quais a pesquisa está destinada através dos dados coletados.

---

<sup>13</sup> Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (CAAE: 40363520.8.0000.5526).

## 4.2 Local onde foi realizada a pesquisa

O CPI (Figura 1), fica localizado no bairro Nova Esperança, em Itabuna na Bahia, abriga condenados ao cumprimento de penas privativas de liberdade em regime fechado e semiaberto. É uma unidade em cogestão com a iniciativa privada e a população carcerária de internos é de 923, sendo 28 do gênero feminino e 895 do gênero masculino (BAHIA, 2021a).

**Figura 1** – Foto do Conjunto Penal de Itabuna.



**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021.

A porcentagem de internos em atividade educacional no CPI em relação a quantidade de um gênero e outro estão descritas conforme o Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** – Porcentagem de internos em atividade educacional no CPI.

<b>Gênero</b>	<b>Total</b>	<b>Matriculados</b>	<b>% de matriculados</b>
Feminino	28	18	64,29
Masculino	895	474	52,96

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2022.

Verifica-se que metade da população carcerária já tem acesso a atividade educacional, não sendo detectado na pesquisa os motivos pelos quais os demais não possuem acesso. Considerando que dados sobre condições sociais, psíquicas e outros dados referentes à população carcerária e sua realidade ainda são de difícil acesso em uma unidade prisional.

Os professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna fazem parte do corpo docente de duas escolas da cidade e são funcionários do Município e/ou do

Estado. A escola a qual pertencem os professores que lecionam até o 5º ano do Ensino Fundamental I é uma escola Municipal. E os professores que lecionam do 6º ano do Ensino Fundamental II até o Ensino Médio fazem parte de uma escola Estadual, ambas escolas credenciadas para atuarem na Unidade Prisional. Os nomes das escolas não serão divulgados com o objetivo de preservar os sujeitos da pesquisa.

### **4.3 Participantes envolvidos**

Os participantes desta pesquisa foram inicialmente organizados em três segmentos, e foi usado para cada segmento um instrumento de pesquisa específico. Teríamos uma maior quantidade de sujeitos no seguimento dos professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna; o outro grupo foi o dos representantes da direção e os coordenadores do projeto de educação<sup>14</sup> que ocorre na Instituição. Atualmente atuam no CPI dois (02) coordenadores pedagógicos e onze (11) professores. Esses professores se dividem em três (03) da rede Municipal e oito (08) professores da rede Estadual.

#### **4.3.1 Representantes da direção**

O Diretor do CPI foi o responsável pela autorização do desenvolvimento da pesquisa na Unidade Prisional, como também, auxiliou no fornecimento de dados do corpo docente daquela Unidade, como o nome do coordenador substituto no projeto educacional no CPI, já que o Coordenador Pedagógico que desenvolve o trabalho foi acometido pela Covid-19, necessitando se afastar por um período longo, sendo internada pelo agravamento da doença no período em que esta pesquisadora estava fazendo a coleta de dados, passando por um longo processo de reabilitação.

Infelizmente não obtive respostas do questionário aplicado ao Diretor da Unidade Prisional, ele informou que as perguntas do questionário se tratavam de questões educacionais, e ele não estava apto a responder.

O Diretor deixou para o Coordenador Pedagógico responder, informando que sua administração perpassa pelas questões administrativas, e as questões educacionais ficam realmente a cargo do Coordenador Pedagógico e professores que

---

<sup>14</sup> Em conversa preliminar com o Diretor da Unidade Prisional foi informado que há dois coordenadores responsáveis pelo projeto educacional no CPI.

lecionam no CPI. No entanto, Andriola (2013) traz a importância de todos os envolvidos na Unidade Prisional estarem engajados com os projetos educacionais e realizarem cursos no intuito da preparação dos trabalhadores do referido sistema, dada a relação direta com os sujeitos privados de liberdade e com os seus educadores.

#### 4.3.2 Os Coordenadores do projeto educacional

A coordenadora substituta da Unidade Prisional investigada teve suas respostas e concepções obtidas por meio de um questionário com questões abertas (Apêndice A) respondido de forma virtual, através de e-mail. Suas características mais relevantes e sua identificação aparecem na Quadro 2.

A entrevistada passou a responder pela coordenação após a coordenadora titular se encontrar adoentada. Informou que ainda não dominava toda as atribuições de coordenação já que tinha acabado de assumir em virtude da enfermidade da coordenadora titular, ficando assim responsável pela distribuição das atividades no CPI.

Quadro 02 - Identificação do Coordenador substituto do projeto educacional no CPI.

Instituição	Código	Idade	Formação Acadêmica
Escola Municipal	CQ	43 anos	Letras

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021.

Observa-se no Quadro 02 que a coordenadora substituta (CQ) pertence a área de Linguagem e desenvolve um importante trabalho na sua área, o **Programa Remição pela Leitura**, no Conjunto Penal de Itabuna. Através deste trabalho os internos fazem a leitura de um livro por mês e confeccionam resumos. Os internos podem ter até 48 dias de remição de pena por ano, a cada livro lido tem 4 dias de remição, computando apenas as atividades realizadas durante o cumprimento da pena.

A coordenadora foi a responsável pela informação de quais escolas são responsáveis por ceder professores para ministrar as aulas. Informando o nome da escola da rede municipal e da escola estadual de ensino a qual pertencem. Informou

também a quantidades de professores, turmas, e como é organizado o sistema de ensino na Unidade.

#### 4.3.3 Professores envolvidos no projeto

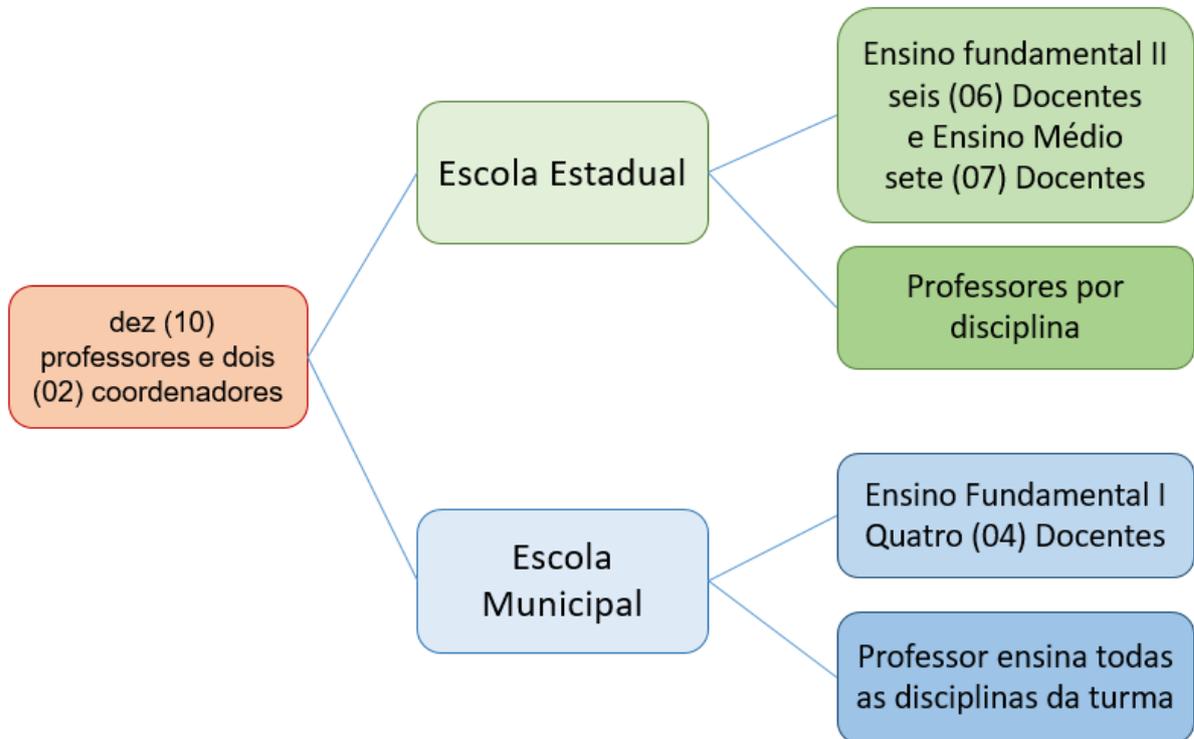
A investigação ocorreu com professores que lecionam no CPI. A instituição está caracterizada na Figura 1, apresentada anteriormente, sendo uma Instituição Estadual num regime de cogestão com empresa privada. Decidiu-se por não pesquisar mais detalhes da Instituição, pois o objetivo da investigação é pesquisar o ensino proporcionado pelos professores naquele local, e não avaliar e criticar individualmente a Instituição.

Foi muito complicado o acesso aos professores nesse momento de pandemia, e como não trabalho na Instituição dificultou ainda mais a pesquisa. Como também não poderia me deslocar para a pesquisa em virtude de não estar havendo atividade presencial e não havia como me comunicar pessoalmente com os professores. Inclusive também, com o objetivo de cumprir os protocolos sanitários não tinha como ocorrer este encontro presencial.

Como a coordenadora em exercício já havia me explicado que passou a responder pela coordenação após a coordenadora titular se encontrar adoentada, não tinha condições de passar contato dos professores, sendo a situação de coordenação ainda uma novidade para ela que tinha acabado de assumir em virtude da situação. Então não conseguiria me passar todas as informações necessárias sobre os professores e o melhor passo era tentar um contato com os diretores das escolas em que esses professores trabalhavam.

Mas mesmo assumindo uma função intempestivamente ainda me forneceu dados que me auxiliaram a conhecer melhor como funciona a administração do processo educacional, conforme esquema abaixo:

Figura 02: Constituição da administração do processo educacional.



Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

A Unidade Prisional investigada é uma unidade mista em sistema de cogestão. Possui duzentos e três (203) internos no Ensino Fundamental I. Como a coordenadora realmente me confirmou que não tinha como entrar em contato com os professores, as informações constantes na Figura 02 foram muito relevantes para a pesquisa. Foi através dessas informações que obtive o nome das escolas em que estavam lotados os professores que lecionam no CPI, para então conseguir contato com os mesmos.

Como tinha conhecimento já com alguns professores, pois já convivo em Itabuna, desde 2003, e trabalhei em uma escola por 15 anos, consegui entrar em contato com professores através de uma aproximação com colegas. Através de contato com os próprios professores que lecionam no CPI e para tentar uma aproximação menos invasiva enviei o roteiro de entrevista em forma de questionário.

O que me fez colher o e-mail de alguns, como também um dos professores o qual era mais próximo de minha pessoa me apresentou aos demais. Somente assim consegui obter informações e respostas do roteiro de entrevista com questões semiestruturadas, conforme Apêndice E, o qual funcionou como questionário piloto primeiramente, conseguindo assim dados dos professores como e-mail e número de

*Whatsapp*. Com estes dados foi possível agendar as entrevistas que foram realizadas através do *Google Meet*.

Foram realizadas as entrevistas com dois (02) professores que lecionam na Instituição, com a finalidade de obter informações, complementares ao roteiro inicialmente enviado. Dando continuidade a pesquisa, a entrevista foi conduzida de modo a esclarecer acerca de suas práticas, como desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao ensino de Ciências no sistema prisional.

Foi muito interessante a entrevista, pois os professores puderam contar como suas práticas são desenvolvidas e experiências vividas nessa área. Falaram um pouco dos assuntos ministrados e como é definido o currículo a ser seguido. As dificuldades encontradas, e se o trabalho se desenvolve numa perspectiva de melhoria das condições de vida dos indivíduos que ali se encontram privados de liberdade.

Os dados sobre características e concepções dos entrevistados que haviam participado da entrevista foram obtidos inicialmente em forma de questionário mas seguindo os mesmos questionamentos constantes no roteiro da entrevista (APÊNDICE E), o qual usei para uma aproximação, pois sou uma desconhecida, não trabalho junto aos mesmos, nem possuo nenhum tipo de vínculo, sendo assim, conceder uma entrevista poderia não ser confortável para os professores. Por isso, optei em encaminhar via e-mail um questionário piloto estabelecendo um contato inicial, obtendo o e-mail e *Whatsapp* dos professores, sendo assim, obteve-se as respostas de três (03) questionários. E, após esse contato, foi estabelecida uma conversação, via *Google Meet* e *Whatsapp*, conseguindo assim a realização de duas (02) entrevistas. As principais características desses participantes aparecem no Quadro 3.

Quadro 03: Identificação dos professores que lecionam no projeto educacional no CPI.

Instituição	Código	Idade	Tempo de Docência	Formação Acadêmica
Escola Estadual	PBQ	50 anos	22 anos	Biologia
Escola Estadual	PFQ	48 anos	30 anos	Física
Escola Estadual	PQQ	39 anos	17 anos	Química

Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

Analisando o Quadro 03, percebe-se que esses professores (PBQ, PFQ e PQQ) possuem entre 17 a 30 anos de atuação na educação, estando no grupo de professores experientes. Um tempo grande de experiência na área, e 100% deles atuam na rede pública, requisito essencial para se trabalhar na Unidade Prisional, como também, alguns deles atuam na rede privada. É possível que a experiência na educação os proporcione segurança para exercer o ofício numa realidade tão diferente das escolas comuns. Esses professores são indicados pelas escolas responsáveis por disponibilizar professores para ensinar no CPI, e também concordaram em lecionar naquele estabelecimento.

#### **4.4 Instrumentos de obtenção de informações**

No intuito de conseguir produzir as respostas às questões dessa investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados:

- a) Questionário com questões abertas via e-mail aplicado à direção da Unidade Prisional (APÊNDICE C);
- b) Questionário com questões abertas via e-mail aplicado ao coordenador substituto responsável pela coordenação do projeto educacional na Unidade (APÊNDICE D);
- c) Questionário com questões abertas via Google documentos e entrevista com roteiro semiestruturado via Google Meet com professores que lecionam no Conjunto Penal de Itabuna (APÊNDICE E).

A preocupação com o rigor do método e com a legitimidade dos achados na pesquisa é de primordial importância para uma investigação científica. Em sua maioria, as abordagens qualitativas de pesquisas buscam construir os trabalhos cada vez mais embasados em recursos que forneçam credibilidade.

Uma das formas mais comumente usadas para se buscar confirmações em pesquisas qualitativas é o método da triangulação, pois utiliza dados de diferentes fontes. Segundo Coutinho (2013) as informações obtidas por meio da triangulação (análise de artigos, questionário à direção e coordenação, questionário e entrevista aos professores) propõe conferir mais fidedignidade à análise das diferentes informações e percepções que esses sujeitos podem expressar através de suas falas.

#### 4.4.1 O questionário

O modo como cada instrumento foi aplicado e a descrição dos participantes de pesquisa foram explicados anteriormente, como também, os efeitos da pandemia neste trabalho.

Inicialmente seria realizado questionário com o Diretor do presídio, com a finalidade de obter mais informações sobre o funcionamento do sistema de ensino, quem são os responsáveis diretos pela coordenação dos trabalhos, e os professores que se dedicam à prática.

O questionário é uma das ferramentas mais tradicionais de coleta de dados e consiste numa série de perguntas. O questionário constou de questões abertas com o objetivo de captar informações não previstas. Como também, as informações fornecidas pelo questionário aberto podem ser categorizadas (FIORENTINI, 2006).

A utilização de questionários, em pesquisas qualitativas, pode fornecer informações subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (GERHARDT, 2009). Mas os mesmos funcionam muito bem como uma fonte complementar de informações, especialmente na fase inicial da pesquisa. Sobretudo para colher características e descrições dos sujeitos investigados. E no caso desta pesquisa é de fundamental importância conhecer inicialmente o contexto a ser pesquisado (FIORENTINI, 2006).

Antes da realização da pesquisa foi mantido contato com o Diretor da Unidade Prisional de Itabuna, esse contato foi mantido antes da realização da inscrição no mestrado. Para obter informações preliminares do funcionamento do sistema educacional ali vigente. O mesmo foi bastante solícito e dedicou um tempo para uma conversa com esta pesquisadora.

Informou que naquela Unidade trabalhava com um grupo de professores e que possuía dois pavilhões destinados à sala de aula. Uma das maiores dificuldades enfrentadas é o problema de um dos pavilhões ficar um pouco distante das celas, gerando problemas com relação à segurança e deslocamento dos internos, mas que não é nenhum óbice para a frequência na escola prisional.

O sistema de ensino funciona muito bem, contando com a dedicação e compromisso dos professores. Não há nenhuma dificuldade de modalidade e/ou estrutural para a frequência na escola. O ensino é ofertado a todas, sendo que mais

da metade das internas estão matriculadas no ensino formal, além de exercer outras atividades educativas não formais (oficina de leitura, artesanato, corte costura, salão de beleza, etc.)

Inclusive fui informada pelo diretor do presídio que a Unidade Prisional estava necessitando de um Coordenador pedagógico. O que despertou nesta pesquisadora um certo receio de que no momento em que seria realizada a pesquisa de campo não teria o Coordenador, pois seria investigado a partir de respostas a um questionário, sendo também o elo de ligação com os professores.

A primeira dificuldade encontrada no processo de busca de respostas foi a recusa do Diretor da Unidade Prisional em responder o questionário. Esclarecendo que a recusa não se deu em virtude de não ter interesse em responder, mas sim porque em virtude da pandemia estava voltado às questões administrativas da Instituição naquele momento, e ainda informou que, como as perguntas do questionário estavam voltadas totalmente à questão educacional, indicou a pessoa responsável pela coordenação da área de ensino como a melhor pessoa à responder.

A identificação do coordenador foi feita através de informação do diretor do CPI, que enviou via *e-mail* o contato do mesmo. Mas várias tentativas de contato com a coordenadora foram realizadas por esta pesquisadora, não obtendo êxito. Entrando esta pesquisadora em contato com a direção do presídio foi informada que a coordenadora estava adoentada. Sendo assim, fui direcionada a um coordenador substituto, cuja comunicação foi mantida através de ferramentas virtuais e conversa telefônica. Dessa forma, consegui as respostas ao questionário.

Entretanto, outras dificuldades se impuseram antes das entrevistas. O coordenador substituto, que seria o responsável por ser o elo de ligação entre os professores, informou que estava apenas na função de entrega de atividades e não tinha contato com todos os professores diretamente, que seria melhor esta pesquisadora entrar em contato com os diretores das escolas responsáveis por disponibilizar os professores para o CPI. Daí pensei que não iria conseguir realizar as entrevistas.

#### 4.4.2 As entrevistas

Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com os grupos de professores que lecionam no CPI. Essas entrevistas seriam compostas por um roteiro inicial e ao longo da conversa com os professores, poderiam acontecer desdobramentos específicos que não estivessem expressos no roteiro de perguntas, de forma que poderiam surgir informações relevantes para o contexto da pesquisa.

Atribui-se à entrevista como um instrumento básico para a coleta de dados. Diferentemente de outras formas de obtenção de dados para uma pesquisa, a entrevista não é um processo unidirecional. Na entrevista há uma forte interação entre pesquisador e pesquisados, culminando com a interferência mútua entre o entrevistador e o entrevistado, e vice-versa. Trata-se, portanto, de uma técnica de coleta de dados que se acontecer um clima de estímulo e aceitação recíproca, as informações fluirão de maneira natural (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

A entrevista é uma das principais técnicas utilizadas para o desenvolvimento das pesquisas nas Ciências Sociais (LUDKE; ANDRÉ, 2013; FIORENTINI, 2006). A grande vantagem desta técnica sobre outras é que ela possibilita a captação imediata das informações desejadas, independente do informante e sobre os diversos temas pesquisados (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

No início de uma entrevista, muitos sujeitos podem ficar inicialmente apreensivos, podem até a chegar a negar que tenham algo importante para dizer. Quando ocorrer situações como essas, o entrevistador deve apoiar os entrevistados encorajando-os e mostrando que os mesmos possuem informações de relevância sim. E no caso de haver questionamentos, sobre o método ou coerência da pesquisa, o pesquisador deve agir com firmeza, sem se mostrar defensivo (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Durante a entrevista o entrevistador deve ter atenção, respeito ético e cuidado especial. Sendo assim, Chizzotti (2000) afirma que:

[...] o entrevistador deve manter-se na escuta ativa e com a atenção receptiva a todas as informações prestadas, quaisquer que sejam elas, intervindo com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulem a expressão mais circunstanciada de questões que interessem à pesquisa. A atitude disponível à comunicação, a confiança manifesta nas formas e escolhas de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se sem receios, falar sem constrangimentos sobre seus atos e atitudes interpretando-os no contexto em que ocorrem (CHIZZOTTI, 2000, p. 93).

Nesse contexto, é muito importante que o roteiro da entrevista apresente uma ordem lógica e psicológica, apresentando os assuntos em uma sequência que favoreça o entendimento dos entrevistados, sendo de fundamental importância para a coleta de boas informações para análise. Com isso, a entrevista não apresentará bruscas rupturas entre as questões e desta forma não haverá desgaste psicológico às pessoas entrevistadas (LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

A forma como as entrevistas são realizadas podem ser classificadas de acordo com seu grau de estruturação, sendo chamadas de estruturadas ou não estruturadas, podendo uma entrevista situar-se entre esses dois extremos, sendo chamada de semiestruturada, que possui um esquema principal, mas que não é seguido rigidamente, possibilitando ao entrevistador que faça intervenções e adaptações de acordo com o desenrolar da entrevista. É o tipo de entrevista, atualmente, mais indicado para o trabalho de pesquisa na área de Educação (Ibid).

#### 4.4.3 Circunstâncias em que ocorreram as entrevistas

Iniciando a pesquisa de campo, esta não ocorreu conforme planejado, pois a pesquisa seria de forma presencial, mas devido à Covid-19 os contatos foram via *e-mail*, *Whatsapp* e contato telefônico. Inicialmente contactei com o diretor do presídio via *e-mail* enviando o questionário, ele informou que passou para a coordenadora de ensino, para responder as questões, pois considerou que as perguntas se dirigiram mais a especificidade para quem atua diretamente na educação. Solicitei ao mesmo o contato da coordenadora, sendo assim atendida. Entrei em contato com a coordenadora por três dias, sem êxito. Mandeí várias mensagens e não entendia o porquê de não obter resposta. Retornei o contato ao diretor do presídio, sendo informada que a mesma estava adoentada.

Ficando assim a pesquisa no aguardo da melhora de saúde da coordenadora. Como conhecia uma professora do presídio, entrei em contato com ela para tentar continuar a pesquisa e infelizmente fiquei sabendo que a coordenadora, a qual seria a responsável por me auxiliar com a pesquisa estava acometida pela Covid-19 e estava internada em estado grave, o que me deixou muito chocada com toda a situação. Ficando sem condições de dar continuidade a pesquisa naquele momento e até sem possibilidades de contato com os professores que também estavam abalados.

Mesmo com essa notícia se fazia necessário dar continuidade a pesquisa, e a professora que conhecia e manteve contato me deu toda a assistência, inclusive se dispôs a fazer o contato com outros professores para tentar uma intermediação. Me explicou vários pontos do ensino no presídio, como por exemplo, que trabalham em regime de vinte horas, e que os professores de lá até o 5º ano pertencem ao município e a partir do sexto ano pertencem ao Estado, todos funcionários públicos.

Explicou também que os professores atuavam nas escolas fora dos muros da prisão, inclusive em escolas particulares, não são exclusivos do ensino em Unidade Prisional, que há professores graduados na área de Ciências, formados em Química e Biologia, como também em Matemática. Alguns desses professores possuem formação continuada como qualquer um outro, mas não especificamente na atuação prisional. Comentou que os presos estudam regularmente, mas que a Unidade como qualquer outra Unidade Prisional possui as restrições à educação dificultando o processo educacional em virtude das normas de segurança, mas mesmo assim já existem alunos que cursam o nível superior. E que em virtude da pandemia dificultou ainda mais o processo educacional, pois eles não podem levar materiais para as celas, mas este ano daria início às aulas *online*. Esses dados foram colhidos em uma ligação telefônica e a resposta de um questionário apenas.

Infelizmente a professora não conseguiu o contato dos professores das escolas. Desta forma, tive retorno de apenas um questionário de professor.

Atribuo as dificuldades encontradas para o contato com os professores devido a não fazer parte da rede de ensino, não tendo aproximação com os profissionais. Dificultando assim o contato com os mesmos, talvez se já os conhecesse facilitaria este processo de coleta de dados.

Como não consegui entrar em contato com professores através da coordenação do projeto educacional, nem tinha contato dos Diretores das Escolas responsáveis pelo ensino na Unidade Prisional, se tornou quase inviável a pesquisa. Mas como dito no primeiro capítulo desta dissertação trabalhei em escola na parte administrativa por quase quinze anos e estabeleci muitos vínculos com professores.

Então, busquei um contato com uma outra professora que tinha aproximação também, e por coincidência ela tinha sido designada para trabalhar no CPI e atua na área de Ciências.

Mantive contato com esta professora porque ela fazia parte do quadro de professores do colégio responsável por disponibilizar professores para o ensino na

unidade prisional e também era conhecida. Como fui informada pela coordenadora através do questionário que esta escola era a responsável por disponibilizar os professores para o Ensino Fundamental II e EM, entrei em contato com a professora.

A professora entrou em contato com os demais professores que concederam permissão para me fornecer seus e-mails e *Whatsapp*. Como esta pesquisadora era uma desconhecida para os professores utilizei a técnica de enviar o roteiro de entrevista via *e-mail* para não se tornar muito invasiva. Já que não conhecia os professores e para evitar um movimento de desconfiança do pesquisado em relação ao pesquisador. Considerei conveniente me aproximar aos poucos, pois o sujeito pesquisado pode ter dúvidas sobre a estratégia e as intenções do pesquisador durante o processo (BOGDAN; BIKLEN, 1994, LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Foi conveniente esclarecer todas essas questões antes de iniciar uma entrevista.

Foi enviado questionário via Google documentos para os três (03) professores que se disponibilizaram a participar da pesquisa, após retornarem com as respostas esta pesquisadora fez uma análise preliminar em relação ao que foi respondido. Após verificar as respostas foram relacionadas as principais dúvidas ou lacunas observadas nas respostas. Sendo assim, foram marcadas entrevistas com dois dos professores conforme Quadro 03 apresentado a seguir.

Quadro 04: Entrevista dos professores que lecionam no projeto educacional no CPI.

Instituição	Código	Data	Duração	Formação Acadêmica
ESCOLA ESTADUAL	PBE	24/05	37min	Biologia
ESCOLA ESTADUAL	PFE	25/05	35 min	Física
ESCOLA ESTADUAL	PQE	–	–	Química

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021.

Foram realizadas entrevistas individuais, pois o que se percebe neste momento de pandemia é que os professores e a maioria dos profissionais estão com suas vidas invadidas em meio a tecnologia, são muitas reuniões *online*, aulas em diversos horários, combinando ainda com a carga horária excessiva do professor, que muitas vezes ensina em três turnos. Sendo assim se tornou inviável uma entrevista em grupo ou realização de grupo focal.

#### 4.4.4 Metodologia de análise

É uma pesquisa qualitativa e a minuciosa leitura dos questionários e das entrevistas foi feita com o objetivo de encontrar esclarecimentos entre as manifestações dos professores<sup>15</sup> sobre o sistema de ensino desenvolvido no CPI. Inicialmente tentou-se identificar a natureza de cada manifestação, conferindo uma caracterização a cada fala. Após a leitura de todos os dados coletados, as manifestações foram tratadas por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2011), que está organizada em três etapas. Da mesma forma, a manifestação do coordenador, por meio do questionário, também foi tratada por meio da ATD. Foi necessário estabelecer relações entre as respostas, do coordenador e dos professores.

A análise dos dados se inicia concomitantemente com a coleta dos dados, ocorrendo assim as primeiras ideias de interpretação dos registros colhidos que decorreram da coleta do questionário aplicado ao coordenador, do questionário inicial aplicado aos professores e dos relatos ouvidos decorrente da entrevista escrita com os professores.

Embora não se tenha estabelecido categorias *a priori*, tinha-se ideia de que algumas categorias surgiram durante a análise. A entrevista não foi dirigida no sentido de que as falas se adaptassem a alguma categoria específica. O que se buscou foi compreender as informações intrínsecas nas falas dos sujeitos que é um ponto importante, ou seja, considera-se tanto o conteúdo manifesto, quanto o conteúdo latente das falas.

No processo de construção da ATD a primeira etapa é a unitarização, consistiu no processo de leitura e desconstrução dos textos, transformando em unidades de significado, que compõem um corpus de pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2011). Nessa produção de unidades de significado, como resultado desse processo de desconstrução, derivadas da interpretação dos textos, e da elaboração de sentidos, esse conjunto fragmentado de unidades estão em total desordem.

A segunda etapa chamada de categorização, foi estabelecer novas relações entre essas unidades de significado, aproximando os fragmentos que possuem

---

<sup>15</sup> Sendo que seus fragmentos serão transcritos considerando a norma culta.

significados com semelhanças entre si, estabelecendo uma relação entre eles, aproximando-os e promovendo uma nova ordem.

Construindo assim categorias através do método indutivo, ou seja, as categorias emergiram a partir das unidades de análise do *corpus* que se constituiu na última etapa desse processo metodológico, e terá maior aprofundamento apresentado no capítulo 4 dessa dissertação.

## 5 ANÁLISE/DISCUSSÃO DOS DADOS: O QUE NOS MOSTRA A PESQUISA

Dessa forma, ao utilizar o método indutivo de análise, inicialmente dezenove (19) categorias iniciais foram encontradas, posteriormente foram aglutinadas em sete (07) categorias intermediárias, a saber: 1) O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade; 2) Experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma Instituição Carcerária; 3) Segurança e condições de trabalho na Instituição Carcerária; 4) A formação do professor e os ganhos pessoais e profissionais adquiridos ao conviverem com uma realidade tão distinta de outras; 5) A capacitação dos profissionais que lecionam em uma Unidade Prisional; 6) Utilização do Material didático x sistema de segurança e 7) Projetos na área de Ciências, assuntos ministrados e propostas curriculares, conforme pode ser observado na figura 4, que será apresentada mais adiante. Assim, no contexto da discussão sobre o a atividade educacional no CPI na cidade de Itabuna, dispomos das três novas categorias emergentes – **4.1 O trabalho docente dentro de uma Instituição Carcerária; 4.2 Realidade prisional e formação do professor; 4.3 Atividade educacional no CPI e o ensino de Ciências**, as quais, mais específicas, atendem diretamente aos objetivos almejados desta pesquisa através das unidades de significação que conduzem uma compreensão sobre a educação no Sistema Prisional de Itabuna e as experiências vividas em relação à formação do professor. Assim, o capítulo de análise e discussão dos resultados foi construído e pode ser melhor compreendido por meio da Figura 4 abaixo.

**Figura 3** - Apresentação das categorias da análise dos dados.

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
O perfil do profissional de educação em uma Unidade Prisional	O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade	<b>O trabalho docente dentro de uma Instituição Carcerária</b>
O papel do profissional de educação em uma Unidade Prisional		
Experiência docente dentro de uma Unidade Prisional	Experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária	
Transformação do olhar docente		
Segurança dos professores em uma Unidade Prisional	Segurança e condições de trabalho na Instituição Carcerária	
Condições de trabalho dos professores em uma Unidade Prisional		
Realidade distinta de outras	A formação do professor e os ganhos pessoais e profissionais adquiridos ao conviverem com uma realidade tão distinta de outras.	<b>Realidade Prisional e do professor</b>
Ganhos pessoais e profissionais adquiridos na prática da Educação Prisional		
Formação inicial e educação prisional		
Formação continuada e educação prisional	A capacitação dos profissionais que lecionam em uma unidade prisional	
Distribuição do material didático	Utilização do Material didático x sistema de segurança	<b>Atividade Educacional no CPI e o Ensino de Ciências</b>
Acesso ao material didático e normas de segurança		
Qualidade do material didático		
Conteúdos dentro de uma perspectiva de ensino	Projetos na área de ciências, assuntos ministrados e propostas curriculares.	
Temas abordados		
Proposta curricular		
Assuntos ministrados		
Projetos na área de ciência		

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021.

Como resultado temos a contribuição na formação de professores, esclarecendo como é o trabalho de professores em diferentes contextos, revelando as práticas, qualificação, seleção e distribuição dos professores atuantes. Apresentamos a realidade prisional e a vivência dos professores na educação escolar nesse contexto, mostrando para além do senso comum predominante no imaginário das pessoas e também ouvindo os professores que ali laboram, detectando as dificuldades enfrentadas na difícil, mas gratificante missão de ser professor. A pesquisa também contribuirá para estudos futuros no campo da educação em espaços de privação de liberdade.

Esse trabalho buscou respostas à pergunta que se coloca: quem são os professores e como desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao ensino de Ciências no sistema prisional de Itabuna?

É doravante interessante como essas práticas são desenvolvidas, a qualificação, a seleção, e a distribuição dos professores que atuam nessa área. E se

o trabalho se desenvolve numa perspectiva de melhoria das condições de vida daqueles indivíduos.

O problema está desdobrado na questão da regulamentação específica que rege o ensino em unidades prisionais e como funciona a escolarização nesse contexto. Objetivando investigar a atuação dos professores que exercem o ofício, principalmente referente ao ensino de Ciências, chegando assim aos seguintes objetivos específicos:

- Analisar /apresentar o atual sistema de ensino destinado aos presos do sistema penitenciário de Itabuna-BA;
- Discutir como os docentes desenvolvem a atividade educacional no sistema prisional de Itabuna;
- Sinalizar possibilidades na formação de professores especialmente em relação ao ensino de ciências no sistema prisional.

Diante deste contexto serão apresentados a seguir os dados colhidos através da pesquisa de campo no CPI de Itabuna que se traduzem em vozes desses profissionais por meio das categorias emergentes das repostas aos questionários e entrevistas realizadas, que mostram as vivências e experiências ocorridas naquela Unidade prisional.

### **5.1 O trabalho docente dentro de uma instituição carcerária**

Quando nos propormos a continuar na carreira docente podemos não imaginar em um dia trabalhar em um ambiente que não seja a escola que costumamos conhecer na formação inicial. Apoiada nesse pensamento e nas ideias de alguns teóricos e seus colaboradores sobre o trabalho docente e o trabalho do professor num ambiente de privação de liberdade, apresentamos neste tópico as interpretações construídas a partir da ATD sobre o *corpus* de pesquisa desta investigação.

A investigação do trabalho docente em uma instituição de privação de liberdade requer perseverança durante a investigação e se mostra um tanto complexo, ficando assim bastante difícil conseguir narrativas em torno daquele contexto, com isso essa investigação se baseou em dados de questionários e também entrevistas para reunir número de dados relevantes, através de um exercício de leitura de seus textos e na

busca por indícios que dão sentido aos objetivos da pesquisa. Entendemos que os conhecimentos que orientam as práticas educativas dos professores de uma Unidade Prisional definem seus interesses e perspectivas de atuação, são construídos ao longo de uma história de vida e provêm de experiências e vivências nesses espaços, traduzindo suas trajetórias pessoais e profissionais. Desse modo, discutimos nas subcategorias que se seguem o perfil, as experiências e o as condições de trabalho desses professores.

### 5.1.1 O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade

Nesta categoria intermediária discutiremos o perfil e o papel do profissional da educação, e a perspectiva que se traduz nesta profissão que traz esperança para as pessoas privadas de liberdade. Será demonstrado a relação com o perfil do professor que trabalha nesse contexto, a adaptação do profissional a esses ambientes, como também, como são selecionados para desempenhar tal função e as vantagens e desvantagens de se trabalhar num ambiente tão desafiador.

Com relação a escolha de professores para trabalhar nas Unidades Prisionais e possíveis incentivos ao profissional que labora nesses ambientes, que se diferencia dos demais, os incentivos se traduzem nas questões de insalubridade e periculosidade que são atribuídos às condições de trabalho, o ambiente escolar em que labora, e as questões referentes à segurança. O Professor PBE afirma que:

Em relação ao **perfil do professor** são selecionados os que mais se adaptam, ou se tiver carga horária excedente. Existe uma vantagem em **relação à remuneração**, é pago um valor diferenciado. Deve-se ao ambiente de sala de aula que as vezes não se encontra em estado adequado, com deficiências principalmente na estrutura. É um ambiente perigoso. **O critério é subjetivo.** (PBE)

Percebe-se na fala de PBE que não há critérios objetivos estabelecidos para a escolha do professor que irá lecionar no ambiente prisional pesquisado<sup>16</sup>, e sim uma questão de adaptação. A vantagem pecuniária para exercer o ofício na Unidade Prisional não foi evidenciada se é equivalente ou compensatória, mas se traduz nas questões de insalubridade e periculosidade.

---

<sup>16</sup> Dados da pesquisa

São raros os Estados que oferecem incentivos, principalmente financeiros para os profissionais que lecionam nos ambientes de privação de liberdade. No caso de sistema prisional em Itabuna ocorre a remuneração em virtude da atuação no CPI. Mas não ficou evidenciado o percentual dessa gratificação adicional, se chega a 100% do salário como já foi pago no Estado de São Paulo (MELO, 2014), ou se está desatualizada como evidenciada atualmente no Estado do Rio de Janeiro (DIÓRIO, 2021). Giroux (1986) reconhece no final dos anos 80 que os professores estão cada vez mais deixando a profissão em virtude do trabalho fragmentado e dos baixos salários. As condições precárias que tornam as prisões um ambiente propício ao contágio de doenças, torna a situação da educação no ambiente prisional ainda mais complicada. Os professores da educação em prisões reivindicam para a categoria o recebimento do adicional de periculosidade que recompense o trabalho e as condições insalubres as quais são submetidos (DIÓRIO, 2021).

Mesmo dentro desse contexto de desvalorização e descaso perante os profissionais de educação e sua não valorização dentro do contexto educacional, seu papel como transformador de realidades é indiscutível. No excerto a seguir, é possível perceber algumas concepções dos professores sobre a docência e o papel do professor no contexto prisional. Isso pode ser observado na fala de PBQ.

**O profissional da educação exerce papel fundamental nesse contexto,** pois passa a ser um ponto de esperança para muitos que buscam uma vida melhor (PBQ).

A partir desta fala consideramos em nosso estudo que o professor faz toda diferença na vida dos alunos, tanto da Educação Básica em todas as esferas, e principalmente na esfera prisional. A docência deve ser vista como aspecto de impacto e relevância social que promove a transformação na vida das pessoas.

Segundo Farias (2008), essas percepções sobre a docência reafirmam o papel do professor como insubstituível em relação ao aluno e o conhecimento, fazendo necessário exercer sua prática educativa, concebendo a educação como ato político, e a escola como espaço de sujeitos detentores de direitos e a didática como construção importante responsável pela emancipação humana. E é no trabalho, através de suas experiências que o professor se define como profissional.

O próximo tópico fala um pouco dessas experiências vividas dentro de uma instituição de privação de liberdade, e as mudanças que podem provocar tanto nas relações pessoais e profissionais ao atuar num contexto tão singular.

### 5.1.2 Experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária

Nessa perspectiva, percebe-se como é relevante falar de nossa própria história, de forma a refletir sobre as possibilidades e desafios na trajetória de vida de um professor, que, embora todos os obstáculos profundamente relacionados à desvalorização e dificuldades de trabalho encontrados nas escolas sejam inúmeros e frequentes, continuam buscando alternativas e caminhos e conhecendo abordagens inovadoras para levar a educação em todos os ambientes da sociedade.

Com isso verifica-se na fala do professor PQE que teve dificuldades na sua caminhada, principalmente em relação à formação e a necessidade de trabalhar:

“Na realidade era para eu terminar o meu curso em 95, só que eu não consegui terminar em 95, porque eu **comecei a dar aula assim que eu entrei na UESC**, aí eu só pegava uma disciplina, duas por semestre, aí acabei atrasando muito por conta disso, já tinha na realidade 30 anos, vai fazer 31 agora que eu dou aula” (PQE, grifo nosso).

A partir desta unidade de significado, consideramos em nosso estudo as seguintes percepções: o professor passa por dificuldades desde a formação inicial, percebe-se a atividade docente como conflitante, trabalhosa, cheia de desafios. Mas muitos professores perseveraram, assim a profissão do professor se torna algo desafiador e admirável, pontuando ainda uma carência da valorização desse profissional no mercado de trabalho. Em virtude dessa desvalorização, ser professor é algo que está presente na natureza da pessoa, sendo a docência muitas vezes vista como um dom (ALVES, 2018).

O professor pode até adentrar a profissão por vocação, mas ser considerada um dom descaracteriza a profissão como uma habilidade técnica que precisa ser trabalhada e estudada. Pimenta (1999) afirma que a profissão docente perpassa pela mobilização de diversos tipos de saberes, referentes a uma prática reflexiva, que necessita de uma teoria especializada e uma prática pedagógica politizada. A participação dos professores da Educação Básica geralmente está reduzida as questões práticas, e que se faz necessário cuidar do desenvolvimento profissional docente desde a licenciatura, até a formação continuada (NÓVOA, 2020).

Consubstanciado em Paulo Freire (2002) que afirma que o professor para continuar na educação:

[...] exige humildade, tolerância e **luta em defesa dos direitos dos educadores**. Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. **O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser.** Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente clínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar (FREIRE, 2002, p.34, grifo nosso).

E nessa luta por direitos e garantias mínimas em continuar na educação em defesa dos seus direitos e de toda uma sociedade, muitos desistem ou até nem pensam em optar pela carreira docente. Considerando então a escolha em ser professor em uma Unidade de privação de liberdade pode ser um desafio ainda maior, em que a necessidade de estar constantemente lutando pela dignidade humana é a realidade mais notável nesses ambientes.

Pimenta (1999) afirma que o ser professor também se faz pela experiência acumulada, pelas mudanças ocorridas na profissão, pelo exercício profissional em diferentes contextos e que os saberes da experiência também se produzem no cotidiano docente, num processo contínuo de reflexão sobre sua prática. Quando os sujeitos da pesquisa falaram das experiências como professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária, relataram o seguinte:

Fazer parte da educação prisional é **altamente qualificador** para o docente. Afinal, a **realidade prisional é totalmente diferente do mundo sem os muros da prisão [...]** A experiência é única e claro **cheia de desafios** no seu cotidiano pois **esse contexto traz aspectos específicos, levando o professor(a) a repensar sua prática e exercer um papel importante como agente transformador** do sujeito em busca da ressocialização (PBQ, grifo nosso).

É uma experiência única como docente, por se tratar de ambiente especial e de segurança máxima (PQQ).

A partir de uma análise sobre esses fragmentos compreende-se que o entrevistado considera que a atividade no ambiente prisional é qualificadora e uma experiência única, confirmado mais uma vez no seguinte fragmento:

Com certeza, a **experiência** de trabalhar diante dessa realidade distinta **é enriquecedor tanto no aspecto pessoal quanto profissional**” (PBQ, grifo nosso).

O professor reconhece que passa por desafios, mas são estes que enriquecem a sua vida pessoal e a profissional, pois consolida o papel do professor como agente de transformação social.

É possível perceber a compreensão desse docente acerca das dificuldades e dos ensinamentos adquiridos no exercício da profissão docente dentro da prisão, e sobre suas convicções no tocante ao papel social do professor e da escola. Considerando que no ambiente prisional os saberes da docência “foram construídos, primordialmente, em suas experiências docentes na prática e com os seus pares” (CARVALHO, 2021, p. 01).

Diante destas perspectivas acerca das experiências vividas, dificuldades encontradas e descobertas do papel social do professor, foi percebido durante a pesquisa a mudança do pensamento do docente em relação às suas percepções da escola no ambiente de privação de liberdade e as transformações que podem proporcionar para o próprio docente. Conforme afirmado pelo professor (PFQ)

A consequência em minha vida foi a **transformação do olhar** sobre os problemas e a vida dos encarcerados, privados de liberdade” (PFQ, grifo nosso).

E reforçado pelos fragmentos que se seguem:

**Porque o meu olhar era o mesmo que a maioria tem né**, quando você liga os telejornais **você só vê violência, quando fala de presídio, fala de forma muito pejorativa**, é muita violência **os cara não têm recuperação**, então sociedade de uma forma geral vê todos eles, todos, sem esperança nenhuma de recuperação, teve uma saidinha cometeu um crime, aí eles dão ênfase nisso nos jornais, reforça essa visão da sociedade. (PFE, grifo nosso).

Lá **temos a oportunidade de conhecer o outro, um mundo diferente**, mas que também é **formado por pessoas e que um dia irão retornar para a sociedade**. (PBQ, grifo nosso).

Ouve muitas histórias de pessoas que cometem erros, como todo mundo comete, mas o erro deles foi suficiente para estarem ali privado da liberdade, mas querem retornar, querem retornar a sociedade, trabalhar, se esforçam,

**outros como falei mais cedo não tem, a gente vê que é difícil, impossível ter uma recuperação** mas tem alguns que sim... **muitos deles merecem uma chance sim de recuperação.** (PFE, grifo nosso).

Tem histórias assim que são fantásticas e aí **mudou assim esse meu olhar** nesse sentido, porque **são seres humanos assim como eu**, muitos cometeram erros que talvez eu não cometeria, mas quem sabe num desespero, como eu já ouvi muitas histórias lá, no desespero, **na falta de condições psicológicas, financeiras, aí cometeu algum ato, e assim cada caso é um caso**, eu percebi isso. (PFE, grifo nosso).

Percebe-se, a partir da inserção como docente, a mudança do olhar do professor em relação àquele contexto, que é sempre traduzido como um local onde impera a violência e o descrédito no ser humano. A visão da sociedade de uma forma geral enxerga o ambiente prisional com descrédito e os que estão lá sem esperança nenhuma de recuperação. Mas o professor a partir do momento que convive com a realidade prisional ouve as histórias de seres humanos que ainda possuem perspectivas de vida e querem retornar à sociedade.

É no trabalho e nas experiências vividas que o professor se define como profissional, que se transforma e também é agente de transformação (FARIAS, 2008). As diversas dimensões do mundo educacional e dos espaços escolares requer do docente decisões diferenciadas de natureza pedagógica, política e que mudam seu olhar e sua ação pedagógica perante a comunidade que atua. Conforme afirmado por Farias (2008):

É a cultura docente que constitui os professores como um coletivo. Esse patrimônio simbólico compartilhado pelos professores, dá sentido à sua ação educativa e traduz um conjunto de crenças e princípios éticos norteadores da ação pedagógica do professor. Exerce, por conseguinte, forte influência na maneira como as interações e a comunicação são constituídas nos **diversos contextos** em que atua como profissional. (FARIAS, 2008, p. 70, grifo nosso).

E apesar das afirmações dos discentes em relação a mudança do olhar para com o outro, ainda se vê um pensamento voltado ao descrédito da pessoa privada de liberdade quando o professor afirma que existem alguns internos que não tem chance de recuperação. Percebe-se ainda uma influência da mídia e das propagandas em relação ao pensamento negacionista.

O sucesso de programas policiais que apresentam agências executivas do sistema penal, colaborando com o processo de tornar natural a política de perseguição, silenciamento, invisibilidade e anulação acerca do terror vivenciado nos presídios brasileiros, com efeito, o espaço midiático corrobora com o senso comum

sobre o crime e o criminoso, apresentando como comportamentos excepcionais e que devem ser banidos da convivência social (SILVA, E, 2020).

As experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária podem proporcionar transformações para o próprio docente. E através das experiências adquiridas os professores desempenham um papel social, buscando alternativas para transformar a educação de uma realidade tão distinta. Se reinventando em relação as dificuldades enfrentadas, desde a formação inicial, e na luta em defesa dos seus direitos e dos direitos dos estudantes. O desafio ainda maior é estar constantemente lutando pela dignidade humana, que é a realidade mais notável nesses ambientes. O professor, como qualquer cidadão, sofre influência da mídia e do mundo externo aos muros da prisão, mas quando adentra àquela realidade percebe a transformação do seu olhar sobre os problemas e a vida dos encarcerados. Mesmo diante da influência midiática e das propagandas em relação ao pensamento negacionista que corrobora com a visão de que as pessoas que estão sendo acusadas de cometerem atos tipificados na lei penal ou leis extravagantes devem ser banidas do convívio em sociedade.

E essas realidades tão diferentes e contraditórias também oferecem aos professores desafios a serem enfrentados. O olhar, as concepções pessoais e as práticas pedagógicas não se modificam bruscamente, nem em curtos espaços de tempo. A alteração dessas práticas exige que se rompam com antigos postulados, rotinas e crenças (FARIAS, 2008). Essa exigência torna-se mais aguçada em situações adversas, e no sistema prisional esbarra-se nas questões de segurança, condições de trabalho e o sistema político na Instituição Carcerária.

### 5.1.3 Segurança e condições de trabalho na Instituição Carcerária

Em relação aos ganhos pessoais e profissionais e as experiências vividas ao conviverem com realidade tão distinta de outras, há de se convir que as práticas pedagógicas no ambiente de privação de liberdade se deparam com peculiaridades relativas às questões de segurança e sistemas de controle característicos de uma Unidade Prisional. Principalmente no que diz respeito ao dia a dia em sala de aula. Alguns acham uma loucura, entrar em uma cadeia cheia de bandidos, outros acham superinteressante, um desafio (BERNARDO, 2018). E, a partir das percepções em

relação à segurança, os professores enxergam a escola no ambiente prisional a partir de suas experiências. Conforme os trechos a seguir:

Não são todos que **tem a coragem de encarar, dar aula no sistema prisional**, tem todo um procedimento de segurança, tem um clima também, **há um desgaste [...], físico e psicológico, nosso anexo aqui fica lá em Ferradas, há um deslocamento**, há um desgaste, há vários detalhes que nós **não somos preparados para isso** não, vou ser sincero, **mas nós vamos**. (PFE, grifo nosso).

Percebe-se na fala do professor que as situações que envolvem as questões de segurança estão intimamente ligadas as condições de trabalho na Instituição Carcerária, e descreve os dilemas e as situações vivenciadas por esses profissionais. Entende-se que tais professores convivem, durante sua atividade laboral, com situações e condições extremas de insalubridade e insegurança. Apesar disso, os docentes continuam e perseveram perante a lógica carcerária. Tornando-se necessário mudar os sistemas prisional e educacional, garantindo o que é previsto na Lei de Execução Penal e legislações específicas, promovendo o papel social da escola (DIORIO, 2021).

Observa-se no trecho a seguir as contradições quanto à inserção da educação escolar nas prisões, e para entender o que acontece no interior das prisões é preciso estar sintonizado com a contradição (ONOFRE, 2007). As realidades da detenção são multifacetadas, e os complexos pontos de vista são mostrados conforme se vê na fala do professor PFQ.

Obedecemos naturalmente os procedimentos de segurança e o convívio em sala de aula é tranquilo, pois a maioria deles se transportam para a época nostálgica em que eram estudantes e muitos se comportam da mesma forma que os estudantes regulares das escolas. (PFQ).

Percebe-se que PFQ enfatiza o reconhecimento dos procedimentos de segurança e o comportamento dos estudantes presidiários. Com a fala do professor, que transparece conflitante, é possível perceber a divergência que se apresenta através dos aspectos significativos da estrutura social da prisão (ONOFRE, 2007). A segurança e condições de trabalho na Instituição Carcerária dependo muito da postura e da busca da neutralidade voltada às contradições, os presos são pessoas fruto da segregação social, produtos do desajuste das sociedades, das drogas e da perda de valores humanitários (ONOFRE, 2007).

É preciso desmascarar alguns mitos sobre os riscos de se lidar com a população sentenciada, pois atrás desses mitos está o ceticismo e a postura elitista

de administradores dessas organizações, que por se constituírem em donos do saber “especializado”, desqualificam quaisquer propostas de mudanças (ONOFRE, 2007). Em que por vezes prevalece o discurso de que as pessoas marginalizadas só merecem algumas escolhas e dentre elas está uma educação marginalizada (ou não educação) para pessoas marginalizadas (APPLE, 2017).

Observando as falas dos professores, que se segue, percebe-se um ambiente muitas vezes conflitante, mas visto pelo olhar humanizado e de professores que buscam uma educação responsável mesmo em condições adversas. E afirmam que a Unidade Prisional em Itabuna é um:

ambiente diferenciado (PBQ).

relativamente tranquilo (PFQ).

com suas peculiaridades (PBQ)

Mas que a segurança:

está sempre à prova (PBQ).

não se pode relaxar (PBQ).

No meu primeiro dia de aula eu estava tremendo (PFE).

Mesmo com a apreensão dos professores em relação à segurança em que envolve as Unidades Prisionais, tecem elogios à Instituição de Itabuna em relação ao ambiente:

instituição daqui de Itabuna a segurança é contínua e bem tranquila (PFQ).

nunca me senti ameaçado, sempre fui bem tratado. Há muito respeito por parte dos agentes e internos (PFQ).

Embora essas divergências entre os aspectos relacionados à segurança e a prática educativa, verifica-se uma evolução na tentativa de convivência entre a Instituição Escola e Instituição Prisão. Nas Unidades Prisionais há uma possível hierarquia entre segurança e educação, predominando os procedimentos de segurança. Analisando as condições de trabalho vivenciadas pelos professores numa Instituição de Privação de Liberdade, são um tanto extremas, insalubres e inseguras. O problema é muito complexo e a realidade prisional não é compatível com a lógica de funcionamento da escola, e com a certeza que os professores não são formados para essa realidade (DIORIO, 2021).

Em síntese, o trabalho docente dentro da instituição carcerária se mostra desafiador para o professor que irá lecionar no ambiente prisional. E os professores que são direcionados a lecionar nesses ambientes precisam se adaptar, não havendo um critério objetivo de seleção para a função. Mas os que são selecionados para tal função continuam exercendo sua prática educativa promovendo transformação na vida das pessoas, mesmo em condições precárias e insalubres. E através das experiências ali adquiridas buscam alternativas para levar a educação ao ambiente de privação de liberdade, se reinventando em relação às percepções no ambiente de privação de liberdade e às transformações que podem proporcionar para o próprio docente. Mudando o seu olhar em relação a si mesmo e ao outro nas diversas realidades que nos cercam.

## **5.2 Realidade prisional e formação do professor**

Nesta categoria discutimos com maior ênfase a formação de professores dos profissionais que atuam em Unidades de Privação de Liberdade, especialmente no que se refere à formação continuada. Segundo Veiga e Viana (2012) a formação de professores para a Educação Básica está pautada em duas questões, e uma delas é o contexto social para o qual essa formação está voltada. As mudanças ocorridas na sociedade requerem também mudanças no sistema educacional, inclusive na formação de professores. Mas algumas transformações da escola não conseguem acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade (VEIGA; VIANA, 2012), e no contexto prisional as mudanças em relação a atividade educacional demonstram ocorrer num ritmo ainda mais lento, especialmente no que se refere à formação de professores. Reforça-se esta questão pelo número reduzido de pesquisas que discutem a formação para educação prisional.

Analisando esse contexto de formação, na tentativa de identificar as características desses sujeitos em relação à formação continuada, dialogamos nesta seção sobre as compreensões obtidas por intermédio **da formação do professor e os ganhos pessoais e profissionais adquiridos ao conviverem com uma realidade tão distinta de outras e a qualificação dos profissionais que lecionam em uma unidade prisional.**

### 5.2.1 A formação do professor e os ganhos pessoais e profissionais adquiridos ao conviverem com uma realidade tão distinta de outras

As unidades de análise que se congregam nesta categoria fazem a composição de elementos de significação que direcionam para uma discussão sobre as percepções da formação de professores direcionada à realidade prisional ou adquiridas pelo próprio professor em relação aos processos educativos a partir das vivências, experiências e dos diálogos estabelecidos.

Em relação aos ganhos pessoais e profissionais adquiridos, percebe-se que trabalhar nessa realidade tão distinta e atuar numa cadeia traz reflexões sobre as condições sociais daqueles indivíduos, e é indiscutível o aprendizado ali obtido. Ganha-se experiência profissional e se aprende a valorizar o aprendizado na prática. Encarar a realidade vivida nesses espaços integra as dimensões da formação profissional e a realização de trabalhos sociais, atuando na transformação da realidade social daquela comunidade (BERNARDO, 2018). Dentro da realidade prisional a experiência profissional se transforma em aprendizado, já que a graduação não prepara para contextos específicos como o ambiente prisional.

Terminei minha formatura em 98, não sei como é que está agora, mas **a formação acadêmica, a graduação ela não prepara nem para o ensino médio** (PFE, grifo nosso).

Por esse viés, entendemos que uma análise sobre essas percepções possibilita identificar o que tem sido feito em relação a formação de professores que ensinam nas unidades prisionais, já que afirmam que

**a faculdade está longe de preparar o docente para essa realidade** (PBQ, grifo nosso).

Quando indagados sobre os ganhos pessoais e profissionais, adquiridos, os sujeitos da pesquisa trazem à luz reflexões sobre o aprendizado que obtiveram lecionando para privados de liberdade. Estes ganhos pessoais refletem inclusive a falta de preparação na graduação para trabalhar no contexto prisional.

De acordo com Pimenta (1999) os futuros professores cursam a licenciatura e ao final de suas graduações tem a certeza que são professores, através dos conhecimentos específicos que adquiriram, e concordam que esses saberes vão lhe auxiliar a desenvolver bem a atividade docente, no entanto, poucos se perguntam qual

o significado desses conhecimentos adquiridos e no que eles vão contribuir para a sociedade atual.

Reafirmado nas falas dos professores da Unidade Prisional pesquisada o quanto a formação inicial ainda está distante de preparar o professor para este contexto. Isso pode ser observado a seguir.

**Quando você termina aí você vai encarar uma sala de aula real, você vê que a coisa é muito diferente, você aprende mais na prática do que lá na teoria né, pelo menos comigo foi assim, muita coisa que eu sei hoje aprendi na experiência.** (PFE, grifo nosso).

**E no caso do sistema prisional, onde são pessoas mais especiais** ainda, porque estão privados de liberdade cada um tem suas características, muitos tem os padrões morais até distorcidos né, que a gente vê realmente tem heterogêneo demais, alguns outros tentam se reabilitar, alguns outros a gente vê que o olhar humano é difícil, é praticamente impossível reabilitar. Então realmente **a preparação que nós tivemos, a formal não nos prepara para uma situação dessa**, todos nós professores lá, não só eu, **nós aprendemos na prática, no dia a dia** de lá. (PFE, grifo nosso).

A partir dessas falas percebe-se que esses sujeitos após terminarem o ensino superior não se sentiram preparados para o desafio da sala de aula, e que a prática diária foi muito importante para a sua profissão. E quando se refere ao contexto prisional destacam que a formação inicial está longe de preparar o docente para atuar nesse contexto tão diferenciado.

Conforme afirmado por Veiga e Viana (2012, p.20) “A prática é ponto de partida e de chegada do processo de formação. Esse processo implica também a necessária existência de uma relação entre formação inicial e continuada”. Mas o que se verifica no contexto prisional é que a formação inicial e continuada não é citada como uma forma de especializar estes profissionais, e que a prática é a forma de aprendizado contínuo na educação nas prisões. Atualmente temos políticas públicas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica que buscam minimizar essas dificuldades, mas estão fragilizadas pela gestão superior do nosso país. Reconhecendo que a respeito dos presídios não temos contribuições, mas já temos avanços.

Quando se trabalha na educação prisional, inicialmente o professor se depara com um choque de realidade, pois lida com diversas emoções que talvez não tenha tido ao entrar em uma sala de aula fora dos muros da prisão. Ao enfrentar essa realidade, o professor verifica que na graduação não foi preparado para o contexto prisional, e nenhuma graduação prepara para esse contexto. Com isso dão ênfase ao aprendizado **da e na** prática, que realmente é adquirido dentro dessa realidade, e que

não foi experimentado por outros profissionais que não tiveram a experiência de conviver numa escola de unidade prisional.

### 5.2.2 A capacitação dos profissionais que lecionam em uma unidade prisional

Dentro dessa categoria será discutida a qualificação dos professores em relação aos conhecimentos necessários durante sua carreira, principalmente atuando em um ambiente de privação de liberdade. O professor precisa se qualificar, isto é fato, mas essa qualificação ocorre para os profissionais que atuam em Unidades Prisionais de forma específica ou se configura como uma qualificação geral para sua carreira? A LDB (Lei nº 9.394/96) em seu art. 62 e 64 estabelece que o professor tenha nível superior e que saiba trabalhar com a concepção de currículo, de formação e de gestão (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)<sup>17</sup>. No entanto, essa preparação ainda está voltada a habilitação relâmpago de professores, com intuito de prover um conhecimento resumido, acrítico e fortalecendo relações individualistas (VEIGA; VIANA, 2012)

Segundo as falas dos professores as qualificações existentes não preparam também para sala de aula, fazendo a comparação com a graduação:

**Eu fiz especialização**, mas também **não preparou também corretamente** para a sala de aula, na realidade é muito teórico, e aí o que vale mesmo é a prática. Tanto que você vê muitos professores com mestrado e doutorado que não sabem dar aulas, não tem a didática necessária para dar uma aula, lidar com pessoas, sabem o conteúdo muito bem, mas não sabem lidar com pessoas (PFE, grifo nosso).

Até poderia ver um curso, uma especialização, uma pós nesse sentido para nós, uma oferta, com certeza deveria, seria ideal, seria muito ideal, muito embora, muitos de nós, eu trabalho nas duas redes, na privada e na pública, por isso que eu falei que estava na reunião nesse instante, terminou agora, na rede privada, aí **não temos tempo para estar num curso** né presencial e aí poderia ser a distância (PFE, grifo nosso).

---

<sup>17</sup> Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Os professores percebem que uma pós-graduação somente na área específica da disciplina em que atuam não os prepara corretamente nem para a sala de aula dos estabelecimentos educacionais convencionais, nem tão pouco para lidar com pessoas privadas de liberdade. Seria viável uma especialização, mas é necessário pensar em todo o contexto em que o professor está envolvido, porque muitos inclusive trabalham em três turnos, qual tempo teriam para se especializar dentro dessa realidade?

Segundo Andriola (2013) há a necessidade de fornecer uma formação diferenciada para os professores, para que consigam lidar com as características das pessoas e do ambiente em que trabalham.

Os professores têm a consciência da necessidade da qualificação, principalmente na educação prisional, conforme se vê no fragmento abaixo:

Acredito que o professor **sempre precisa se capacitar, inclusive na educação prisional** (PQQ, grifo nosso).

O que se depreende dessa assertiva é que é preciso sempre estar estudando, a vida toda, em qualquer profissão e na de professor mais ainda (FREIRE, 2002). No artigo de Alves, Dias e Da Silva (2018) é apresentada uma experiência de um Projeto de Extensão Universitária Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto prisional, vinculado a Universidade Federal da Paraíba. Experiência que proporcionou aos seus participantes fazerem parte de um processo da redescoberta de que são agentes construtores de conhecimento, agindo nesses espaços como protagonistas da mudança social (ALVES; DIAS; DA SILVA, 2018).

Para alcançar mudanças na área da educação prisional não basta estar respaldado legalmente, mas é necessário que educadores dos estabelecimentos penais tenham acesso a programas de formação continuada, concretizando programas relevantes de especialização que levem em consideração as especificidades e a importância da atividade educacional na política de execução penal. Especialmente na área de Ciências, a qual se mostra carente de incentivos, propostas pedagógicas e projetos realizados dentro das Unidades Prisionais.

Em síntese, nessa categoria, foi possível perceber que a realidade prisional traz ganhos pessoais e profissionais, e é indiscutível o aprendizado ali obtido para os professores. A formação inicial ainda está distante de preparar o professor para este contexto. Atualmente temos políticas públicas que buscam minimizar as dificuldades dos professores na formação inicial, mas estão distantes de preparar para o contexto

prisional Segundo Andriola (2013) há a necessidade de fornecer uma formação diferenciada para os professores da educação prisional. É necessário que educadores dos estabelecimentos penais tenham acesso a programas de formação continuada, especialmente na área de Ciências, a qual se mostra carente de incentivos.

### **5.3 Atividade educacional no CPI e o Ensino de Ciências**

Nesta categoria, construímos argumentos em torno das narrativas dos professores, no que se refere à atividade educacional propriamente dita, aos materiais utilizados e aos conteúdos priorizados dentro da perspectiva da Educação de Jovens e Adultos e às modalidades de ensino existentes no Sistema Penitenciário de Itabuna. Nesse movimento, suas falas manifestam os entendimentos construídos acerca dos temas abordados com os internos e do trabalho de resgatar o que eles trazem de conhecimento. Traduzindo assim uma prática de produção de conhecimento baseado nas potencialidades desses sujeitos e proporcionando aos professores a constituição de saberes profissionais que orientam novas formas de pensar o ensino e de trabalhar conteúdos, especialmente na área de Ciências.

#### **5.3.1 Utilização do Material didático x sistema de segurança**

As normas da Unidade Prisional determinam como serão as formas de agir, ou a maneira de fazer educação. De acordo Tavares et al. (2019, p. 100) “O conhecimento das normas do local é a porta de entrada para o acompanhamento e o exercício coerente das atividades a serem exercidas na instituição escolhida”. Assim em muitos casos as atividades realizadas dependem quase que cotidianamente de consentimentos. O excesso de zelo em relação à segurança impede consideravelmente a criatividade docente, e o trabalho é bastante limitado e restrito a utilização de materiais hoje considerados ultrapassados (DIORIO, 2021).

Em relação ao material didático para o ensino de Ciências na Unidade Prisional de Itabuna e como avaliavam o material distribuído o coordenador e os professores afirmaram que:

[...] é igual aos das escolas fora da Unidade Prisional (PBE)

Sendo distribuído **pela Unidade Escolar quando a partir da disponibilidade** (PBQ, grifo nosso).

[...] os módulos são enviados pelo Estado e Município (CQ).

Os professores ainda afirmam que:

mesmo com alguns percalços, **o material é sim distribuído da melhor forma possível e com a qualidade que também é possível**, porém suficiente para a realização do trabalho sem problemas (PFQ, grifo nosso),

E que tem um **“bom nível** (PQQ, grifo nosso).

E que os internos podem **assistir vídeo aula através de televisões com a utilização de pendrive** (PBE, grifo nosso).

Verifica-se nas falas dos professores que o material didático é sim distribuído e utilizado na Unidade prisional, e que tem um bom nível, sendo igual os das escolas regulares. Mas percebe-se que essa qualidade aqui referenciada pode não ser adequada ao ambiente prisional quando o professor enfatiza que a distribuição do material é realizada da forma e qualidade possíveis. Restando dúvida se o material é adequado em relação ao seu conteúdo, que é o mesmo das escola regulares. E o ensino prisional se desenvolve em um contexto próprio e muito particular.

Em pesquisa realizada por Bernardo (2018) conforme entrevistas realizadas com alunos universitários que participaram da experiência de alfabetizadores de adultos presos, os universitários afirmaram que os materiais deveriam ser mais próximos da realidade do adulto, precisariam ser melhor elaborado. Nesse sentido, Tavares (2019) também afirma que o livro didático e os materiais fornecidos pelo sistema educacional não podem ser o único elemento de ensino, e um dos desafios dos cursos de formação de professores é a formação de docentes autônomos. Mas no caso do sistema prisional, o livro didático as vezes é o único recurso didático disponível, e esta ausência de material juntamente com as rígidas normas de segurança vem sendo denunciado pelos movimentos sociais (TAVARES, 2109).

Mas as questões relacionadas à segurança ainda trazem prejuízos a atividade educacional inclusive em relação ao acesso ao material didático para o interno. As regras na prisão são rígidas e tem prioridade diante das atividades educacionais, com isso se vê a importância de se pensar novas formas para a construção de atividades no contexto da Educação em Ciências, e que se adaptem à realidade prisional.

Em relação a distribuição dos materiais didáticos fica confirmado o quanto a segurança influencia nesse processo, conforme fragmentos extraídos das falas dos professores, conforme pode ser observado a seguir.

**O material didático é utilizado de acordo com o estabelecido, respeitando as regras do Sistema Penitenciário** a partir das normas de segurança (PBQ, grifo nosso).

**Os livros** são utilizados durante as aulas, mas **os alunos não levam para as celas** (PQQ, grifo nosso).

**Quanto ao ensino, claro que seria muito melhor que os discentes tivessem acesso ao material por mais tempo**, pois normalmente utilizam quando estão na sala de aula (PBQ, grifo nosso).

Nesse sentido **há um prejuízo e certo retrocesso** no processo devido à essa restrição. Porém, de acordo com a capacidade de cada profissional que se dispõe a estar lá, nós contornamos esses empecilhos e o trabalho é realizado (PFQ, grifo nosso).

Nessa ótica, a tendência do ensino de Ciências é fazer com que o estudante observe, entenda a Ciência como uma construção histórica, pesquise em numerosas fontes, desperte a curiosidade, questione e registre para aprender. Pautado nessa concepção, entende-se que fica difícil no contexto prisional, no atual modelo existente, proporcionar esta forma de aprendizado aos internos, mesmo com todo o empenho desenvolvido pelo professor para elaboração de material didático que seja compatível com as normas do Sistema Penitenciário e das necessidades dos estudantes.

Além disso muitos dos materiais de sala de aula não são planejados juntamente com os professores, ignoram o contexto da sala de aula, os aspectos econômicos sociais e políticos tem apenas a função de simplificar a tarefa de ensino e torná-la mais econômica (GIROUX, 1986). Nesse sentido, é um desafio para o professor de Ciências trabalhar nessas condições, conforme afirmado por Tavares (2019):

Um desafio para quem está lecionando Química em espaços restritos como o de uma escola inserida no sistema prisional, é a elaboração de materiais didáticos que atendam a esse público e que não conflitem com as normas de segurança que envolve uma prisão (TAVARES, 2019, p. 102).

Verifica-se que a área de Ciências e especialmente a disciplina Química enfrenta dificuldades, e é necessário maiores estudos e incentivos para se trabalhar no contexto prisional. É importante que se trabalhe os aspectos econômicos sociais e

políticos no ensino de Ciências. Somado a isso, é necessário fornecer materiais didáticos compatíveis com o sistema prisional.

Contudo verifica-se ainda que se constitui um desafio lecionar em um espaço que carece de materiais específicos para o contexto apresentado, que ainda esbarra em barreiras intransponíveis. Como enfatiza Tavares (2019) é importante que, nós pesquisadores da educação e ensino de Ciências tenhamos um olhar mais apurado sobre a educação da população em situação de risco como os presidiários.

As normas da Unidade Prisional se restringem as atividades educacionais. Apesar da utilização do material didático ocorrer da forma que é possível, resta dúvida se é compatível e adequado ao ambiente prisional, de forma que os materiais deveriam ser mais próximo da realidade do adulto preso. Somado a isso ainda as regras da prisão que possuem prioridade diante dos investimentos nas atividades educacionais.

### 5.3.2 Projetos na área de Ciências, assuntos ministrados e propostas curriculares.

Durante a investigação foi percebido que a pandemia influenciou muito nesta parte da pesquisa já que havia um ano sem atividades educacionais no CPI. E no momento das entrevistas as atividades estavam sendo feitas através de módulo, conforme se vê na fala do professor:

[...] **desde o ano passado (2020) não estamos tendo aula presencial** por conta da pandemia (PBQ, grifo nosso).

Então os professores trouxeram suas experiências presenciais do ano de 2019 e anos anteriores, a atividade educacional no ano de 2020 estava restrita somente a distribuição de material e módulos. Os professores se basearam apenas no que já tinha sido feito nos anos anteriores e nas suas experiências passadas.

Em relação ao ensino ministrado e as modalidades de ensino foi afirmado pelos professores que cumprem a legislação, priorizando os conteúdos da EJA conforme se vê:

[...] dentro da perspectiva da **EJA**, sendo também o Tempo de **Aprender I** e **Tempo de Aprender II**, respectivamente, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II (PBQ, grifo nosso).

Os professores apresentaram falas em relação a dificuldade do ensino no sistema penitenciário, principalmente em relação aos presos provisórios<sup>18</sup>, considerando que muitos estão realmente de passagem. Então não há continuidade no aprendizado escolar, pois muitos iniciam e não dão continuidade devido a saírem da Unidade, então consideram que:

[...] no **EJA tradicional o educando cursa um tempo por semestre** favorecendo essa descontinuidade (PBE, grifo nosso).

Confirmado na seguinte fala do professor:

Os provisórios que têm mais dificuldade em apreender os conteúdos, **pois ficam somente algum tempo e se desvinculam da escola**, e tem o direito. Por isso a modalidade **tempo de aprender** é um curso diferente que podem realizar disciplinas específicas e podem ser reaproveitadas nas escolas fora do conjunto prisional (PBE, grifo nosso).

Como a EJA tradicional é semestral, os alunos podem não conseguir terminar o semestre, sendo assim, se desejarem continuar o estudo fora da Unidade tem que iniciar tudo novamente. Já o Tempo de Aprender<sup>19</sup> é por disciplina favorecendo o reaproveitamento dos estudos em outra Unidade Escolar, mas ainda não atende perfeitamente.

Confirmado na fala da professora Nildite<sup>20</sup> que desenvolve pesquisa nessa área e que possui uma vasta experiência em educação em prisões:

Eu senti uma dificuldade de acompanhar o desenvolvimento desses alunos do regime provisório, agente que trabalha com EJA desde 2011 e com a modificação dos eixos de aprendizagem e temas geradores para educação em prisões em 2019. Isso favoreceu o nosso trabalho, mas não garante a esse preso do regime provisório numa transitoriedade curta no ambiente prisional essa aprendizagem. Aí minha pesquisa em andamento eu discuto a gestão de uma forma geral dos processos educacionais dentro do sistema com o objetivo de trazer contribuições legais que possam organizar essa aprendizagem depois que esses alunos saíam desse regime provisório, considerando que esse preso provisório tenha a mesma condição, o mesmo

<sup>18</sup> Pessoa submetida a prisão cautelar ou provisória, também chamada de prisão processual (que tem função de assegurar o trâmite do processo penal), na qual se enquadram a prisão em flagrante, a prisão temporária e a prisão preventiva. Preso Provisório — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br). Acessado em 05.12.21

<sup>19</sup> Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Tempo de Aprender (mec.gov.br). Acessado em 05.12.21.

<sup>20</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC), participa do GEFEP da UNEB e trabalha na rede estadual de ensino com privados de liberdade desde a década de 90. Informação fornecida durante a Live-Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões, realizada pelo Grupo de pesquisa GEFEP, da UNEB, com o apoio da TV UNEB, 2020.

direito, porque possuía a mesma prerrogativa que os presos sentenciados, que é o direito a educação.

Cabe ressaltar que essas pessoas devem ser tratadas de forma a propiciar uma educação que atenda a seus anseios e necessidades. Farias (2008) afirma que a educação é uma prática social e dinâmica, e a prática pedagógica deve ser dinâmica com o surgimento de novas tendências, mas não significa que as outras não sejam válidas. Mas que o surgimento de novas orientações traduz os conflitos e as contradições em torno de projetos educacionais. E esses conflitos e contradições auxiliam no desenvolvimento de novas propostas que consigam atingir o público a que elas estiveram destinadas (FARIAS, 2008). E é necessário que no ambiente prisional se pense na construção de currículos multiculturais que atenda a clientela em questão e seu processo de educação (CARVALHO, 2012).

Em relação ao ensino de Ciências verificam-se práticas comuns a todos os ambientes escolares e ausências de projetos nessa área. Quando perguntados aos professores sobre propostas curriculares ou temas relacionados a vivência dos alunos obtivemos respostas apresentando a forma como realmente trabalham, ou melhor, tem a possibilidade de trabalhar dentro daquele contexto prisional.

**Nós fazemos esse trabalho de regatar o que eles trazem de conhecimento**, não tratamos eles como uma tábula branca, rasa, sem conhecimento, não. Nós tentamos buscar esses conhecimentos deles para que eles possam participar e se sentir. E eles ficam bastante felizes, ficam muito felizes mesmo em está contribuindo, não são todos não tá, mas sim aqueles que tem algo a oferecer e que querem ter uma oportunidade nova, não são todos não, mas esses que tem vale a pena (PFE, grifo nosso).

Então depende muito da nossa sensibilidade **buscar o conhecimento que eles têm**, eu incentivo, não só eu né, nós incentivamos. Eu incentivo eles a falarem, tinha um lá que trabalhava antes de entrar no mundo do crime, trabalhava numa empresa elétrica, e mexia com poste, com rede viva, linha viva, sem desligar, aí ele dava aula, eu e ele conversando, eu deixava ele falar, que era um conhecimento profundo, e ele vivia aquilo ali, conhecimento na prática (PFE, grifo nosso).

Em pesquisa realizada por Onofre (2014) sobre a educação escolar nas prisões nas falas dos professores sobre a sala de aula como espaço de aprendizagem de conteúdos para a vida, é importante trabalhar com noções de higiene e sobre drogas, além de noções de comportamento e convívio social. Isso porque “No dizer dos professores, os presos valorizam muito a aprendizagem que é útil para eles” (ONOFRE, 2014, p.169).

Quando perguntado aos professores se abordam assuntos de relevância para sociedade e diversidade de concepções de mundo mencionam,

**Sim** (PFQ).

Com certeza são abordados, **principalmente na área de humanas, mas na área de química nunca abordei** (PQQ, grifo nosso).

Infelizmente a área de Ensino de Ciência ainda carece de trabalhos no sistema prisional conforme afirmou a professora (CQ)

que os **maiores projetos são na área de leitura e matemática. A área de ciências se configura bem escasso os trabalhos**. Apenas se restringe ao ensino tradicional”.

Sendo confirmado pelos professores quando perguntados sobre assuntos como o uso de produtos químicos, cosméticos e conhecimentos sobre entorpecentes, que são assuntos diretamente ligados à área de ciências, foi percebido nas respostas que estes temas não são abordados. Os professores abaixo dizem que:

**não trabalhou com esse conteúdo** no sistema prisional (PQQ, grifo nosso).

**nunca teve a oportunidade de tratar do tema**, mas claro que são pertinentes a partir de uma abordagem correta (PBQ, grifo nosso).

Mas que já trabalharam com:

**Questões energéticas, ecológicas, fenômenos químicos e físicos do cotidiano** (PFQ, grifo nosso).

Apesar da intensificação na Educação em Ciências dos debates em torno da diversidade e inclusão terem aumentado, ao setor prisional este olhar ainda não foi estendido. A população prisional brasileira é a terceira maior do mundo, segundo o Infopen em 2019 são 748.009 presos (BRASIL, 2019). São muitas pessoas que necessitam de maior atenção em relação as discussões sobre os métodos e técnicas de ensino e adequação ao currículo para que houvesse de fato aprendizagem. Atualmente as pesquisas de Bernardo (2018), Silva (2020) e Tavares et al (2019), anunciam a ausência de discussões sobre a temática educação prisional nos cursos de licenciatura, especialmente no Ensino de Ciências.

Em relação a aprendizagem de temas voltados ao cotidiano desse público, e que proporcionem uma aprendizagem significativa, o que se vê na fala de um dos professores entrevistados nesta pesquisa é que a iniciativa parte de cada professor. Verificando que não há uma perspectiva de currículo voltado para esta forma de

aprendizagem crítica e que dê significado ao seu cotidiano. Partindo da fala do professor (PFE):

**É iniciativa nossa saber a realidade deles**, por exemplo no meu caso eu pergunto como eles fazem lá por exemplo no sistema elétrico, aí eles me falam né as gambiarras que eles fazem lá, é muito é muito interessante. Aí eu aproveito e falo alguma coisa, explico da parte de elétrica.

Percebe-se que os professores trabalham individualmente, cada um com sua maneira de melhor socializar o conteúdo de sua área. E afirmam que não lhes é imposto nenhum conteúdo ou método de ensino, ficando a critério dos professores a forma como os assuntos são abordados e os métodos de ensino, conforme dito pelo professor (PFE)

lá no anexo, **não impõe o conteúdo**, tem lógico né um parâmetro, nós temos o livro da EJA para servir como base, mas **fica muito a nosso critério**.

Contudo os professores ainda tentam fazer um trabalho em conjunto, conforme se vê nas falas do professor (PFE)

**[...] todos nós trabalhamos no mesmo sentido**, aí o que acontece os assuntos. Nós mesmo escolhemos dentro do que nós é oferecido, sugerido vamos dizer assim, mas todos nós trabalhamos.

**[...] a professora de língua portuguesa também faz a mesma coisa.**

Nesse aspecto de trabalharem no mesmo sentido, os professores que lecionam no Complexo Penitenciário em Itabuna ainda afirmam que em relação aos temas voltados ao cotidiano dos internos

**são abordados no contexto das aulas**, principalmente por meio do diálogo, rodas de conversas (PBQ, grifo nosso).

Através de **palestras com professores e convidados** (PFQ, grifo nosso).

Percebe-se que os professores tentam trabalhar dentro de um contexto de vivência, do que os alunos trazem de suas vidas, tentando abordar temas de relevância para os internos. Segundo Pimenta (2020) para abordar temas em uma proposta curricular, é necessário que haja um estudo teórico do tema emergente e das estratégias e métodos adotados no planejamento, e conhecer intimamente as situações problemas e a realidade do educando. Não sendo observado esse aprofundamento no contexto prisional, seria necessário que os professores tivessem experiências na formação inicial e continuada em trabalhar com temas.

Assim, a educação prisional é um espaço de construção e de lutas constantes. E por sua vez o currículo também é um espaço em que coincidentemente travam-se

lutas entre dominantes e dominados, que se traduz em significados de interesses políticos e sociais. É muito importante nos perguntarmos quais são os conhecimentos considerados “válidos” para determinada comunidade. A realidade prisional é complexa e diversa, portanto, deve-se pensar no ambiente singular da prisão e a diversidade de sujeitos, promovendo um currículo próprio para a Educação nas Prisões que reflita a importância do processo de reeducação desses sujeitos, levando em consideração os aspectos culturais, sociais e políticos. E que esse processo considere também as culturas hegemônicas e não-hegemônicas, dando um novo significado, contribuindo para a modificação das práticas curriculares (CARVALHO, 2012).

Nesse pensamento, as propostas de reconfiguração curricular podem ser instrumentos para o alcance de mudança (PIMENTA, 2020). No que se refere à educação em Ciências no sistema prisional é preciso pensar na educação como um todo desse público através da organização curricular.

Grupos de pesquisas são formados nas universidades e podem ser uma alternativa para o desenvolvimento de propostas curriculares que possam promover a participação de professores através das parcerias com escolas da região que são responsáveis pelas atividades realizadas no sistema penitenciário de Itabuna. O GPeCFEC tem formado parcerias com algumas escolas da região, o que seria uma alternativa que facilitaria a participação de professores que ensinam nas escolas da cidade e também lecionam na área prisional através da implementação de propostas de reconfiguração curricular.

Atualmente o GPeCFEC tem trabalhado com a proposta curricular *Cenário Integrador (CI)*<sup>21</sup> que pode ser trabalhada em diferentes modalidades de educação, inclusive em escolas com estruturas curriculares diferenciadas das escolas regulares. Segundo Pimenta (2020) na proposta curricular CI deve existir um Espaço de ação possível, ou seja, o espaço deve apontar a predisposição para o desenvolvimento de propostas curriculares a partir de temas e ações progressistas.

Considero que o ambiente prisional pode e deve promover essas ações progressistas e anti-hegemônicas através da educação, proporcionando uma possível mudança nos diversos ambientes da sociedade (APPLE, 2017). Por isso a proposta

---

<sup>21</sup> É uma proposta de reconfiguração, construída no contexto do GPeCFEC, que integra conjuntos de elementos que possibilitam o estudo de temas, situações e problemas reais de relevância social.

CI pode ser um meio de trabalhar no contexto de privação de liberdade, promovendo temas de relevância social e científica a partir do contexto social da escola e do entorno dela, discutindo as questões sociais relacionadas a área de ciências de uma forma mais crítica.

Tendo em vista essas ações e considerando-se a escassez de propostas na educação prisional relacionadas a área de ensino de Ciências, novas propostas curriculares são importantes para repensar as questões educacionais e seus problemas estruturais, inclusive de material didático, qualificação de professores, currículo e a perspectiva crítica da educação.

Os educadores precisam se conscientizar que “devemos fazer do Ensino de Ciências uma linguagem que facilite o entendimento do mundo” (CHASSOT, 2018, p. 108). Devemos ser cada vez mais responsáveis pelo que é construído institucionalmente e culturalmente, nos preocupando com ações mais ativas na formação de profissionais que tenham atitude e consciência da cidadania, formando cidadãos que saibam ler e escrever, mas que sejam capazes de transformar o mundo em que vivem (CHASSOT, 2018).

Sobre essa questão Giroux (1986, 1997) afirma que a função do professor não é implementar programas curriculares prontos, mas desenvolver ou apropriar-se criticamente de currículos que satisfaçam objetivos pedagógicos específicos. O intuito é o “desenvolvimento de uma democracia crítica” na defesa de professores como “intelectuais transformadores” a serviço da educação de estudantes que sejam cidadãos reflexivos. Apple (2017) destaca que o professor/pesquisador que pretende atuar como um ativista crítico deve realizar transformações no mundo real ultrapassando a teoria.

O futuro professor não pode ser visto basicamente como um receptor passivo de conhecimento profissional. O problema é que os programas de formação de professores precisam mostrar para os discentes através de uma análise crítica as condições que estruturam as práticas ideológicas do ensino (GIROUX, 1997). Espera-se que a formação de professores seja mais preocupada com quais compromissos educacionais, morais e políticos devem guiar o trabalho em sala de aula no desenvolvimento da autonomia do professor (GIROUX, 1986).

Em relação a autonomia do professor em sala de aula, os professores precisam superar obstáculos relacionados aos pacotes curriculares que vem sendo impostos ao ensino público. Conforme afirma Giroux (1997, p.160):

As racionalidades tecnocráticas e instrumentais também operam dentro do próprio campo de ensino, e desempenham um papel cada vez maior na redução da autonomia do professor com respeito ao desenvolvimento e planejamento curricular e o julgamento e implementação de instrução em sala de aula. Isto é bastante evidente na proliferação do que tem se chamado pacotes curriculares.

É importante que os professores levantem questões acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as causas mais amplas pelas quais estão lutando. Isto posto é uma classe de intelectuais que trabalha em escolas que não são lugares neutros, então não podem assumir posturas neutras, sendo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade livre e um mundo melhor (GIROUX, 1997). Nesse sentido podem transformar a sociedade dentro da perspectiva crítica, reflexiva auxiliando as pessoas a acreditarem “na luta para superar injustiças econômicas, políticas e sociais, e humanizarem-se ainda mais como parte desta luta” (GIROUX, 1997, p.163).

Não quero aqui romantizar o sistema prisional, pois conheço sua realidade, mas buscar alternativas contra ações preconceituosas, antissociais, e afirmar o papel da escola como meio de transformação social. Então o primeiro objetivo dos professores não é alcançar estudantes isolados, mas todos os “indivíduos e grupos em seus diversos ambientes culturais, raciais, históricos, de classe e gênero, juntamente com a particularidade de seus diversos problemas, esperanças e sonhos” (GIROUX, 1997, p.163). Manifestando-se contra as injustiças econômicas, sociais e políticas.

De maneira sintética os projetos na área educacional e especialmente no ensino de Ciências, ainda carecem de um de um olhar mais profundo das esferas políticas. A pandemia influenciou muito para que se estagnasse qualquer avanço nessa área, inclusive devido à restrição das aulas presenciais e acesso aos materiais didáticos. É necessário o investimento em novas propostas relacionadas a projetos educacionais específicos e que consigam atingir o público a que elas estiverem destinadas (FARIAS, 2008). Que se pense na construção de currículos multiculturais que atenda a clientela em questão (CARVALHO, 2012). Que se construa projetos na área da Educação em Ciências através dos debates em torno da diversidade e inclusão e sejam estendidos à educação prisional.

A diversidade e inclusão somente vai ser concretizada quando o trabalho for realizado com temas voltados ao cotidiano desse público, que proporcionem uma aprendizagem significativa, voltado para a aprendizagem crítica e que dê significado

ao seu cotidiano, promovendo um currículo próprio para a Educação nas Prisões. Sendo necessário que os professores tenham experiência, na formação inicial e continuada, em trabalhar com temas, e nesse pensamento as propostas de reconfiguração curricular podem ser instrumentos para o alcance de mudanças.

Sumarizando os achados da pesquisa o trabalho docente dentro da instituição carcerária se mostra desafiador para o professor que irá lecionar no ambiente prisional. Foi possível perceber que a realidade prisional traz ganhos pessoais e profissionais para os professores. E que formação inicial ainda está distante de preparar o professor para este contexto. Há a necessidade de fornecer uma formação diferenciada para os professores da educação prisional, sendo necessário que educadores dos estabelecimentos penais tenham acesso a programas de formação continuada específicos para a área prisional, especialmente na área de ensino de Ciências. E em relação à aprendizagem, se vê como necessário o trabalho com temas voltados as vivências e ao cotidiano das pessoas em privação de liberdade, promovendo um currículo próprio para a Educação nas Prisões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou respostas à pergunta que se coloca: quem são os professores e como desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao Ensino de Ciências no sistema prisional de Itabuna? A pesquisa teve os seguintes objetivos específicos: Apresentar a formação e capacitação dos professores que se destinam a essa prática; Analisar o atual sistema de ensino destinado aos presos do sistema penitenciário de Itabuna; Discutir como os docentes desenvolvem a atividade educacional no sistema prisional de Itabuna e; Sinalizar possibilidades na formação de professores especialmente em relação ao ensino de ciências no sistema prisional.

A escola deve ser um meio de transformação e de luta contra a hegemonia atuando como instrumento de resgate da dignidade humana e do desenvolvimento do pensamento reflexivo. Seguindo os pressupostos de Apple (2017) a educação deve ser um instrumento de redução da vulnerabilidade das pessoas, pois através da educação podemos auxiliar na construção de sujeitos pensantes capazes de transformar a realidade ao seu redor.

O Ensino de Ciências pode ser um dos responsáveis em contribuir para uma educação libertadora e um dos meios de resolver problemas relevantes da sociedade. Conforme afirmado Chassot (2018), a ciência está para libertar o sujeito das amarras de uma educação tradicionalmente forjada no intuito de dominação e poder, transformando o mundo no sentido de trazer melhor qualidade de vida para a população. Principalmente as populações mais vulneráveis, onde o conhecimento científico ainda não é uma realidade.

Os professores não estão sendo preparados nos cursos de formação para um ensino na perspectiva de uma educação transformadora e que traga uma consciência crítica para as populações mais vulneráveis, muito menos para atuar em espaços de privação de liberdade. É preciso uma formação específica e que promova uma educação libertadora.

Esse processo de conseguir levar educação transformadora para Instituições tão complexas como Unidades Prisionais parece, atualmente no Brasil, ser um desafio diante da falta de políticas públicas, considerando ainda que por muitas vezes a educação prisional é vista como um benefício ou privilégio. Considerando a educação um direito de caráter inquestionável, faz se necessário identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação em efetivar esse direito.

E nesse contexto de ser professor num ambiente tão diferenciado e contraditório que é o ambiente prisional, o ensino é percebido como uma atividade complexa, que requer saberes especializados.

Como militar percebo que o Estado exerce sobre as forças de segurança um poder, e essas forças se submetem a executar exatamente o que está previsto para o controle populacional e manutenção do status quo de uma classe política dominante. E no curso de licenciatura foi me despertado o quanto a ciência está envolvida nesse processo, já que o domínio dos meios tecnológicos, das políticas de consumo, das práticas alimentares e do controle da natureza está intimamente ligado as relações de poder.

No curso de Licenciatura em Química, através dos estudos no GPeCFEC e com a pesquisa aqui apresentada, foi despertado nesta pesquisadora que os conhecimentos sobre o ensino de Ciências não se resumem em fórmulas, átomos e conceitos, mas me foi despertado o quanto ainda precisa ser discutido sobre o domínio dos conhecimentos relacionados ao ensino de Ciências e para quem eles devem interessar. Atualmente como professora percebo que é necessária uma luta constante contra a educação hegemônica. O empoderamento da população só será promovido através de uma educação voltada à libertação e que os conhecimentos possam influenciar em mudanças para a própria vida dessas pessoas, inclusive as privadas de liberdade.

Apesar da intensificação da Educação em Ciências e os debates em torno da diversidade e inclusão terem aumentado, ao setor prisional este olhar ainda não foi estendido. E os professores trabalham individualmente, cada um com sua maneira de melhor socializar o conteúdo de sua área. Diante desse cenário e de acordo com o que foi a apresentado nesta pesquisa verifica-se um leque de possibilidades que podem ser adotadas com o objetivo de transformar a educação prisional e os debates em relação ao ensino de Ciências.

Dentre as possibilidades seria necessário que os professores tivessem experiências na formação inicial e continuada em relação a educação prisional. Há também a necessidade de repensar sobre o material didático utilizado, e se é compatível para o ensino no sistema prisional, principalmente em relação ao ensino de Ciências.

Uma outra possibilidade é o ensino através do diálogo com o sujeito do conhecimento, é sempre a melhor das apostas pois permite que seja explicitado o que

sabem e o que não sabem ficando evidenciado através do diálogo. É um espaço do pensar sobre o que está sendo ensinado, diálogo como possibilidade de abordagem no ensino prisional.

E através do diálogo a abordagem de temas sobre a vida e o cotidiano dos apenados, pode ser uma outra possibilidade de aprendizagem significativa. É verificado na pesquisa que a iniciativa parte de cada professor, sendo necessário uma perspectiva de currículo voltado para esta forma de aprendizagem.

Parcerias com algumas escolas da região, juntamente com as Universidades seria uma alternativa que facilitaria a participação de professores que ensinam nas escolas da cidade e também lecionam na área prisional através da implementação de propostas de reconfiguração curricular.

De acordo com Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Bahia, publicado no ano de 2021, serão estabelecidas parcerias com Instituições de Ensino Superior – IES, Federais e Estaduais, buscando melhorias dos espaços educacionais no sistema prisional.

Inclusive, formalizando ações de articulação entre SEC, SEAP e as Universidades Públicas, através de Convênio de Cooperação Técnica para o levantamento dos trabalhos, pesquisas e os diversos estudos sobre o tema educação em prisões; com a finalidade de elaboração de um Programa de Formação de Educadores.

Tendo em vista essas ações e considerando a escassez de propostas na educação prisional relacionadas a área de ensino de Ciências, espera-se que essas novas legislações sejam cumpridas e não passe a ser apenas formalizações legais que não acontecem de fato, como muitas que já existem. Novas propostas curriculares e de formação de professores são importantes para repensar as questões educacionais e seus problemas estruturais, levantando questões acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as causas mais amplas pelas quais estão almejando mudanças.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, S. GOODMAN, J. **Preparing Teachers of History: Developing a Critical Consciousness**. Paper presented at the Annual Meeting of the National Council for the Social Studies New York, 1986.
- AGUIAR, A. da C. P.; DOS SANTOS, J. S. Unidade Prisional Feminina de Palmas: Conselho de Classe Participativo. **Revista Observatório**. v. 5, n. 5, p. 937-961, 2019.
- ALMEIDA, J. L. V. de. **A questão pedagógica da educação popular: uma análise da prática educativa da educação popular – décadas de 60 a 80**. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.
- ALMEIDA, J. G. SANTOS, R. Q. dos. Educação escolar como direito: a escolarização do preso nas legislações penal e educacional. **RBPAAE** - v. 32, n. 3, p. 909 - 929, set./dez. 2016.
- ALVES, M. L. I. DIAS, J. N. DA SILVA, S. B. Extensão universitária na educação de jovens e adultos no contexto prisional. **Revista de Educação Popular**, v. 17, n. 3, p. 129-142, 2018.
- ALVES, W. F. da S. Saberes docentes na formação inicial de pro- fessores de ciências: (re)pensando práticas educa- tivas por meio da situação de estudo / Wanderson Farias da Silva Alves. – Ilhéus, BA: UESC, 2018. 108f. : il.
- ANDRADE, C. C. de. et al. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília. Rio de Janeiro. 2015.
- ANDRADE, I. S. de; PINHEIRO, B. C. S. Educação Científica nas Prisões: Privação ou Promoção de Liberdade? **Revista Mundi Sociais e Humanidades (ISSN: 2525-4774)**, v. 4, n. 1, 2019.
- ANDRIOLA, W. B. Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, v. 38, p. 179-204, 2013.
- APPLE, M. W. **A educação pode mudar a sociedade**. Tradução de Lílian Loman. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo** [recurso eletrônico] / Michael W. Apple ; tradução Vinicius Figueira. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008.
- ARAÚJO, M. A. M. de L.; FIDALGO, F. S. R. O trabalho e a educação carcerária no estado do Pará. **Nova Revista Amazônica**, v. 7, n. 1, p. 75-91, 2019.
- ARGEMIR. Dolors Comas-d'. Cuidados y derechos. El avance hacia la democratización de los Cuidados. **Cuadernos de Antropología Social** /49 (2019).

AGUSTÍN, A. B. Didáctica de la filosofía de la ciencia para profesores de ciencias en formación. **Revista Tecné**. Episteme y Didaxis. Octavo Congreso Internacional de formación de Profesores de Ciencias para la Construcción de Sociedades Sustentables. Número Extraordinario. ISSN impreso: 0121-3814. ISSN web: 2323-0126 Memorias. Bogotá. 2018.

BAHIA. **Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização**. Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/pt-br/unidade/conjunto-penal-de-itabuna>. Acesso em: 24 mai. 2021a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. **RESOLUÇÃO CEE N° 43, de 14 de julho de 2014**. Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia. Disponível em: [38. Resolução CEE nº 43.2014 \(conselhodeeducacao.ba.gov.br\)](http://38.Resolucao_CEE_n0_43.2014.conselhodeeducacao.ba.gov.br)

\_\_\_\_\_. Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização e Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Salvador-Bahia. 2021b.

BÁSICA, Câmara de Educação. **PARECER CNE/CEB nº: 4/2010**. Proposta de Minuta da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, 2010.

BELTRAN, M. H. R et al. **História da Ciência**. São Paulo. Livraria da Física. 2010.

BERNARDO, R. A experiência de alunos universitários voluntários em um processo de educação de jovens e adultos presos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Vol.5(9), nov. 2018.

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14-12-2017.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009**. Brasília: Ministério da Justiça. Publicada no DOU de 25 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010**. Brasília: Ministério da Justiça. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais

\_\_\_\_\_. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias Infopen**. Brasília, DF: Infopen, 2019. Disponível em: [Infopen — Departamento Penitenciário Nacional \(depen.gov.br\)](http://www.depen.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em [Decreto nº 7626 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l7626.htm).

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Casa Civil, 1996.

CARVALHO, O. F. de. A EDUCAÇÃO ESCOLAR PRISIONAL NO BRASIL: IDENTIDADE, DIRETRIZES LEGAIS E CURRÍCULOS. **Interfaces da Educação**, v. 3, n. 9, p. 94-105, 2012.

CARVALHO, K. R. S. A. SANTOS, J. S. MALDONADO, D. P. A. JUNIOR, C. F. de C. Ser professor: a docência em uma “cela” de aula. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. PPGE/UNESA. Rio de Janeiro. V. 18, nº 53, 2021. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.5935/2238-1279.20210029](http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20210029)

CASTIBLANCO O. Entrevista a Vicente Talanquer. **Revista Góndola Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias**. Bogotá. 2016.

CAVALCANTE, E. C. B.; GASTAL, M. L. A.. Ensino de Biologia na Educação Prisional e a exibição de documentário, filme de curta e longa metragem. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (VIII ENPEC), 2011, Campinas. **Anais**. Campinas: UNICAMP. 2011.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica**: questões e desafios para a educação. Ijuí: Editora Unijuí. 2018.

CHIZZOTTI, A.; **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, A.; **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COUTINHO, Clara P. Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: **teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2013.

DIORIO, T. A. Condições de Trabalho no Contexto da Educação em Prisões: Percepções de Professores de Ciências no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. v. 18, n. 53, p. 062-083. PPGE/UNESA. Rio de Janeiro. 2021. <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20210031>

DUARTE, A. J. O. SIVIERI-PEREIRA, H. de O. Identidade profissional de professores da educação escolar de uma unidade prisional. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. v. 16, n. 45, p. 151-177, 2019.

DURÁN, C. A. I. Percepción de presos becarios de Guayaquil sobre los costos-beneficios de la educación superior. URVIO, **Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**. No. 24 • junio-noviembre 2019 pp.114-133 - © RELASEDOR y FLACSO Sede Ecuador ISSN 1390-4299 (en línea) y 1390-3691.

FACEIRA, S. L. ; FARIAS, F. R. ; SOUZA, J. P. M. “**Memória social e prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal**”. In: Nádia Maria Weber Santos; Cleusa Maria Gomes Graebin. (Org.). Patrimônio cultural e políticas públicas. 6ed.Canoas, RS: UnilaSalle, v. , p. 151-165, 2014.

FARIAS, I.M.S.; SALES, J.O.C.B.; BRAGA, M.M. S.C. e FRANÇA, M.S.L.M. Identidade e fazer docente: aprendendo a ser e estar na profissão. In: **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Liber. Fortaleza. 2008.

FERREIRA, A. V. Formar/ações para uma identidade de educador social em espaços não escolares. **Educação e sua diversidade**. In: SANTOS, Arlete Ramos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva, COELHO, Livia Andrade (Orgs). **Educação e sua diversidade** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, p. 157.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. Investigação em educação matemática: **percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa (25a ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. (2002). **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar (11a ed.). São Paulo: Olhos d'Água. Huizinga, J. (2000). Ho

FREITAS, L. A. B. GOMES, R. MOURA, A. L. ALMEIDA, M. A. V. **A História da Química como facilitadora na aprendizagem de eletroquímica**. XVI Encontro Nacional de Ensino de Química (XVI ENEQ) e X Encontro de Educação Química da Bahia (X EDUQUI) Salvador, BA, Brasil. 17 a 20 de julho de 2012.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores**: Para uma mudança educativa. Coleção Ciências da Educação Século XXI. Porto: Porto Editora, 1999.

GERHARDT, T. E. et al. Métodos de pesquisa. [Organizado por] GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, e D. T.; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, p. 31-32, 2009.

GIROUX, H. A. Professores como intelectuais transformadores. **GIROUX, HA Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 157-164, 1997.

GIROUX, H. McLAREN, P. Teacher Education and the Politics of Engagement: The Case for Democratic Schooling. **Harvard Educational Review**, 56, 1986.

GOMES, A. I. F. **O Garantismo Penal de Ferrajoli e suas Consequências para os Índices Delitivos do Estado Brasileiro**. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Semiárido. 2019.

GOMES, P. M. S. QUEIRÓS, P. M. L. BATISTA, P. M. F. Aprender a ser professor em contexto de estágio: um estudo com recurso a timelines em entrevistas de natureza biográfica. **Revista Brasileira de Educação** v. 24 e240015, 2019.

GRACIANO, M. SCHILLING, F. **Limites e possibilidades**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008.

IRELAND, T. D.; LUCENA, H. H. R. de. O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 113-136, 2013.

KRAVTSOV, G. A Realização da Abordagem Histórico-Cultural no Ensino Médio de Matemática. **Teoria e Prática da Educação**. V. 22, n.1, p. 44-49. 2019.

LEDERMAN, N. G. LEDERMAN, J. S. ANTINK, A. (2013). Nature of science and scientific inquiry as contexts for the learning of science and achievement of scientific literacy. **Journal of Education in Mathematics, Science and Technology**, 1(3), 138-147.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: **abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MACHADO, S. J. **A ressocialização do preso a luz da lei de execução penal**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito. Universidade do Vale do Itajaí. 2008.

MACHADO, A. L. S. **Ressocialização no Sistema Penitenciário em Itabuna-Bahia no período 2017.1**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito. Faculdade de Tecnologia e Ciência. 2017.

MELO, Vanusa Maria de. **Aproveitando brechas: experiência com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro**. Orientadora: Rosália Maria Duarte. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [24107.PDF \(puc-rio.br\)](#). Acesso em: 05 dez. 2021.

MAIA, C. N. et al. (Org.). **História das prisões no Brasil: Volume I**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MATTHEWS, M. R. História, filosofia e ensino de ciências: a Tendência atual de reaproximação. **Cat. Ens. Fís.**, v. 12, n. 3: p. 164-214, dez. 1995.

MELLO, F. M. de; ALVES, A. E. S. A educação nas prisões como técnica de controle do carcerário: algumas considerações. In: SANTOS, Arlete Ramos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva, COELHO, Livia Andrade (Orgs). **Educação e sua diversidade** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 145-156.

MIRANDA, M. L. F. VASCONCELOS, C. F. C. JUSTI, J. Prática pedagógica docente na educação de jovens e adultos privados de liberdade pertencentes a uma unidade prisional. **Tempos e Espaços em Educação**. Vol.12. p.103-124. 2019.

MORAES, R., Galiazzi, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2011.

NASCIMENTO, F. P.; SILVA, L. B.; PREUSSLER, G. S. Educação para mulheres jovens e adultas em situação de cárcere: uma perspectiva inclusiva. **Revista Videre**. v. 12, n. 23, p. 304-317, 2020.

NEUMANN, M. M. ARAÚJO, M. V. de. O diálogo como auxiliar no processo de inclusão em escolas que atendem populações em condição de vulnerabilidade social. **Debates em Educação**. Vol. 12. nº. 26. Jan./Abr, 2020.

NÓVOA, A. **Professor: Profissão docente**. Palestra no II Fórum das Licenciaturas 2020. Evento Online. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais. 2020.

OLIVEIRA, E. P. **Curso de Processo Penal** 14ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

OLIVEIRA, C. B. F. de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educ. Pesqui**, v. 39, n. 4, p. 955-968, 2013.

ONOFRE, Elenice Maria. **Escola da prisão**: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, Elenice Maria (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Editora da UFSCar, 2007.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão**: o olhar de alunos e professores. Paco Editorial, 2014.

PALLAMOLLA, R. P. **Justiça Restaurativa**: Legislação e Experiências Espanholas. Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, São Paulo, ano IX, n. 51, p. 177-197, ago./set. 2008.

PASSOS, Joana Celia. Professores na educação de jovens e adultos: inserção, precarização e formação continuada. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 47, p. 273-288, set./dez. 2018.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. A prática como componente curricular na formação de professores. **Educação**. Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

PIMENTA, S.S. et al. Cenário Integrador: A Emergência de uma Proposta de Reconfiguração Curricular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências** 2020, 1031–1061 doi: 10.28976/1984-2686rbpec2020u10311061.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PORLÁN, R.; MARTÍN, R. The conceptions of in-service and prospective primary school teachers about the teaching and learning science. **Journal of Science Teacher Education**, United Kingdom, v. 15, n. 1, p. 39-62, 2004.  
<https://doi.org/10.1023/B:JSTE.0000031462.40615.56> P.

Porlán Ariza, R. Didáctica de las ciencias con conciencia. **Enseñanza de las ciencias**. 36(3), 5-22. 2018.

PORTUGUÊS, M. R. Educação de Adultos e Presos: **Possibilidades de Contradições da Inserção da Educação Escolar nos Programas de Reabilitação do Sistema Penal no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo 2001.

RODRÍGUEZ, R. S. PEDRAJAS, A. P.. GRACIA, E. P. Beliefs on the teacher professionalism and teaching models in initial teacher education. **Revista Brasileira de Educação**. v. 24 e240018. 2019.

ROIG, R. D. E. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SANTOS, T. T. S.; MARTINS, R. X.; VIEIRA, E. A. O. Educação a Distância como possibilidade de qualificação dos Recuperandos do Sistema Prisional. **Devir Educação**, v. 4, n. 1, p. 222-249, 2020.

SANTOS, O. da S. KRAMER, D. G. DA SILVA, S. L. L. A educação no cárcere e sua importância na ressocialização: estudo de caso no Maranhão. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, v. 3, p. 74-82, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCHUELTER, C. C. Trabalho Voluntário e extensão universitária. **Episteme**, Santa Catarina, v.9, n. 26/27, p. 217-236, mar./out. 2002.

SELA, T. N.; DA MOTTA, I. D. A implementação da educação a distância no sistema penitenciário: efetivação dos direitos fundamentais e reconhecimento da dignidade humana do apenado. **Revista de Direito Brasileira**, v. 21, n. 8, p. 06-21, 2018.

SILVA, E.C. da. **“Extra! Sem destaque no jornal”! A violação estrutural de direitos humanos contra os corpos encarcerados e a seletividade midiática e social**. In: Rebelião / Flauzina, Ana Luiza Pinheiro; Pires, Thula Rafaela de Oliveira (organizadoras) - Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020.

SILVA, R.; MOREIRA, F. A. **O projeto político-pedagógico para a educação em prisões**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, 2011.

SILVA, M. R. da. **Práticas educativas no ensino de Ciências da Natureza para alunos em privação em liberdade nas penitenciárias da diretoria de ensino de Araçatuba-SP**. 2020. 65f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidades). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2020.

SOLÍS, E.; MARTIN, R.; RIVERO, A.; PORLÁN, R. Expectativas y concepciones de los estudiantes del MAES en la especialidad de ciencias. **Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias**, Cádiz, v. 10, p. 496-513, 2013. [http://dx.doi.org/10.25267/Rev\\_Eureka\\_ensen\\_divulg\\_cienc.2013.v10.iextra.02](http://dx.doi.org/10.25267/Rev_Eureka_ensen_divulg_cienc.2013.v10.iextra.02).

SOUZA, T. L. S. **A Era do Grande Encarceramento: Tortura e Superlotação Prisional no Rio de Janeiro**. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

SOUZA, E. R. de; CRUZ, G. H. C. da; RODRIGUES, V. E. R. A Pedagogia Social como Processo de Ressocialização. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 12, n. 30, p.111-128, 2017.

SOUZA, M. C. R. F. de; NONATO, E. M. N.; FONSECA, M. da C. F. R. Cenários da Educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 1-22, 2020.

STUMPF, P. C. M. **Menores infratores em ambiente escolar**. Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2011. Disponível em:[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2642/1/2011\\_PauloCesarMartinsStumpf.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2642/1/2011_PauloCesarMartinsStumpf.pdf).

TALAVERA, J. R. **Uma experiência educacional em (sob) Novo Horizonte: os desencontros dos bem-intencionados “agentes de transformação”**. Campo Grande, 1994. Dissertação (Mestrado) – UFMS.

TAVARES, M. I. et al. **Indícios de saberes docentes de uma futura professora de química que estagia no sistema prisional**. *Scientia Naturalis*, Rio Branco, v. 1, n. 2, p. 95-105, 2019.

VEIGA, I. P. A. VIANA, C. M. Q. Q. Formação de professores: um campo de possibilidades inovadoras. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da Silva (Org.). **A escola mudou: que mude a formação de professores**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p.13-33.

VIEIRA, E. de L. G. A Cultura da Escola Prisional: entre o instituído e o instituinte. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 93-112, 2013.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DIRETOR E COORDENADOR

Prezado (a) Sr/Sra

Convido o Sr (a) a participar como voluntário (a), na pesquisa que tem o título “O Ensino de Ciências no Sistema Penitenciário de Itabuna-Ba: Possibilidades e Vivências na Formação de Professores”, sob a responsabilidade da pesquisadora: Joilma Cordeiro Costa, tendo como orientadora a Prof(a). Dr(a) Elisa Prestes Massena. A etapa da pesquisa em que você pode participar tem como objetivo colher informações sobre o sistema educacional ali vigente. Quem são os profissionais que trabalham diretamente com o sistema de ensino e como esse sistema funciona em relação à prática docente. No caso de aceitar fazer parte desta pesquisa, o Sr (a) responderá um questionário sobre o funcionamento do sistema de ensino nessa unidade. As suas repostas serão importantes para auxiliar na investigação sobre a atuação dos professores que exercem o ofício nessa Unidade Prisional, principalmente referente ao ensino de Ciências, o que pode contribuir para a formação de professores e auxiliar pesquisas futuras em ambientes de privação de liberdade. Portanto, a presente pesquisa será realizada por meio de questionário a um membro da Direção da Unidade e ao Coordenador do projeto educacional, e entrevistas gravadas com os professores da Unidade Prisional. Levando em consideração o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes desta pesquisa científica, esclarecemos que os riscos e/ou desconfortos previstos em decorrência da sua participação na nossa pesquisa são mínimos, no entanto, podem ocorrer no decorrer da pesquisa, em especial durante o tempo que o pesquisado terá que disponibilizar para responder ao questionário. Ressalto que o participante da pesquisa terá (30) trinta dias para se sentir confortável em responder o questionário, podendo este tempo ser estendido caso necessite. Ressalto que os procedimentos de segurança a serem adotados referem-se à garantia de privacidade durante a participação, e a preservação da identidade, garantindo, desta forma, o anonimato. O Sr (a) terá plena liberdade para pedir esclarecimento sobre qualquer questão, bem como recusar-se a participar da pesquisa a qualquer momento que desejar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, mesmo depois de ter assinado este documento, e não será penalizado por isso de nenhuma forma. Caso desista, basta avisar a pesquisadora e este termo de consentimento será devolvido, bem como todas as informações dadas pelo Sr (a) serão destruídas através do processo de incineração. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, não será avaliado, ou seja, apenas participará da pesquisa e estará isento de gastos financeiros, como também não haverá nenhuma remuneração aos participantes, no entanto, mesmo não previsto, se você tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Informo que o TCLE foi impresso em duas vias assinadas uma permanecendo com o participante da pesquisa e a outra com a pesquisadora. Ressaltamos ainda que os dados desta pesquisa serão guardados por 5 anos e após serão descartados através do processo de incineração. Como responsável por este estudo comprometo-me em manter sigilo de todos os seus dados pessoais e lhes é garantido o direito à indenização caso haja qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa.

---

Pesquisadora responsável  
**Joilma Cordeiro Costa**  
Mestranda do Programa de Pós Graduação em  
Educação em Ciências e Matemática/UESC  
Contatos **Fone:** (73) 999686434  
E-mail: jccosta@uesc.br

---

Pesquisadora/Orientadora  
**Elisa Prestes Massena**  
Professora Doutora do Departamento de Ciências  
Exatas e Tecnológicas/UESC  
Contatos **Fone:** (73) 3680-5559 (73) 8141-9029  
E-mail: elisapmassena@gmail.com

Eu, \_\_\_\_\_ li as informações  
contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar da pesquisa “O Ensino de Ciências  
no Sistema Penitenciário de Itabuna-Ba: Possibilidades e Vivências na Formação de Professores”.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Assinatura

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFESSORES

Prezado (a) Sr/Sra

Convido o Sr (a) a participar como voluntário (a), na pesquisa que tem o título “O Ensino de Ciências no Sistema Penitenciário de Itabuna-Ba: Possibilidades e Vivências na Formação de Professores”, sob a responsabilidade da pesquisadora: Joilma Cordeiro Costa, tendo como orientadora a Prof(a). Dr(a) Elisa Prestes Massena. A etapa da pesquisa em que você pode participar tem como objetivo colher informações sobre o sistema educacional ali vigente. Quem são os profissionais que trabalham diretamente com o sistema de ensino e como esse sistema funciona em relação à prática docente. No caso de aceitar fazer parte desta pesquisa, o Sr (a) desenvolverá narrativas a partir de entrevistas que são compostas por um roteiro inicial sobre o funcionamento do sistema de ensino nessa unidade. A sua narrativa será importante para auxiliar na investigação sobre a atuação dos professores que exercem o ofício nessa Unidade Prisional, principalmente referente ao ensino de Ciências, o que pode contribuir para a formação de professores e auxiliar pesquisas futuras em ambientes de privação de liberdade. Portanto, a presente pesquisa será realizada por meio de entrevistas gravadas com os professores que lecionam na Unidade Prisional. Levando em consideração o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes desta pesquisa científica, esclarecemos que os riscos e/ou desconfortos previstos em decorrência da sua participação na nossa pesquisa são mínimos, no entanto, podem ocorrer no decorrer da pesquisa, em especial durante o tempo que o pesquisado terá que disponibilizar para responder à entrevista. Se isso ocorrer, o desenvolvimento das entrevistas será interrompido, adiado e remarcado para uma data futura, escolhida pelos participantes. Ressalto que os procedimentos de segurança a serem adotados referem-se à garantia de privacidade durante a participação dos entrevistados, e a preservação da identidade, garantindo, desta forma, o anonimato. O Sr (a) terá plena liberdade para pedir esclarecimento sobre qualquer questão, bem como recusar-se a participar da pesquisa a qualquer momento que desejar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, mesmo depois de ter assinado este documento, e não será penalizado por isso de nenhuma forma. Caso desista, basta avisar a pesquisadora e este termo de consentimento será devolvido, bem como todas as informações dadas pelo Sr (a) serão destruídas através do processo de incineração. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, não será avaliado, ou seja, apenas participará da pesquisa e estará isento de gastos financeiros, como também não haverá nenhuma remuneração aos participantes, no entanto, mesmo não previsto, se você tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Informo que o TCLE foi impresso em duas vias assinadas uma permanecendo com o participante da pesquisa e a outra com a pesquisadora. Ressaltamos ainda que os dados desta pesquisa serão guardados por 5 anos e após serão descartados através do processo de incineração. Como responsável por este estudo comprometo-me em manter sigilo de todos os seus dados pessoais e lhes é garantido o direito à indenização caso haja qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora responsável

**Joilma Cordeiro Costa**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em  
Educação em Ciências e Matemática/UESC

Contatos **Fone:** (73) 999686434

E-mail: jccosta@uesc.br

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora/Orientadora

**Elisa Prestes Massena**

Professora Doutora do Departamento de Ciências  
Exatas e Tecnológicas/UESC

Contatos **Fone:** (73) 3680-5559 (73) 8141-9029

E-mail: elisapmassena@gmail.com

Eu, \_\_\_\_\_ li as informações  
contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar da pesquisa “O Ensino de Ciências  
no Sistema Penitenciário de Itabuna-Ba: Possibilidades e Vivências na Formação de Professores”.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## APÊNDICE C

### O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA: POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

<b>Dados de Identificação</b>
-------------------------------

#### Entrevistado (a)

- 1) Nome:
- 2) Data e local de nascimento:
- 3) Data e local da entrevista:
- 4) Formação acadêmica:

#### Instituição

- 5) Nome:
- 6) Endereço:
- 7) Telefone:
- 8) E-mail:

<b>Questões da Pesquisa</b>
-----------------------------

- 9) Quantos professores atuam nesse CPI?
- 10) Como é o sistema de ensino, através de convênio? Proporcionado pelo Estado?
- 11) Que instituição cede os professores para lecionar?
- 12) Todos os internos frequentam a sala de aula? Se não, qual a quantidade de alunos possui estudando?
- 13) Os cursos técnicos integram o mesmo programa de educação? Ou a formação do ensino básico faz parte de um programa separado do ensino técnico?

**APÊNDICE D****O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA:  
POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES****Dados de Identificação****Entrevistado (a)**

- 1) Nome:
- 2) Data e local de nascimento:
- 3) Data e local da entrevista:
- 4) Formação acadêmica:

**Instituição**

- 5) Nome:
- 6) Endereço:
- 7) Telefone:
- 8) E-mail:

**Questões da Pesquisa**

- 9) Como funciona o sistema de ensino no Complexo Penitenciário de Itabuna?
- 10) Quais as disciplinas lecionadas?
- 11) Que instituição cede os professores para lecionar? E Como são selecionados?
- 12) Quantos professores atuam na área de ciências?
- 13) Utiliza o livro didático?
- 14) É ministrado ensino fundamental e ensino médio?
- 15) Qual o número de turmas para cada série?

## APÊNDICE E

### O ENSINO DE CIÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE ITABUNA-BA: POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

<b>Dados de Identificação</b>
-------------------------------

#### Entrevistado (a)

- 1) Nome:
- 2) Data e local de nascimento:
- 3) Data e local da entrevista:
- 4) Formação acadêmica:

#### Instituição

- 5) Nome:
- 6) Endereço:
- 7) Telefone:
- 8) E-mail:

<b>Roteiro da Entrevista</b>
------------------------------

- 9) Quais as implicações nas experiências dos professores inseridos no desenvolvimento de um trabalho dentro de uma instituição carcerária?
- 10) Quais os ganhos pessoais e profissionais, adquiridos, ao conviverem com realidade tão distinta de outras?
- 11) Os senhores (as) se sentem seguro desenvolvendo a atividade educacional em uma Unidade Prisional?
- 12) É distribuído material didático para o ensino na Unidade? Sendo positivo, de quem é essa responsabilidade e como você avalia o material didático oferecido?
- 13) Como é utilizado material didático? Já que na maioria das unidades prisionais não existem restrições de levar material para as celas. O ensino fica prejudicado?
- 14) Como é o dia a dia em sala de aula?
- 15) Os senhores (as) acredita que somente a capacitação na licenciatura é suficiente para os profissionais exercerem seu ofício em unidade prisional?
- 16) Como é visto a questão da inclusão no sistema penitenciário?
- 17) São trabalhados conteúdos da área de ciências? Quais?
- 18) O uso de entorpecentes são assuntos diretamente ligados à área de ciências, especialmente química. Esses assuntos são abordados? De que forma?
- 19) Esta Unidade prisional possui diversos cursos profissionalizantes, inclusive de cabeleireiro. São dadas instruções sobre produtos químicos, cosméticos, e outras substâncias nas aulas de ciências?

- 20) O ensino de ciências pode ser visto como um dos meios de resolver problemas relevantes da sociedade. Durante as aulas são trabalhados conhecimentos e maneiras de pensar úteis para alcançar resolução de problemas do cotidiano, bem como analisar sistemas de interesse para os educandos ou de relevância para as sociedades em que vivem?
- 21) A diversidade de gênero, diversidade socioeconômica, a diversidade de concepções de mundo que podem se tornar presentes quando se ensina ciências. Aí se vê a necessidade do professor de ciências atender a essa diversidade. Nos presídios são discutidos assuntos relacionados à esses temas? E como estes assuntos são abordados?